

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

RELATÓRIO DA ACTIVIDADE | X LEGISLATURA
2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

RELATÓRIO DA ACTIVIDADE | X LEGISLATURA
2.^a SESSÃO LEGISLATIVA

TÍTULO

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

RELATÓRIO DA ACTIVIDADE | X LEGISLATURA – 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

INICIATIVA

Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar

TEXTO E GRÁFICOS

Fernando Pereira

Lucinda Almeida

EDIÇÃO

Assembleia da República – Divisão de Edições

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Conceição Garvão

Maria da Luz Dias

FOTOGRAFIA

Abílio Leitão, Francisco Feio, Interações do Futuro, João Silveira Ramos, Luís Saraiva, Madalena Aleixo, Miguel Gaspar, Nuno Timóteo, Pedro da Silva

CONCEPÇÃO GRÁFICA E PAGINAÇÃO

Artlandiadesign.com

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Norprint Artes Gráficas, S.A.

TIRAGEM

500 Exemplares

Lisboa, Assembleia da República, Março de 2009

DEPÓSITO LEGAL

290534/09

ISBN

978-972-556-508-7

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

RELATÓRIO DA ACTIVIDADE | X LEGISLATURA
2.ª SESSÃO LEGISLATIVA



Presidente da Assembleia da República

Jaime José Matos da Gama

Vice-Presidentes

Manuel Alegre de Melo Duarte

Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva

António Filipe Gaião Rodrigues

Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Secretários da Mesa

Maria Celeste Lopes da Silva Correia

Fernando Santos Pereira

Artur Jorge da Silva Machado

Abel Lima Baptista

Vice-Secretários da Mesa

Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz

Maria Isabel Coelho Santos

Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho

Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro

Nos termos dos artigos 291.º e 292.º do Regimento, aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 4/93, com as alterações introduzidas pelas Resoluções n.ºs 15/96, 3/99, 2/2003 e pelo Regimento da Assembleia da República n.º 1/2007, de 20 de Agosto, a Mesa aprovou, em 11 de Novembro de 2008, o relatório da actividade da Assembleia da República relativo à segunda sessão legislativa da X Legislatura. Do relatório consta, designadamente, a descrição sumária das iniciativas legislativas e de fiscalização apresentadas e respectiva tramitação, bem como a indicação dos demais actos praticados no exercício da competência da Assembleia.

A presente obra compreende o primeiro volume do relatório, nela constando informação quantificada apresentada sob a forma de tabelas e gráficos, enquadrada por pequenos textos de carácter explicativo, bem como alguns destaques sobre os aspectos mais relevantes da actividade parlamentar ao longo da segunda sessão.

O segundo volume contém a apresentação exhaustiva da actividade da AR, sob a forma de listagens, seguindo a estrutura do Regimento. Encontra-se publicado no *Diário da Assembleia da República* n.º 6, II Série-E, de 29 de Novembro de 2008.

Abreviaturas

AEOCOPS	Associação das Empresas de Construção e Obras Públicas	DL	Decreto-Lei
AIPFP	Assembleia Interparlamentar do Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa	ERSE	Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos
ALR	Assembleia Legislativa Regional	FNUAP	Fundo das Nações Unidas para a População
ANEBE	Associação Nacional de Empresas de Bebidas Espirituosas	FPI	Fórum Parlamentar Ibero-Americano
ANSTP	Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe	GP	Grupo Parlamentar
AP	Administração Pública	GT	Grupo de Trabalho
APCE	Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa	IGAPHE	Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado
APEM	Assembleia Parlamentar Euro Mediterrânica	LOFAR	Lei Orgânica da Assembleia da República
APM	Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo	MAP	Ministro dos Assuntos Parlamentares
APNATO	Assembleia Parlamentar da NATO	MLSTP	Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe
APOSCE	Assembleia Parlamentar da OSCE	NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
AR	Assembleia da República	OCM	Organização Comum de Mercado dos Vinhos
ASGPLP	Associação dos Secretários-Gerais dos Países de Língua Portuguesa	OGM	Organismo Geneticamente Modificado
ASGUIP	Associação dos Secretários-Gerais da União Interparlamentar	OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
AWEPA	Parlamentares Europeus para a África	PAOD	Período de Antes da Ordem do Dia
CA	Conselho de Administração	PAR	Presidente da Assembleia da República
CAE	Comissão de Assuntos Europeus	PE	Parlamento Europeu
CAP	Confederação dos Agricultores de Portugal	PJL	Projecto de Lei
CEAAPNDFI	Comissão Eventual de Acompanhamento e Avaliação da Política Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios	PPL	Proposta de Lei
CEAQE	Comissão Eventual para o Acompanhamento das Questões Energéticas	PPR	Proposta de Resolução
CEFF	Comissão Eventual para os Fogos Florestais	PR	Presidente da República
CGTP-IN	Confederação Geral de trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional	RA	Região Autónoma
COFACC	Conferência dos Presidentes de Negócios Estrangeiros	RAR	Regimento da Assembleia da República
COSAC	Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos Comunitários	REN	Rede Eléctrica Nacional
CP	Comboios de Portugal	SCUT	Sem custo para o utilizador
DAR	Diário da Assembleia da República	SG	Secretário-Geral
		SNS	Serviço Nacional de Saúde
		UE	União Europeia
		UEO	União da Europa Ocidental
		UGT	União Geral de Trabalhadores
		UNITAID	Mecanismo internacional de compra de medicamentos
		UTAD	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
		VFG	Votação Final Global
		VG	Votação na Generalidade



ÍNDICE

- 11** COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
- 17** REUNIÕES PLENÁRIAS, DA COMISSÃO PERMANENTE, DA CONFERÊNCIA DOS REPRESENTANTES DOS GRUPOS PARLAMENTARES, DA CONFERÊNCIA DOS PRESIDENTES DAS COMISSÕES PARLAMENTARES E DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
- 25** COMPOSIÇÃO E ACTIVIDADE DAS COMISSÕES PARLAMENTARES
 - 27** Comissões Especializadas Permanentes
 - 41** Comissões Eventuais e Comissões Eventuais de Inquérito
- 45** LEIS
 - 47** Leis Orgânicas e Leis
 - 55** Regulamentação das Leis
- 57** RESOLUÇÕES
 - 66** Regimento da Assembleia da República
- 67** APRECIACÕES PARLAMENTARES
- 71** ACTIVIDADE DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO POLÍTICA
 - 73** Debates em Plenário
 - 74** Estado da Nação
 - 74** Debate mensal com o Primeiro-Ministro
 - 74** Debate sobre assunto de actualidade, de relevância nacional ou internacional
 - 74** Debates de relevante interesse nacional
 - 74** Debates de urgência
 - 75** Intervenção semanal do Governo no Período de Antes da Ordem do Dia
 - 75** Debate em Comissão Permanente
 - 75** Sessão de perguntas ao Governo
 - 76** Interpeleções ao Governo
 - 77** Requerimentos
 - 81** Petições
 - 83** Inquéritos Parlamentares
- 85** DEMAIS ACTOS PRATICADOS NO EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
 - 87** Intervenções no Período de Antes da Ordem do Dia
 - 87** Declarações políticas
 - 88** Assuntos de interesse político relevante
 - 89** Deliberações
 - 90** Votos

ÍNDICE (continuação)

93 RELAÇÕES EXTERNAS

- 95 Deslocações e audiências do Presidente da Assembleia da República
- 95 Deslocações
- 96 Audiências
- 97 Actividades das Delegações Parlamentares da Assembleia da República às Organizações Parlamentares Internacionais
- 98 Eleição de Deputados portugueses para cargos em órgãos das Assembleias Parlamentares
- 98 Relatores
- 99 Missões de Observação Eleitoral
- 99 Actividades realizadas em Portugal
- 100 Actividades das Delegações Eventuais
- 101 Actividades dos Grupos Parlamentares de Amizade
- 101 Outras actividades relevantes

103 CERIMÓNIAS

- 105 De Boas-vindas
- 106 Comemorativas
- 106 De Inauguração
- 106 De natureza diversa

109 COOPERAÇÃO PARLAMENTAR

113 INICIATIVAS PROMOVIDAS PELA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- 115 Exposições
- 116 Actividade Editorial
- 116 Edição de Livros
- 117 Lançamento de Livros
- 117 Outros Eventos



Índice de Tabelas

- 13 TABELA 1 – COMPOSIÇÃO DA AR
- 15 TABELA 2 – DEPUTADOS EFECTIVOS EM 14-09-2007 – GRUPOS ETÁRIOS
- 15 TABELA 3 – DEPUTADOS EFECTIVOS EM 14-09-2007 – GRUPOS PROFISSIONAIS
- 23 TABELA 4 – REUNIÕES PLENÁRIAS, DA COMISSÃO PERMANENTE, DA CONFERÊNCIA DE LÍDERES, DA CONFERÊNCIA DOS PRESIDENTES DAS COMISSÕES PARLAMENTARES E DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
- 27 TABELA 5 – COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES – REUNIÕES ORDINÁRIAS POR COMISSÃO
- 28 TABELA 6 – COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES – AUDIÇÕES POR COMISSÃO
- 28 TABELA 7 – COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES – AUDIÊNCIAS POR COMISSÃO
- 29 TABELA 8 – COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES – VISITAS E DESLOCAÇÕES POR COMISSÃO
- 29 TABELA 9 – COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES – REUNIÕES ORDINÁRIAS POR GRUPO DE TRABALHO
- 30 TABELA 10 – SUBCOMISSÕES – REUNIÕES ORDINÁRIAS POR SUBCOMISSÃO
- 31 TABELA 11 – SUBCOMISSÕES – AUDIÇÕES POR SUBCOMISSÃO
- 31 TABELA 12 – SUBCOMISSÕES – AUDIÊNCIAS POR SUBCOMISSÃO
- 31 TABELA 13 – SUBCOMISSÕES – VISITAS E DESLOCAÇÕES POR SUBCOMISSÃO
- 41 TABELA 14 – COMISSÕES EVENTUAIS E EVENTUAIS DE INQUÉRITO – REUNIÕES POR COMISSÃO EVENTUAL
- 54 TABELA 15 – PROJECTOS E PROPOSTAS DE LEI
- 54 TABELA 16 – COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES – PJI E PPL DISTRIBUÍDAS NA X LEGISLATURA E APRECIADAS NA GENERALIDADE E/OU ESPECIALIDADE NA X/2.^a POR COMISSÃO. PPR QUE APROVAM TRATADOS INTERNACIONAIS DISTRIBUÍDAS NA X LEGISLATURA E APRECIADAS NA GENERALIDADE NA X/2.^a POR COMISSÃO
- 59 TABELA 17 – PROJECTOS E PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO
- 60 TABELA 18 – COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES – PROJECTOS E PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO DISTRIBUÍDAS NA X LEGISLATURA E APRECIADAS NA GENERALIDADE NA X/2.^a POR COMISSÃO
- 63 TABELA 19 – PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO QUE APROVAM ACORDOS, CONVENÇÕES, PROTOCOLOS OU TRATADOS INTERNACIONAIS
- 69 TABELA 20 – APRECIÇÕES PARLAMENTARES
- 73 TABELA 21 – TIPO DE DEBATE
- 76 TABELA 22 – INTERPELAÇÕES AO GOVERNO
- 77 TABELA 23 – REQUERIMENTOS TRANSITADOS DA X/1.^a
- 78 TABELA 24 – REQUERIMENTOS FORMULADOS NA X/2.^a
- 81 TABELA 25 – PETIÇÕES ENTRADAS, TRANSITADAS, CONCLUÍDAS, DISCUTIDAS EM PLENÁRIO E PENDENTES NA X/2.^a
- 82 TABELA 26 – PETIÇÕES DISTRIBUÍDAS E CONCLUÍDAS NA X/2.^a POR COMISSÃO
- 83 TABELA 27 – PROJECTOS DE INQUÉRITO PARLAMENTAR
- 87 TABELA 28 – DECLARAÇÕES POLÍTICAS
- 89 TABELA 29 – ASSUNTOS DE INTERESSE POLÍTICO RELEVANTE
- 89 TABELA 30 – PROJECTOS DE DELIBERAÇÃO
- 90 TABELA 31 – VOTOS – TIPO DE VOTOS
- 95 TABELA 32 – DESLOCAÇÕES E AUDIÊNCIAS DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
- 97 TABELA 33 – ACTIVIDADES DAS DELEGAÇÕES PARLAMENTARES DA AR ÀS ORGANIZAÇÕES PARLAMENTARES INTERNACIONAIS
- 100 TABELA 34 – ACTIVIDADES DAS DELEGAÇÕES EVENTUAIS
- 101 TABELA 35 – ACTIVIDADES DOS GRUPOS PARLAMENTARES DE AMIZADE
- 101 TABELA 36 – OUTRAS ACTIVIDADES RELEVANTES
- 106 TABELA 37 – CERIMÓNIAS
- 111 TABELA 38 – COOPERAÇÃO PARLAMENTAR
- 116 TABELA 39 – ACTIVIDADE EDITORIAL

- 13 GRÁFICO 1 – ELEITOS POR GRUPO PARLAMENTAR
- 14 GRÁFICO 2 – DEPUTADOS POR SEXO – ELEITOS
- 14 GRÁFICO 3 – DEPUTADOS POR SEXO – EFECTIVOS EM 14-09-2007
- 15 GRÁFICO 4 – DEPUTADOS EFECTIVOS EM 14-09-2007 – GRUPOS ETÁRIOS
- 27 GRÁFICO 5 – COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES – REUNIÕES ORDINÁRIAS POR COMISSÃO
- 53 GRÁFICO 6 – PROJECTOS E PROPOSTAS DE LEI
- 55 GRÁFICO 7 – COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES – PJI E PPL DISTRIBUÍDAS NA X LEGISLATURA E APRECIADAS NA GENERALIDADE E/OU ESPECIALIDADE NA X/2.^a POR COMISSÃO. PPR QUE APROVAM TRATADOS INTERNACIONAIS DISTRIBUÍDAS NA X LEGISLATURA E APRECIADAS NA GENERALIDADE NA X/2.^a POR COMISSÃO
- 60 GRÁFICO 8 – PROJECTOS E PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO
- 61 GRÁFICO 9 – COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES – PROJECTOS E PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO DISTRIBUÍDAS NA X LEGISLATURA E APRECIADAS NA GENERALIDADE NA X/2.^a POR COMISSÃO
- 63 GRÁFICO 10 – PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO QUE APROVAM ACORDOS, CONVENÇÕES, PROTOCOLOS OU TRATADOS INTERNACIONAIS
- 69 GRÁFICO 11 – APRECIACÕES PARLAMENTARES
- 73 GRÁFICO 12 – TIPO DE DEBATE
- 76 GRÁFICO 13 – INTERPELAÇÕES AO GOVERNO
- 77 GRÁFICO 14 – REQUERIMENTOS TRANSITADOS DA X/1.^a
- 78 GRÁFICO 15 – REQUERIMENTOS FORMULADOS NA X/2.^a
- 79 GRÁFICO 16 – REQUERIMENTOS TRANSITADOS DA X/1.^a VS RESPONDIDOS NA X/2.^a – ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
- 79 GRÁFICO 17 – REQUERIMENTOS TRANSITADOS DA X/1.^a VS RESPONDIDOS NA X/2.^a – ADMINISTRAÇÃO LOCAL
- 80 GRÁFICO 18 – REQUERIMENTOS FORMULADOS NA X/2.^a VS RESPONDIDOS – ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
- 80 GRÁFICO 19 – REQUERIMENTOS FORMULADOS NA X/2.^a VS RESPONDIDOS – ADMINISTRAÇÃO LOCAL
- 81 GRÁFICO 20 – PETIÇÕES ENTRADAS, TRANSITADAS, CONCLUÍDAS, DISCUTIDAS EM PLENÁRIO E PENDENTES NA X/2.^a
- 82 GRÁFICO 21 – PETIÇÕES DISTRIBUÍDAS NA X/2.^a POR COMISSÃO
- 83 GRÁFICO 22 – PROJECTOS DE INQUÉRITO PARLAMENTAR
- 87 GRÁFICO 23 – DECLARAÇÕES POLÍTICAS
- 89 GRÁFICO 24 – ASSUNTOS DE INTERESSE POLÍTICO RELEVANTE
- 90 GRÁFICO 25 – VOTOS – TIPO DE VOTOS
- 91 GRÁFICO 26 – VOTOS – POR AUTOR
- 97 GRÁFICO 27 – ACTIVIDADES DAS DELEGAÇÕES PARLAMENTARES DA AR ÀS ORGANIZAÇÕES PARLAMENTARES INTERNACIONAIS
- 100 GRÁFICO 28 – ACTIVIDADES DAS DELEGAÇÕES EVENTUAIS
- 101 GRÁFICO 29 – ACTIVIDADES DOS GRUPOS PARLAMENTARES DE AMIZADE
- 102 GRÁFICO 30 – OUTRAS ACTIVIDADES RELEVANTES
- 107 GRÁFICO 31 – CERIMÓNIAS
- 112 GRÁFICO 32 – COOPERAÇÃO PARLAMENTAR

A stone relief sculpture of a seated woman, likely a personification of Justice or Truth, wearing a headscarf and holding a mirror. A snake is coiled around her lap. The sculpture is set against a textured wall. A teal rectangular overlay is positioned on the right side of the image, containing white text.

COMPOSIÇÃO
DA ASSEMBLEIA
DA REPÚBLICA

Cumprindo o estabelecido na Lei Fundamental, a segunda sessão legislativa da X Legislatura teve início em 15 de Setembro de 2006 e a duração de 1 ano. A primeira reunião plenária da 2.ª sessão legislativa da X Legislatura ocorreu nesse mesmo dia e a última no dia 20 de Julho de 2007.

De realçar que, se o n.º de mulheres eleitas nesta Legislatura era o maior de sempre, 49, nesta sessão legislativa manteve-se o acrescido número de 61, com que terminara a sessão anterior, correspondendo a 26% do total dos deputados em exercício de funções.

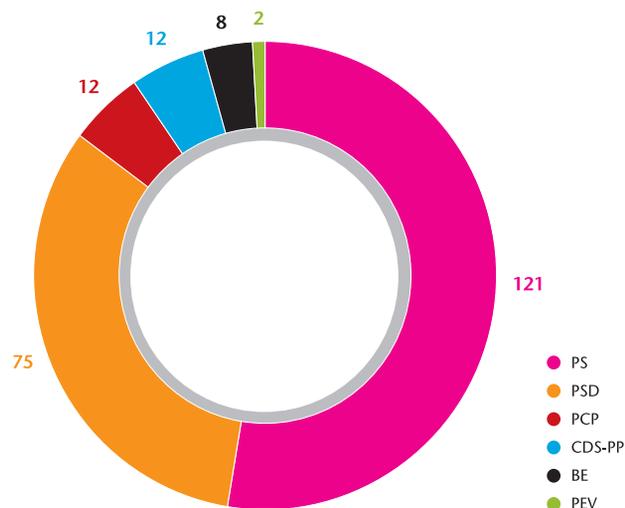
Na 2.ª sessão legislativa, dez Deputados renunciaram ao mandato, dez suspenderam o mandato e nove Deputados retomaram o mandato, tendo sido respeitado o legalmente prescrito.

Nos quadros que se seguem são apresentados os Deputados Eleitos por grupo parlamentar, por sexo e por grupos etários e profissionais e essa distribuição é também referida ao último dia da 2.ª sessão legislativa da X Legislatura.

TABELA 1
COMPOSIÇÃO DA AR

Partidos	Eleitos		Total	Efectivos em 14/09/2007		Total
	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres	
PS	86	35	121	73	48	121
PSD	69	6	75	69	6	75
PCP	10	2	12	11	1	12
CDS-PP	11	1	12	11	1	12
BE	4	4	8	4	4	8
PEV	1	1	2	1	1	2
TOTAL	181	49	230	169	61	230

GRÁFICO 1
ELEITOS POR GRUPO PARLAMENTAR





Sala das Sessões. Discussão do Orçamento de Estado para 2007

GRÁFICO 2
DEPUTADOS POR SEXO – ELEITOS

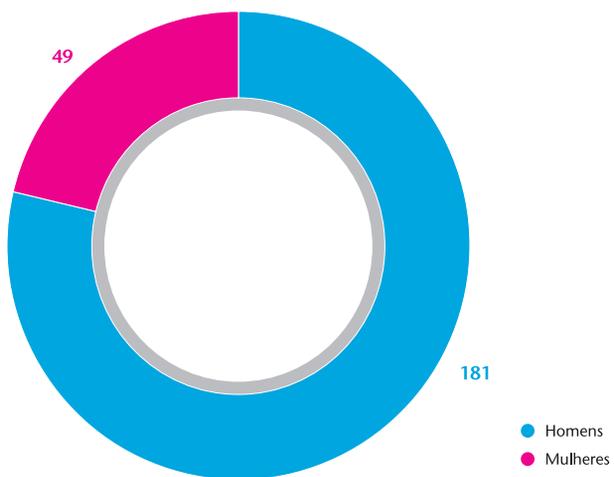


GRÁFICO 3
DEPUTADOS POR SEXO – EFECTIVOS EM 14-09-2007

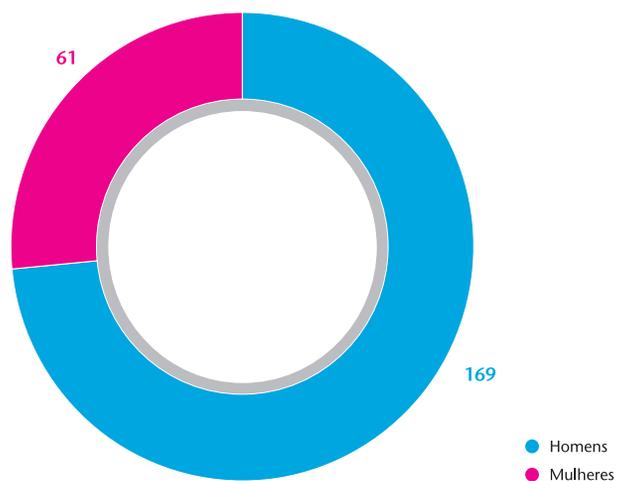


TABELA 2

DEPUTADOS EFECTIVOS EM 14-09-2007
– GRUPOS ETÁRIOS

Grupo Etário	Total
21-30 ANOS	11
31-40 ANOS	48
41-50 ANOS	79
51-60 ANOS	69
61-70 ANOS	22
MAIS DE 70 ANOS	1
TOTAL	230

GRÁFICO 4

DEPUTADOS EFECTIVOS EM 14-09-2007
– GRUPOS ETÁRIOS

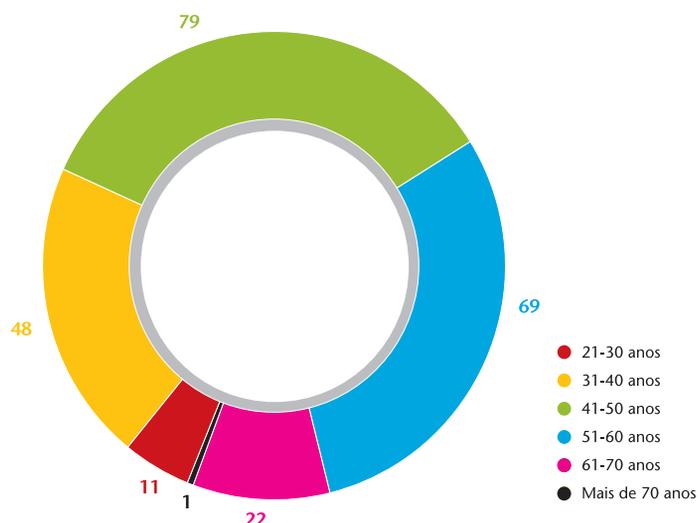


TABELA 3

DEPUTADOS EFECTIVOS EM 14-09-2007 – GRUPOS PROFISSIONAIS

Grupos Profissionais	Total
DIRIGENTES DA AP E GESTORES DE EMPRESAS	19
TÉCNICOS SUPERIORES DA AP E DAS EMPRESAS	16
PROFESSORES DE TODOS OS NÍVEIS DE ENSINO	57
ADVOGADOS, MAGISTRADOS E OUTROS JURISTAS	72
ECONOMISTAS	12
ENGENHEIROS	7
OUTROS ESPECIALISTAS DE PROFISSÕES INTELLECTUAIS E CIENTÍFICAS (ARQUITECTOS, HISTORIADORES, SOCIÓLOGOS, GEÓLOGOS, PSICÓLOGOS)	8
MÉDICOS/FARMACÊUTICOS	6
JORNALISTAS, ESCRITORES, EDITORES	5
POLÍTICOS	8
TÉCNICOS E PROFISSIONAIS DE NÍVEL INTERMÉDIO (BANCÁRIOS, AGENTES DE SEGUROS)	8
PESSOAL ADMINISTRATIVO	4
AGRICULTORES	1
OPERÁRIOS, ARTÍFICES E TRABALHADORES SIMILARES	2
ESTUDANTES	1
REFORMADOS	4
TOTAL	230



REUNIÕES PLENÁRIAS,
DA COMISSÃO PERMANENTE,
DA CONFERÊNCIA
DOS REPRESENTANTES DOS
GRUPOS PARLAMENTARES,
DA CONFERÊNCIA DOS
PRESIDENTES DAS COMISSÕES
PARLAMENTARES
E DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO

Durante a 2.^a sessão legislativa da X Legislatura realizaram-se 109 reuniões plenárias, com a duração total de 361 horas e 20 minutos e uma duração média de 3 horas e 18 minutos. Destas, 108 foram reuniões ordinárias e uma a sessão solene comemorativa do XXXIII Aniversário do 25 de Abril.

Os 230 Deputados em exercício de funções tomam lugar na Sala das Sessões, onde há também lugares reservados para os membros do Governo.

Nesta sessão legislativa, o Parlamento, assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses, no exercício da sua missão de legislar e de fiscalização da actividade do Governo marcou a agenda política com as discussões referentes aos seguintes temas: Reforma da Administração Pública; Finanças Locais; Sistema de Segurança Social; Sistema de Informações da República Portuguesa, do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e do Serviço de Informações de Segurança; Finanças das Regiões Autónomas; Defesa Nacional e das Forças Armadas; interrupção voluntária da gravidez; Fiscalização da Condução sob Influência do Álcool ou de Substâncias Psicotrópicas; colheita e transplante de órgãos e tecidos de origem humana; protecção dos cidadãos da exposição involuntária ao fumo do tabaco e medidas de redução da procura relacionadas com a dependência e a cessação do seu consumo; regime jurídico da avaliação do ensino superior; Acesso aos Cuidados de Saúde pelos utentes do Serviço Nacional de Saúde; alteração ao Código de Processo Penal; objectivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2007-2009; bases da política de ordenamento do território e de urbanismo; Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território; alteração ao Código Penal; Regime jurídico das instituições de ensino superior; novo Aeroporto Internacional de Lisboa e Reforma do Parlamento.

A **Comissão Permanente** reuniu no dia 6 de Setembro de 2007, durante 3 horas e 25 minutos.

A Comissão Permanente é presidida pelo Presidente da Assembleia da República e composta pelos Vice-Presidentes e por Deputados indicados por todos os Partidos, de acordo com a respectiva representatividade na Assembleia (42 membros).

Os principais pontos da agenda foram, no período de antes da ordem do dia, mensagens do Presidente da República sobre devolução sem promulgação de decretos sobre alterações: ao estatuto do jornalista, à Lei Geral Tributária, ao Código de Procedimento e de Processo Tributário e ao Regime Geral de Infracções Tributárias, ao regime de responsabilidade extracontratual do Estado e demais entidades públicas e à orgânica da Guarda Nacional Republicana. Além de declarações políticas, que vieram a ocorrer versando, designadamente, questões de segurança, políticas económicas e educativas, promessas eleitorais do executivo e estado da sua execução, financiamento dos partidos políticos, e de eventual tratamento de assuntos de interesse político relevante, da agenda constavam também a apreciação de votos de louvor relativos a Nelson Évora, medalha de Ouro nos Mundiais de Atletismo, e a Vanessa Fernandes, Campeã Mundial de Triatlo. Fez parte da ordem do dia o debate, da iniciativa do GP do PPD/PSD, com o Ministro da Administração Interna, sobre “Ocorrência na Herdade da Lameira, freguesia de Alcantarilha, Silves em 17 de Agosto de 2007”.

A Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, actualmente designada **Conferência de Líderes**, reuniu, na 2.^a sessão, 23 vezes.

O Presidente da Assembleia reúne a Conferência sempre que o entender necessário para o regular funcionamento

da Assembleia e nela têm assento os presidentes dos grupos parlamentares ou os seus substitutos, que têm um número de votos igual ao número de Deputados que representam. O Governo tem o direito de se fazer representar na Conferência.

A Conferência é informada pelo Presidente e decide quando necessário, na falta de consenso, por maioria, estando representada a maioria absoluta dos Deputados em efectividade de funções.

Das deliberações tomadas podem referir-se, designadamente, além da fixação dos agendamentos para as sessões plenárias, que melhor se identificam ao descrever o funcionamento do Plenário e das Comissões, pela sua maior visibilidade e impacto: A reforma da Assembleia da República; o lançamento do programa “Os Parlamentos unidos para combater a violência doméstica”, de acordo com uma Resolução já aprovada em Plenário da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa; a calendarização do debate do Orçamento de Estado; a realização do “Colóquio Internacional sobre o Combate à Corrupção”; a decisão de elaboração de Resolução para a criação do Grupo de Trabalho para a Transladação para o Panteão Nacional dos restos mortais de Aquilino Ribeiro; a apresentação a votação em Plenário do Projecto de Resolução RAR, n.º 57/2007, cujo objectivo consiste na alteração do artigo que diz respeito ao novo modelo de aquisição de bilhetes para viagens oficiais pela AR, adequando-o ao procedimento em vigor no quadro do sistema geral de aquisições do Estado; a aprovação do programa de recepção ao Presidente da Comissão Europeia, à Assembleia da República a convite do Presidente da Assembleia da República (PAR); a calendarização da Proposta de Lei das Grandes Opções do Plano para 2008 e o Relatório da Política Orçamental; tendo sido deliberado na Conferência de Líderes que a última sessão plenária da 2.ª sessão legislativa com realização de votações teria lugar no dia 19 de Julho e considerando que o cumprimento do disposto no n.º 1

do artigo 167.º do Regimento da Assembleia da República (RAR) implicaria o envio para promulgação dos autógrafos das leis apenas a partir de 24 de Setembro (data posterior à terceira sessão plenária) e conseqüente atraso na publicação e entrada em vigor da legislação aprovada, a Conferência de Líderes deliberou que, durante o período de férias parlamentares, o prazo de reclamação previsto no n.º 1 do artigo 167.º do Regimento da AR seja interpretado no sentido de “... até ao terceiro dia útil posterior ao dia da publicação do texto de redacção final no Diário” (leia-se decreto assinado pelo Presidente da Assembleia da República; tendo o Ministro dos Assuntos Parlamentares (MAP) solicitado a clarificação do entendimento da Conferência relativamente à presença e participação do Governo nas discussões, em Plenário, das petições, visto que estas são regimentalmente dirigidas à AR e não ao Governo, foi deliberado que será opção do Governo estar presente e participar durante as referidas discussões, se assim o entender, dado que o Regimento não obriga mas também não proíbe a participação dos membros do Governo (art.º 252.º do RAR) durante as mesmas.

A Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares reuniu 22 vezes durante a 2.ª sessão legislativa da X Legislatura.

A Conferência é presidida pelo Presidente da Assembleia da República e nela têm assento, como o próprio nome indica, todos os Presidentes das Comissões Parlamentares Especializadas Permanentes e Eventuais.

Nesta sessão, das importantes decisões tomadas, destacam-se as respeitantes à Reforma do Parlamento, que gerou a envolvência de todos os actores parlamentares e suscitou várias alterações legislativas culminando com a aprovação do novo Regimento, que veio a entrar em vigor em 1 de Setembro de 2007, e as que decorreram do facto de Portugal ter assumido a Presidência do Conselho da União Europeia, no 2.º semestre de 2007.

Quanto à Reforma do Parlamento, foi criado um grupo de trabalho no âmbito da 1.ª Comissão e estabelecida a calendarização dos procedimentos pelo Despacho n.º 127/X, de 15 de Janeiro, do PAR.

Na dinâmica gerada pelo facto de Portugal vir a assumir a Presidência do Conselho da União Europeia, a Conferência deliberou organizar no Parlamento, para além da COSAC – Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos Comunitários, reuniões ou Conferências de Presidentes de Comissões homólogas nas áreas dos Negócios Estrangeiros – COFACC, Justiça e Assuntos Internos, Defesa e Orçamento e Finanças.

Foi aprovada a calendarização global de todas as reuniões a realizar na Assembleia da República ou co-organizadas por esta, no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia. Esse calendário contempla as reuniões de Presidentes de Comissões homólogas no âmbito da Presidência, os Encontros Inter-parlamentares em Bruxelas, co-organizados pela AR e pelo Parlamento Europeu (PE), o acompanhamento dos Conselhos Interministeriais pelas Comissões, o acompanhamento das Cimeiras da União Europeia (UE) pela Comissão de Negócios Estrangeiros, os debates em Plenário ao abrigo da Lei n.º 43/2006 (Acompanhamento, Apreciação e Pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia) e, ainda, os colóquios e reuniões organizados pelas comissões durante a Presidência.

Em decorrência da entrada em vigor da nova lei de acompanhamento (Lei n.º 43/2006), foram estabelecidas novas metodologias de trabalho para o acompanhamento dos assuntos europeus nas comissões parlamentares.

Os relatórios semestrais sobre Avaliação da Regulamentação das Leis foram analisados e aprovados e foram tidos em consideração os contributos apresentados pelo Governo; foi decidida a sua publicação em *Diário da Assembleia da*

República (DAR) e a sua distribuição pelos órgãos de Comunicação Social.

A Conferência acompanhou os processos, legislativo e de apreciação das petições, no decurso da sessão, velando pela celeridade dos mesmos.



Para além disso, a Conferência desempenhou as suas competências de coordenação dos aspectos de organização funcional das comissões, procurando harmonizar procedimentos ao nível das várias comissões, com vista a melhorar precisamente as condições da actividade de fiscalização, nomeadamente no que respeita à organização das audições parlamentares em comissão e do processo legislativo.

O Conselho de Administração reuniu 26 vezes durante a 2.ª sessão da X Legislatura.

O Conselho de Administração (CA) é um órgão de consulta e gestão, constituído nesta Legislatura por seis Deputados em representação de cada um dos grupos parlamentares, pela Secretária-Geral da Assembleia da República (SG) e por um representante dos funcionários parlamentares eleito por Legislatura.

No cumprimento das competências que legalmente lhe estão atribuídas podem destacar-se, durante a 2.ª sessão, algumas decisões que a seguir se enunciam.

No cumprimento da atribuição de elaboração da proposta de orçamento da Assembleia da República, o CA procedeu à definição prévia de novas linhas orientadoras para a sua elaboração e à respectiva calendarização.

No que concerne à realização de estudos, deu parecer favorável, designadamente, à realização de um estudo anual sobre a qualidade do ar dos quatro edifícios da AR, à criação da Entidade Certificadora da AR, e, ainda, à avaliação dos níveis de radiação. Ao dar parecer favorável à criação da Equipa Ambiente, congratulou-se com o facto de estar a decorrer um concurso público com vista à adjudicação do projecto para a concepção de um sistema de climatização do Palácio de São Bento com energia solar térmica.

Na sequência de parecer favorável emitido pelo Grupo de Trabalho para os Assuntos Culturais, em 10 de Outubro de 2006, relativamente à contratação da Professora Zília Osório de Castro para a coordenação de uma colecção de estudos monográficos sobre dez oradores destacados no período da Monarquia Constitucional, foi presente ao CA uma proposta dos Serviços referente às despesas com a realização deste Projecto Editorial, à qual o CA deu a sua anuência.

Também mereceu o parecer favorável dos membros do CA o financiamento da edição da obra *O Recrutamento Parlamentar em Portugal*, a ser integrada na “Colecção Parlamento”; o projecto, coordenado pelo Professor Pedro Tavares de Almeida, teve o parecer favorável do Grupo de Trabalho para os Assuntos Culturais.

O CA deu parecer favorável para apoio ao projecto de investigação “Os Deputados Portugueses em Perspectiva Comparada”, da autoria dos Professores André Freire, José Manuel Leite Viegas e Andres Malamud. O Grupo de Trabalho para os Assuntos Culturais havia já dado parecer favorável à proposta de patrocínio a este projecto.

Mereceu, também, parecer favorável do CA, a edição de 12 monografias sobre parlamentares da 1.ª República; o Professor Luís Farinha assegura a coordenação científica deste projecto e será responsável pela feitura de um estudo monográfico, sendo as restantes 11 obras realizadas por investigadores especializados em História Contemporânea. Esta proposta obteve o parecer favorável do Grupo de Trabalho para os Assuntos Culturais.

Os membros do CA deliberaram dar parecer favorável à proposta da Edição Especial de *O Malhadinhas* de Aquilino Ribeiro, para assinalar a Cerimónia de Transladação dos Restos Mortais de Aquilino Ribeiro para o Panteão Nacional, em 19 de Setembro de 2007, e que foram distribuídos pelas Escolas do Ensino Básico e Secundário de todo o País.

O CA pronunciou-se, ainda, favoravelmente em relação a diversas obras de requalificação no Palácio de São Bento, de que se destacam pela sua complexidade, designadamente, a melhoria do ar recirculado, a climatização, a adaptação a novas tecnologias de som e comunicação e, ainda, de acesso informático, a Sala das Sessões.

Relativamente ao *inplant* da agência de viagens, o CA concordou com a proposta da SG de que não se deve reabrir esse *inplant* e que a prestação do serviço de viagens e alojamento deve ser efectuada através de agências de viagens com acordo com a Central de Compras do Estado.

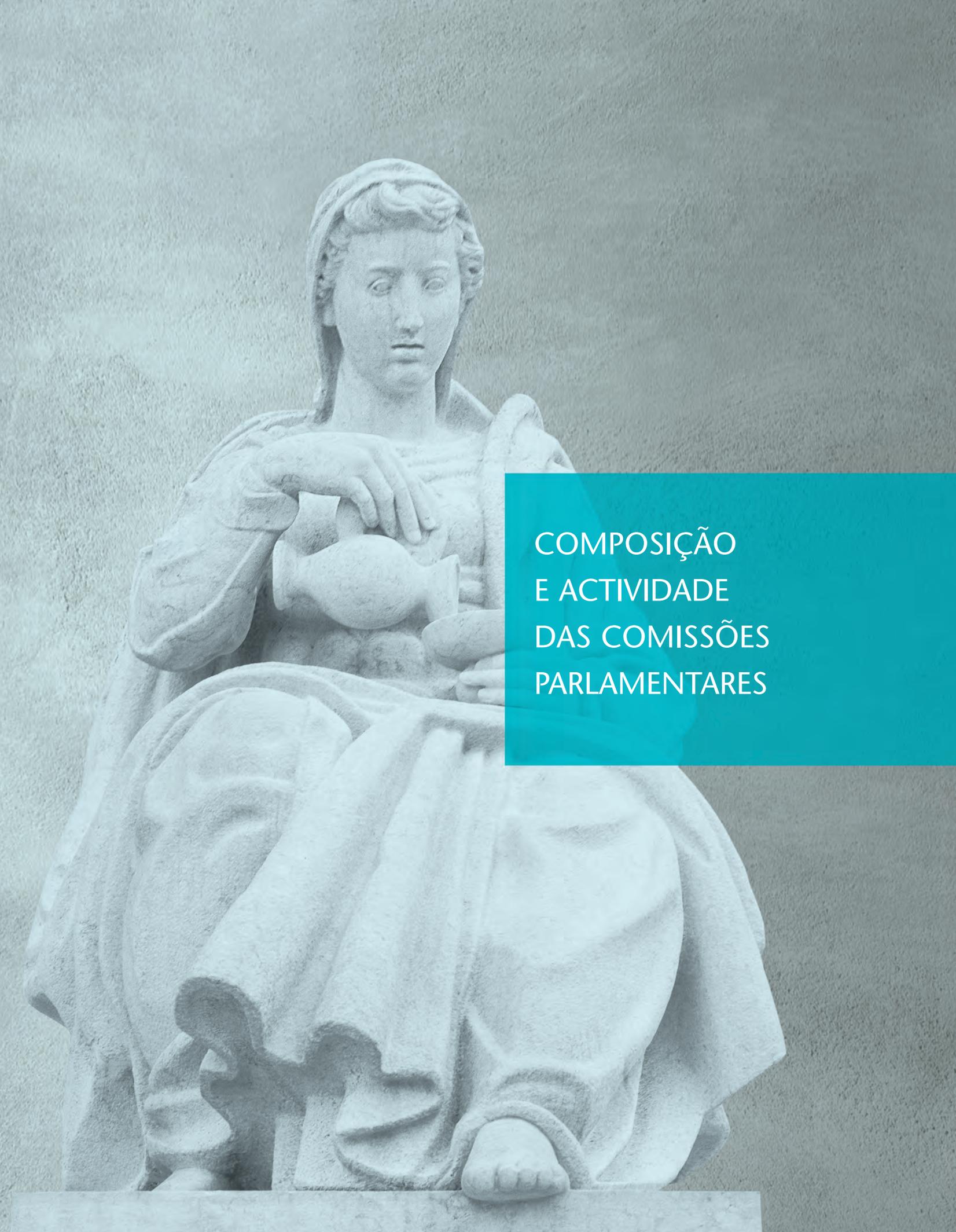
Para esse efeito, aprovou um projecto de alteração à Resolução n.º 57/2004, de 6 de Agosto, nomeadamente ao seu artigo 17.º, para que este diploma passasse a reflectir o procedimento relativo a viagens e alojamento a ser adoptado nas deslocações oficiais.

Na área da cooperação, o CA deu o seu acordo à contratação de dois consultores para assistência à ANSTP, permitindo garantir a continuidade dos Projecto I – Área de Apoio Parlamentar e Projecto III – Área de Informática.

TABELA 4

REUNIÕES PLENÁRIAS, DA COMISSÃO PERMANENTE, DA CONFERÊNCIA DE LÍDERES, DA CONFERÊNCIA DOS PRESIDENTES DAS COMISSÕES PARLAMENTARES E DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Plenárias	Tipo de Reunião		N.º de Reuniões	
	Ordinárias	Solenes	108	109
			1	
		COMISSÃO PERMANENTE		1
		CONFERÊNCIA DE LÍDERES		23
		CONFERÊNCIA DOS PRESIDENTES DAS COMISSÕES PARLAMENTARES		22
		CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		26



COMPOSIÇÃO
E ACTIVIDADE
DAS COMISSÕES
PARLAMENTARES

Comissões Especializadas Permanentes

Na 2.^a sessão legislativa da X Legislatura estiveram em funcionamento 12 Comissões Especializadas Permanentes, número fixado, obedecendo ao cominado legalmente, no início da Legislatura, pela Deliberação n.º 1-PL/2005, de 31 de Março. Na tabela e no gráfico que a seguir se apresentam consta o número de reuniões ordinárias de cada comissão.

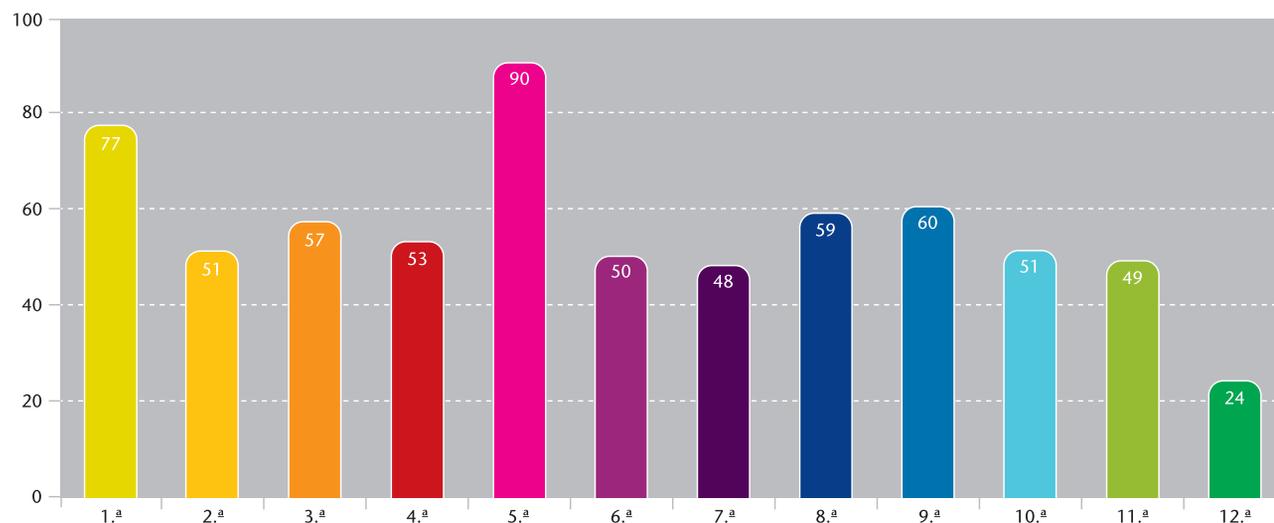
TABELA 5

COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES – REUNIÕES ORDINÁRIAS POR COMISSÃO

N.º da Comissão	Comissão	N.º de Reuniões
1. ^a	ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS	77
2. ^a	NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS	51
3. ^a	ASSUNTOS EUROPEUS	57
4. ^a	DEFESA NACIONAL	53
5. ^a	ORÇAMENTO E FINANÇAS	90
6. ^a	ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	50
7. ^a	PODER LOCAL, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	48
8. ^a	EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA	59
9. ^a	OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	60
10. ^a	SAÚDE	51
11. ^a	TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL	49
12. ^a	ÉTICA	24
TOTAL		669

GRÁFICO 5

COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES – REUNIÕES ORDINÁRIAS POR COMISSÃO



As Comissões realizaram também audições, audiências, visitas e deslocações e ainda reuniões de grupos de trabalho. Nas tabelas seguintes estão quantificadas essas realidades.

TABELA 6

COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES – AUDIÇÕES POR COMISSÃO

N.º da Comissão	Comissão	N.º de Audições
1. ^a	ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS	63
2. ^a	NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS	24
3. ^a	ASSUNTOS EUROPEUS	34
4. ^a	DEFESA NACIONAL	11
5. ^a	ORÇAMENTO E FINANÇAS	61
6. ^a	ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	22
7. ^a	PODER LOCAL, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	13
8. ^a	EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA	33
9. ^a	OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	18
10. ^a	SAÚDE	16 ^I
11. ^a	TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL	33 ^{II}
12. ^a	ÉTICA	0
TOTAL		328

^I Inclui as audições efectuadas por grupos de trabalho criados no âmbito da Comissão.

^{II} Inclui 22 (vinte e duas) audições efectuadas por grupos de trabalho criados no âmbito da Comissão.

TABELA 7

COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES – AUDIÊNCIAS POR COMISSÃO

N.º da Comissão	Comissão	N.º de Audiências
1. ^a	ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS	2
2. ^a	NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS	57
3. ^a	ASSUNTOS EUROPEUS	12
4. ^a	DEFESA NACIONAL	8
5. ^a	ORÇAMENTO E FINANÇAS	5
6. ^a	ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	17
7. ^a	PODER LOCAL, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	6
8. ^a	EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA	25
9. ^a	OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	5
10. ^a	SAÚDE	14
11. ^a	TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL	23 ^{III}
12. ^a	ÉTICA	0
TOTAL		174

^{III} Inclui 4 (quatro) audiências efectuadas por grupos de trabalho criados no âmbito da Comissão.

TABELA 8

COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES – VISITAS E DESLOCAÇÕES POR COMISSÃO

N.º da Comissão	Comissão	N.º de Visitas/Deslocações
1. ^a	ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS	23 ^{IV}
2. ^a	NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS	11
3. ^a	ASSUNTOS EUROPEUS	0
4. ^a	DEFESA NACIONAL	5
5. ^a	ORÇAMENTO E FINANÇAS	1
6. ^a	ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	16 ^V
7. ^a	PODER LOCAL, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	2
8. ^a	EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA	15 ^{VI}
9. ^a	OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	4
10. ^a	SAÚDE	2
11. ^a	TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL	10
12. ^a	ÉTICA	0
TOTAL		89

^{IV}Inclui as deslocações e visitas efectuadas por grupos de trabalho criados no âmbito da Comissão.

^VInclui as deslocações e visitas efectuadas por grupos de trabalho criados no âmbito da Comissão.

^{VI}Inclui as deslocações e visitas efectuadas por grupos de trabalho criados no âmbito da Comissão.

TABELA 9

COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES – REUNIÕES ORDINÁRIAS POR GRUPO DE TRABALHO

N.º da Comissão	Grupo de Trabalho	N.º de Reuniões
1. ^a	REGIME JURÍDICO DOS INQUÉRITOS PARLAMENTARES	2
	PRÉMIO DIREITOS HUMANOS 2006	2
	COORDENADORES	1
	INICIATIVAS DE ALTERAÇÃO DA LEI DE IMIGRAÇÃO (PPL 93/X E PPL 248/X)	9
	PREPARAÇÃO DO COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE CORRUPÇÃO	1
	CÓDIGO PENAL	15
	REFORMA DO PARLAMENTO	17
	CÓDIGO DE PROCESSO PENAL	9
	CAMPANHA DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	12
	RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO	3
5. ^a	APRECIACÃO NA ESPECIALIDADE PPL 92/X (LEI DAS FINANÇAS LOCAIS)	2
6. ^a	SECTOR TÊXTIL	10
	ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS	9
	DEFENDER O MONTADO, VALORIZAR A FILEIRA DA CORTIÇA	13
	PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS	1
	AUDIÊNCIA À ASSOCIAÇÃO AGENTES FUNERÁRIOS DE PORTUGAL	1
SUBTOTAL		107

TABELA 9 (Continuação)

N.º da Comissão	Grupo de Trabalho	N.º de Reuniões
7. ^a	APRECIACÃO NA ESPECIALIDADE PPL 92/X (LEI DAS FINANÇAS LOCAIS)	2
	APRECIACÃO NA ESPECIALIDADE PPL N.º 115/X (PESCA AQUICULTURA)	3
	APRECIACÃO NA ESPECIALIDADE PPL N.º 113/X (ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO)	4
	APRECIACÃO NA ESPECIALIDADE PPL N.º 130/X (PROTECÇÃO CIVIL)	1
	ALTERAÇÃO DL N.º 555/99 – REGIME JURÍDICO URBANIZAÇÃO EDIFICAÇÃO	3
	REGIME JURÍDICO DO SECTOR EMPRESARIAL LOCAL	2
	APROVEITAMENTO HIDROELÉTRICOS E ENERGÉTICOS BIOMASSA AGRÍCOLA	1
8. ^a	LEI DA RÁDIO E DIFUSÃO DA MÚSICA PORTUGUESA	3
	ENSINO SUPERIOR	5
	LÍNGUA PORTUGUESA	3
	ACOMPANHAMENTO DO DEBATE NACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO	4
	LEI DE BASES DA ACTIVIDADE FÍSICA E DO DESPORTO	3
	VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS	7
	PARLAMENTO DOS JOVENS	1
10. ^a	PREVENÇÃO DOENÇAS INFECTO-CONTAGIOSAS MEIO PRISIONAL	7
	criação carta direitos acesso aos cuidados saúde pelos utentes (SNS)	6
	COLHEITA E TRANSPLANTE ÓRGÃOS, TECIDOS E CÉLULAS ORIGEM HUMANA	4
	REGIME JURÍDICO DE CÉLULAS ESTAMINAIS	2
	PREVENÇÃO DO TABAGISMO	8
11. ^a	AUDIÊNCIAS	4
12. ^a	REGISTO DE INTERESSES	1
TOTAL		181

Na 2.^a sessão legislativa foram constituídas oito subcomissões identificadas relativamente à Comissão de que dependem nas tabelas e gráficos seguintes, onde também podem

ser visualizados os dados referentes ao número de reuniões, ao número de audições e de audiências e ainda às visitas e deslocações que se realizaram.

TABELA 10
SUBCOMISSÕES – REUNIÕES ORDINÁRIAS POR SUBCOMISSÃO

N.º da Comissão	Subcomissão	N.º de Reuniões
1. ^a	ADMINISTRAÇÃO INTERNA	4
	DIREITOS FUNDAMENTAIS E COMUNICAÇÃO SOCIAL	7
	IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	21
	JUSTIÇA E ASSUNTOS PRISIONAIS	6
6. ^a	AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS	36
	TURISMO	14
7. ^a	criação de novos municípios, freguesias, vilas e cidades	1
9. ^a	SEGURANÇA RODOVIÁRIA	18
TOTAL		107

TABELA 11
SUBCOMISSÕES – AUDIÇÕES POR SUBCOMISSÃO

N.º da Comissão	Subcomissão	N.º de Audições
1. ^a	ADMINISTRAÇÃO INTERNA	0
	DIREITOS FUNDAMENTAIS E COMUNICAÇÃO SOCIAL	5
	IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	5
	JUSTIÇA E ASSUNTOS PRISIONAIS	1
6. ^a	AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS	25
	TURISMO	3
7. ^a	criação de novos municípios, freguesias, vilas e cidades	0
9. ^a	SEGURANÇA RODOVIÁRIA	8
TOTAL		47

TABELA 12
SUBCOMISSÕES – AUDIÊNCIAS POR SUBCOMISSÃO

N.º da Comissão	Subcomissão	N.º de Audiências
1. ^a	ADMINISTRAÇÃO INTERNA	4
	DIREITOS FUNDAMENTAIS E COMUNICAÇÃO SOCIAL	0
	IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	1
	JUSTIÇA E ASSUNTOS PRISIONAIS	1
6. ^a	AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS	17
	TURISMO	4
7. ^a	criação de novos municípios, freguesias, vilas e cidades	0
9. ^a	SEGURANÇA RODOVIÁRIA	1
TOTAL		28

TABELA 13
SUBCOMISSÕES – VISITAS E DESLOCAÇÕES POR SUBCOMISSÃO

N.º da Comissão	Subcomissão	N.º de Visitas/Deslocações
1. ^a	ADMINISTRAÇÃO INTERNA	0
	DIREITOS FUNDAMENTAIS E COMUNICAÇÃO SOCIAL	0
	IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	3
	JUSTIÇA E ASSUNTOS PRISIONAIS	1
6. ^a	AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS	23
	TURISMO	4
7. ^a	criação de novos municípios, freguesias, vilas e cidades	0
9. ^a	SEGURANÇA RODOVIÁRIA	5
TOTAL		36

A diversidade de actividades desenvolvidas pelas comissões e subcomissões merece tratamento autónomo, pelo que de seguida é apresentado relatório sucinto do mesmo.

Na 2.^a sessão legislativa, a **Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (CACDLG)** concentrou os seus esforços nas grandes reformas das áreas da Justiça e Administração Interna, designadamente com legislação de profunda alteração dos Códigos Penal e de Processo Penal, Mediação Penal, prioridades de política criminal, imigração, sigilo bancário, corrupção desportiva, orgânica do Conselho Superior da Magistratura, constituição imediata de associações, acesso ao direito e ainda nas leis da Televisão e da reestruturação da RTP, Estatuto do Jornalista, direito de antena, despenalização da interrupção voluntária da gravidez de acordo com a vontade expressa em referendo, programação e equipamentos das forças de segurança, cartão de cidadão, videovigilância em táxis, acesso aos documentos da administração e sua reutilização, bases da protecção civil, associações humanitárias de bombeiros, responsabilidade civil extracontratual do Estado, entre muitas outras, de que se destaca a reforma do Parlamento.

Tendo em vista a apreciação e discussão das matérias objecto daquelas iniciativas, a Comissão ouviu, para além dos membros do Governo com competência naquelas áreas, diversas outras entidades especializadas nas matérias em causa ou representativas dos sectores envolvidos, e constituiu grupos de trabalho para o efeito da preparação do trabalho de apreciação das iniciativas.

No âmbito da sua competência de acompanhamento das políticas relativas a Justiça e Assuntos Prisionais, Administração Interna, Administração Pública, Igualdade de Oportunidades, Comunicação Social e Direitos dos Consumidores, a Comissão procedeu a diversas audições a membros do Governo e a outras entidades, em diferentes áreas temáticas e concedeu, através das suas subcomissões,

audiências na sequência de solicitações que lhe foram dirigidas por cidadãos e por diversas organizações. No âmbito das suas atribuições, ocupou-se também de questões de interpretação ou aplicação de preceitos constitucionais e apreciou recursos de admissão de iniciativas legislativas.

A Comissão promoveu ainda, através da sua subcomissão para a Igualdade de Oportunidades, um “Colóquio de Apresentação Pública do Relatório das Audições realizadas no âmbito da Avaliação dos Sistemas de Acolhimento, de Protecção e Tutelares de Crianças e Jovens”, outro relativo à educação especial e outro ainda no âmbito da campanha de combate à violência doméstica. A Comissão organizou e promoveu ainda um colóquio internacional sobre o combate à corrupção, com a presença de destacadas individualidades internacionais e nacionais do sector e realizou visitas no âmbito das suas atribuições, designadamente à Polícia Judiciária, para apreciação do regime de escutas telefónicas.

No que concerne às petições pendentes na Comissão, foi possível concluir várias petições, algumas das quais haviam transitado da anterior Legislatura, tendo também sido admitidas novas petições que mereceram ou se encontram a merecer apreciação.

Por último, a Comissão procurou desburocratizar o tratamento do expediente recebido, tendo apreciado vários documentos, muitos dos quais continham verdadeiras queixas ou reclamações, correspondendo à percepção de que a apreciação daquelas exposições se traduz num esforço de aproximação do poder político aos cidadãos, permitindo, em muitos casos, não só resolver problemas individuais, como também detectar eventuais deficiências legislativas nas áreas de acção da Comissão.

A Comissão promoveu ainda, no reinício dos seus trabalhos, na Assembleia da República, nos dias 9 e 10

de Setembro de 2007, no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia, uma reunião dos Presidentes das Comissões de Justiça e Assuntos Internos dos Parlamentos dos Estados-membros da União Europeia, dos países candidatos e do Parlamento Europeu, em matéria de justiça e de assuntos internos, tendo sido assegurada a participação da quase totalidade dos Presidentes dos 27, bem como de oradores como o Alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados, António Guterres, e do Juiz Conselheiro do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, José Narciso da Cunha Rodrigues.

A Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas (CNECP) visitou, pela primeira vez, Timor-Leste, através de uma sua delegação, em Dezembro de 2006, reunindo com o Parlamento Nacional, o Primeiro-Ministro e o Presidente da República, e com diversas instituições civis, religiosas e militares nacionais e internacionais, e, ainda, com a Comunidade Portuguesa empenhada na Cooperação com Timor-Leste, na véspera de uma nova fase de estabilização da vida democrática timorense.

Esta deslocação de uma Delegação da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas foi antecedida de uma visita à Austrália, onde reuniu com o Parlamento e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, para além da Comunidade Portuguesa aí residente, e, no final da viagem, foi feita uma visita à Indonésia, com reuniões com o Parlamento e com importantes personalidades políticas; em ambas as ocasiões, o diálogo centrou-se na situação difícil em que se encontrava Timor-Leste.

A Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas deu início a um pouco frequente impulso parlamentar na área da política externa, com a organização, no dia 6 de Março, de uma Conferência subordinada ao tema “UNITAID – A Globalização Solidária:

o porquê de uma taxa sobre bilhetes de avião para ajuda humanitária e desenvolvimento”, que teve a participação do Ministro dos Negócios Estrangeiros de França, Philippe Douste-Blazy, e do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Luís Amado, para além do Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama. A UNITAID é um mecanismo de financiamento, em grande parte com uma contribuição de solidariedade através de uma taxa sobre os bilhetes de avião, lançado em Nova Iorque, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Setembro de 2006, por iniciativa da França, do Brasil, do Chile, da Noruega e do Reino Unido, para a compra de medicamentos, na luta contra as pandemias (sida, malária e tuberculose) e ao serviço dos países mais atingidos e mais vulneráveis.



Sala do Senado. Conferência UNITAID – 6 de Março de 2007

Finalmente, em 19 de Julho, a Assembleia da República aprovou por unanimidade uma Resolução em que se solidariza com os objectivos desta causa e recomenda ao Governo que pondere a adesão à UNITAID, através do modelo que considerar mais adequado à realidade jurídica e económica do país.

Ao longo da 2.ª sessão legislativa, e em período de preparação da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas recebeu em audiência, para além de inúmeros diplomatas estrangeiros e nacionais,

um número crescente de importantes personalidades políticas internacionais e delegações parlamentares:

1. Presidente do Parlamento da Áustria, Senhora Barbara Prammer;
2. Chefe Espiritual Dalai Lama;
3. Ministro dos Negócios Estrangeiros da Argélia;
4. Presidente do Comité Parlamentar de Negócios Estrangeiros da Lituânia, Senhor Justinas Karosas;
5. Delegações da Comissão de Negócios Estrangeiros da Câmara dos Comuns do Reino Unido;
6. Delegação da Câmara dos Deputados do Parlamento da Roménia;
7. Presidente do Senado Espanhol, Senhor Francisco Javier Rojo;
8. Ministro dos Negócios Estrangeiros da Albânia;
9. Ministro dos Negócios Estrangeiros da Bósnia Herzegovina;
10. Deputado da Fatah e Presidente da Comissão Política do Conselho Legislativo Palestino, Dr. Abdallah Abdallah;
11. Representante especial da União Europeia para o Sul do Cáucaso, Senhor Peter Semneby;
12. Ministro de Estado Alemão, Dr. Günther Gloser;
13. Representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para Timor-Leste, Senhor Atul Kare;
14. Presidente do Parlamento da Geórgia, Senhora Nino Burjanadze;
15. Presidente do Parlamento da Suécia, Senhor Per Westerberg;
16. Directora executiva do FNUAP, Senhora Thoraya Obaid;
17. Comissária Europeia Benita Ferrero Waldner – responsável pelas Relações Exteriores e Política Europeia de Vizinhança;
18. Presidente do Conselho de Ministros de Itália, Senhor Romano Prodi;
19. Delegação da Comissão de Relações Exteriores, Cooperação Internacional e Comunidades Angolanas no estrangeiro de Angola;
20. Presidente da Comissão Europeia, Dr. Durão Barroso;
21. Comissário Europeu Ján Figel – responsável pela Educação, Formação, Cultura e Juventude;
22. Secretário de Estado no Ministério dos Negócios Estrangeiros da Áustria, Dr. Hans Winkler;
23. Presidente da Assembleia Nacional da Turquia, Senhor Bülent Arinç;
24. Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cuba, Senhor Felipe Pérez Roque;
25. Presidente do Parlamento Nacional de Timor-Leste, Senhor Francisco Guterres “LU-OLO”;
26. Ministro dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia;
27. Delegação parlamentar da Índia;
28. Ministro de Estado para a economia da Turquia, Senhor All Ba Acan;
29. Delegação parlamentar da Austrália;
30. Presidente da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, Senhor Francisco da Silva.

A **Comissão de Assuntos Europeus (CAE)** centrou a sua actividade na 2.^a sessão legislativa da X Legislatura na implementação da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto, sobre o acompanhamento, apreciação e pronúncia da Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia e na preparação das reuniões parlamentares realizadas no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (UE).

No que respeita a aplicação da referida Lei, a Comissão procurou, por um lado, criar rotinas de trabalho que garantissem a realização de um escrutínio parlamentar sistemático das iniciativas – legislativas e não legislativas – da Comissão Europeia, nomeadamente com a participação das outras Comissões Especializadas Permanentes que em muito contribuem para este objectivo. Por outro lado, diligenciou com o Governo o estabelecimento de um processo regular de consulta e de envio de informação.

Relativamente à Presidência Portuguesa do Conselho da UE, a Comissão organizou a Conferência que reuniu os Presidentes das Comissões de Assuntos Europeus dos Paramentos dos 27 Estados-membros da UE e o PE e preparou a XXXVIII COSAC. A Comissão realizou ainda um vasto conjunto de audiências e audições com entidades e personalidades interessadas em conhecer a actividade parlamentar no âmbito da Presidência da União.



XXXVIII COSAC – Lisboa, Assembleia da República, Junho de 2007

Com o objectivo de promover e estimular, junto dos cidadãos, um debate abrangente sobre as questões europeias mais relevantes para Portugal, a Comissão organizou um Ciclo de três Conferências sobre “Os desafios do Futuro da Europa”, na Assembleia da República, em Aveiro e em Vila Real.

Além disso, acompanhou e apreciou, em particular, a acção do Governo no que respeita a participação de Portugal no processo de construção da UE, a implementação da Estratégia de Lisboa, os Conselhos Europeus, alguns Conselhos Sectoriais, o Programa Legislativo e de Trabalho da Comissão Europeia, a Estratégia Política e Anual da Comissão Europeia.

A CAE participou ainda na XXXVI e na XXXVII COSAC – Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos Comunitários – que reúne, semestralmente, delegações dos Paramentos nacionais e do Parlamento Europeu, assim como em reuniões com o Parlamento Europeu, em Bruxelas. A Comissão organizou ainda uma visita à Bulgária e à Roménia, no âmbito do acompanhamento do processo da adesão destes dois países à UE.



Audição da Comissão de Assuntos Europeus com o Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros e com o Ministro do Reino Unido para a Europa 3 e 4 de Outubro de 2006

Na 2.ª sessão legislativa, do trabalho levado a cabo pela **Comissão de Defesa Nacional (CDN)** destaca-se, em termos legislativos, a apreciação das propostas de lei que conduziram à aprovação de uma alteração à Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, no que respeita à composição, competências e funcionamento do Conselho Superior de Defesa Nacional (Lei n.º 2/2007, de 16 de Abril) e da Lei que Estabelece o regime especial dos processos relativos a actos administrativos de sanções disciplinares previstas no Regulamento de Disciplina Militar (Lei n.º 34/2007, de 13 de Agosto). Foram também aprovados os relatórios, na parte da Defesa, relativos às Grandes Opções do Plano para 2008 e ao Orçamento do Estado para 2007.

Por outro lado, sublinha-se a realização de uma Conferência Internacional subordinada ao tema “Os Desafios da Segurança Internacional e a Cooperação no âmbito da CPLP”, que decorreu ao longo de dois dias e contou com a participação de reputados especialistas nacionais e estrangeiros, desde representantes de organizações internacionais, como a NATO, a ONU, a União Europeia e a da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, a responsáveis governamentais na área da defesa de países de expressão portuguesa.

Foram ainda realizadas outras três Conferências de alto nível: uma que contou com a presença do Comandante Supremo Aliado da Europa (SACEUR), da NATO, General James L. Jones, outra com o Director-Geral do Estado-Maior da União Europeia, Tenente-General Jean Paul Perruche, e outra com o Director Executivo da Agência Europeia de Defesa, Nick Witney.

Na vertente parlamentar da Presidência Portuguesa da União Europeia, a Comissão de Defesa Nacional promoveu a realização de uma sessão, na Assembleia da República, no âmbito da reunião informal do Comité Político e de Segurança da União Europeia, sobre o tema “A PESP durante a Presidência Portuguesa da União Europeia – Interagindo com os nossos parceiros: um olhar a leste e sul”.

Finalmente, refira-se que tiveram lugar variados encontros com responsáveis dos três ramos das Forças Armadas e instituições da área da Defesa Nacional.

Na 2.ª sessão legislativa da X Legislatura, a **Comissão de Orçamento e Finanças (COF)** efectuou 90 reuniões, em que analisou 15 Propostas de Lei, 8 Projectos de Lei e 9 Petições, tendo entrado na Comissão mais de 300 documentos de expediente.

Nas actividades desenvolvidas pela Comissão, assume especial relevância a apreciação do Orçamento do Estado

para 2007, processo que passou a contar com a Unidade Técnica de Apoio Orçamental, unidade orgânica criada pela Resolução da Assembleia da República n.º 53/2006, de 7 de Agosto. Sublinhe-se, ainda, a criação de uma aplicação informática específica para tramitação do processo legislativo do Orçamento do Estado, que possibilitou avanços ao nível da desmaterialização desse processo e do acesso à informação, permitindo designadamente que, a maioria das propostas de alteração tivessem dado entrada por via electrónica.

Foram também apreciadas as Propostas de Lei de Finanças Locais e de Finanças Regionais.

A Comissão organizou um Colóquio Internacional sobre “Fiscalidade e Competitividade”, que decorreu em 12 de Junho, com a participação e a presença e de ilustres personalidades nacionais e internacionais, inclusive do Sr. Comissário Kóvács.

Foram realizadas 61 audições, de entre as quais se destacam 11 realizadas com membros do Governo e 19 com entidades reguladoras.

No período em questão foram efectuadas deslocações de membros da Comissão e visitas/reuniões de trabalho ao Reino Unido, Holanda, Bélgica (Comissão Europeia e Parlamento Europeu) e Alemanha, para troca de experiências parlamentares no âmbito do acompanhamento e apreciação das contas públicas, da apreciação da execução orçamental e das orientações gerais de política económica e consolidação dos mercados financeiros.

Da actividade da **Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional (CAEIDR)** na 2.ª sessão legislativa, realça-se a apreciação das propostas de lei que deram origem às seguintes Leis:

- Lei n.º 20/2007, de 12 de Junho, que *Autoriza o Governo a legislar em matéria de propriedade das farmácias e a adaptar o regime geral das contra-ordenações às infracções cometidas no exercício da actividade farmacêutica;*
- Lei n.º 57/2007, de 31 de Agosto, que *Autoriza o Governo a aprovar o regime jurídico de acesso e exercício das actividades de produção de energia eléctrica a partir da energia das ondas;*
- Lei n.º 31/2007, de 10 de Agosto, que *Aprova as Grandes Opções do Plano para 2008.*

Ainda no âmbito do processo de acompanhamento e fiscalização política da actividade governativa, para além das diversas reuniões e audiências no âmbito das suas competências, a CAEIDR levou a cabo 22 audições, das quais 16 a membros do Governo (Ministros e/ou Secretários de Estado). Similarmente, a Subcomissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (SCADRP) realizou seis audições a membros do Governo, num total de 25, enquanto a Subcomissão de Turismo (SCT) realizou duas num total de três audições.

Ao nível da promoção da abertura ao exterior e contacto com os agentes económicos, realce-se a deslocação da SCT à Região do Alentejo. A SCADRP, por seu turno, efectuou, entre outras, deslocações à Fileira da Maçã, ao Sector Avícola e às Raças Autóctones. Acompanhou ainda a Reforma da OCM dos Vinhos, tendo culminado com uma audição pública parlamentar com a Comissão Europeia da Agricultura e do Desenvolvimento Rural.

Quanto aos diversos Grupos de Trabalho, realce-se, nomeadamente, o *GT Defender o Montado, Valorizar a Fileira da Cortiça*, que efectuou visitas de trabalho a todo o sector, desde a produção de montado à indústria transformadora. O *GT OGM* visitou uma unidade de

investigação e unidades de produção de milho tradicional e transgénico. Por seu turno, o *GT do Sector Têxtil* levou a cabo uma deslocação ao Norte, bem como diversas audições, nomeadamente nas Universidades do Minho e da Beira Interior, tendo culminado as suas actividades da sessão legislativa com um Colóquio Parlamentar na Assembleia da República.

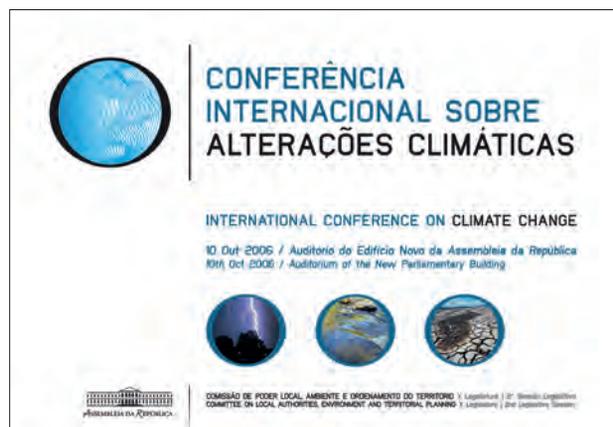
Para além de duas petições transitadas da 1.ª sessão legislativa, deram entrada na CAEIDR seis petições ao longo da 2.ª sessão legislativa: duas foram já objecto de relatório e arquivamento e quatro estão em fase de elaboração de relatório.

Na 2.ª sessão legislativa da X Legislatura (Setembro 2006 – Agosto 2007), a **Comissão de Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território (CPLAOT)** realizou 48 reuniões, 13 audições e seis audiências, tendo discutido e aprovado os Relatórios e Pareceres, na generalidade, sobre seis projectos de lei e 12 propostas de lei, e, na especialidade, sobre um projecto de lei e cinco propostas de lei, sendo de relevar a apreciação de matérias como o Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Sector Empresarial Local, Recursos Hídricos, Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território, Gestão dos Recursos Aquícolas e Serviços Municipais de Protecção Civil. Aprovou ainda relatórios sobre cinco iniciativas da Comissão Europeia.

A CPLAOT apreciou 15 requerimentos apresentados pelos grupos parlamentares representados na mesma relativamente a petições que lhe foram apresentadas, e aprovou também dez Relatórios Intercalares e oito Relatórios Finais, tendo, por outro lado, igualmente aprovado, no que concerne às matérias da sua competência, um parecer acerca do Programa Legislativo e de Trabalho da Comissão Europeia para 2007 e um parecer acerca do Relatório do Governo sobre o Acompanhamento da Participação de Portugal na União Europeia em 2006.

Em termos de actividades externas, a Comissão fez-se representar no Congresso do Poder Local, realizado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, em 12 de Dezembro de 2006, no Pavilhão Atlântico, Lisboa, no III Encontro Parlamentar sobre o Futuro da Europa, Parlamento Europeu – Bruxelas, 11 e 12 de Junho de 2007, na Conferência sobre “Energia e Sustentabilidade”, organizada pelo Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, que teve lugar no dia 3 de Julho de 2007, no Auditório do Edifício Novo da AR, e realizou visitas de trabalho ao Rio Tejo, em 6 de Fevereiro de 2007, e ao Baixo Mondego, em 5 de Março de 2007.

De sublinhar que a CPLAOT promoveu a realização, em 10 de Outubro de 2006, no Auditório do Edifício Novo da Assembleia da República, de uma Conferência



Internacional sobre Alterações Climáticas, com vista à análise dos dados e das perspectivas das alterações climáticas, na qual participaram oradores especialistas de relevo na matéria e com a assistência de cerca de duas centenas de interessados.

Na 2.ª sessão legislativa, a **Comissão de Educação, Ciência e Cultura (CECC)** apreciou diversas iniciativas legislativas, destacando-se a aprovação da *Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto*, do *Regime Jurídico da Avaliação da Qualidade do Ensino Superior* e do *Regime Jurídico das*

Instituições do Ensino Superior. É de referir que para todas elas, a Comissão procedeu à auscultação da sociedade civil, quer através da realização de audições públicas, quer através do sistema de fóruns na página Internet da Assembleia da República. No novo quadro de participação da Assembleia da República no processo legislativo da União Europeia, esta Comissão apreciou 43 iniciativas, tendo remetido os competentes relatórios à Comissão de Assuntos Europeus.

Foram recebidas em audiência 25 entidades e registaram-se 33 audições. De salientar a realização, por iniciativa da Comissão, de duas audições, com o Comité Olímpico de Portugal e com a Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes, para acompanhamento da preparação da participação dos atletas portugueses nos Jogos Olímpicos e nos Jogos Paraolímpicos de Pequim 2008.



Audiência do Presidente da Assembleia da República com os atletas Paraolímpicos – Setembro de 2007

Na sequência do trabalho desenvolvido no âmbito da Segurança nas Escolas, destacam-se, nomeadamente a realização de uma audição pública, uma audição com os responsáveis do Observatório da Segurança Escolar e da Equipa de Missão para a Segurança na Escola e visitas a 12 Estabelecimentos de Ensino, integrados no programa dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. Foi elaborado um Relatório Final, que deu origem a

um Projecto de Resolução que *recomenda ao Governo a adopção de medidas que visem melhorar a resposta das escolas e da sociedade na prevenção de comportamentos de risco.*

No âmbito do Debate Nacional sobre Educação, de referir uma iniciativa da Assembleia da República para assinalar o 20.º aniversário da Lei de Bases do Sistema Educativo; foram realizados seis debates, em outras tantas regiões do país, sobre o futuro da educação em Portugal, tendo sido elaborado o respectivo relatório. Teve ainda lugar uma discussão em Plenário, sobre o relatório entregue pelo Conselho Nacional de Educação.

O projecto “Parlamento dos Jovens” foi objecto de uma avaliação, tendo sido introduzidas algumas alterações aos regulamentos, que visam melhorar a sessão 2007/2008. De realçar a elevada participação dos Deputados, e não apenas dos que integram esta Comissão, nas várias fases do programa. Nos debates nas escolas registaram-se 70 participações de Deputados e nas sessões distritais/regionais estiveram presentes 39. As sessões nacionais, realizadas na Assembleia da República, registaram

32 participações de Deputados dos vários grupos parlamentares.

Importa ainda destacar a realização da 2.ª edição do Café Ciência, uma iniciativa da Comissão de Educação e da Ciência Viva que, este ano, foi dedicada às questões da *Energia e Alterações Climáticas* e que contou com a presença de investigadores das várias áreas do conhecimento.

A Comissão preparou ainda a realização de um Fórum de Jovens com a participação dos Presidentes dos Grupos Políticos do Parlamento Europeu, que teve lugar no dia 28 de Junho, na Assembleia da República.

Durante a 2.ª sessão legislativa, de entre a actividade parlamentar levada a efeito pela **Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações (COPTC)** há que ressaltar, atenta a especial relevância nacional do tema, o conjunto de importantes iniciativas realizadas (um colóquio e duas audições parlamentares) a propósito do Novo Aeroporto Internacional de Lisboa.



Colóquio “O Novo Aeroporto Internacional de Lisboa” – Assembleia da República, 11 de Junho de 2007

O Colóquio, efectuado em 11 de Junho de 2007, constituiu um grande espaço de participação política e técnica, tendo permitido uma reflexão e um debate de profundo alcance, atentos os contributos não só de alguns dos mais reputados especialistas e cientistas na matéria como também dos representantes de todos os grupos parlamentares. Complementarmente, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações recebeu, em audição, respectivamente a 10 e 11 de Julho, os responsáveis do estudo patrocinado pela Confederação da Indústria Portuguesa sobre “Localizações alternativas para o Novo Aeroporto de Lisboa”, e ainda o Laboratório Nacional de Engenharia Civil para o auscultar sobre o estudo comparativo a realizar acerca das alternativas ao Novo Aeroporto de Lisboa.

No campo legislativo, a Comissão procedeu à apreciação de vários projectos e propostas de lei, salientando-se, de entre eles, os atinentes ao regime jurídico aplicável aos transportes rodoviários de mercadorias, à instalação e utilização de sistemas de videovigilância em táxis, ao financiamento da rede rodoviária nacional a cargo da EP – Estradas de Portugal e ao estabelecimento dos direitos dos utentes nas vias rodoviárias, visando garantir a segurança da circulação nos troços de estradas em obras. Concomitantemente, foram acompanhadas de perto, com elaboração de relatórios, as iniciativas legislativas e o trabalho europeu.

Relativamente aos contactos externos, tidos quer pela Comissão, quer pela Subcomissão de Segurança Rodoviária, destaca-se a deslocação a Bruxelas, em 26 de Fevereiro de 2007, à reunião conjunta da Comissão dos Transportes e do Turismo do Parlamento Europeu e de representantes das comissões responsáveis pelas políticas dos transportes dos Estados-membros da UE e a concretização de visitas de trabalho, em 12 e 13 de Março, a Viana do Castelo, Braga e Porto (sobre as respectivas estruturas rodo/ferroviárias) e à Lusoponte (Ponte Vasco da Gama), em 12 de Junho.

Da actividade legislativa desenvolvida pela **Comissão Parlamentar de Saúde (CS)**, durante a 2.^a sessão legislativa, importa destacar a apreciação e aprovação de propostas de lei que conduziram à publicação da Lei n.º 22/2007, em 29 de Junho, relativa à colheita e transplante de órgãos e tecidos de origem humana e da Lei n.º 37/2007, em 14 de Agosto, que aprova normas para a protecção dos cidadãos da exposição involuntária ao fumo do tabaco e medidas de redução da procura relacionadas com a dependência e a cessação do seu consumo.

Foram ainda aprovados os Textos Finais resultantes da discussão dos Projectos de Lei n.º 110/X e 189/X, visando adoptar medidas de combate às doenças infecto-contagiosas em meio prisional, tendo já sido publicado o Regulamento do Programa Específico de Troca de Seringas em Meio Prisional, e do Projecto de Lei n.º 273/X, que cria a Carta dos Direitos de Acesso aos Cuidados de Saúde pelos Utentes do SNS.

Durante esta sessão legislativa a Comissão promoveu vários colóquios, como sejam o Colóquio intitulado “Somos Diferentes Somos Iguais”, em parceria com a Associação dos Diabéticos de Portugal, outro subordinado ao tema “Obesidade – Epidemia do Século XXI” e ainda outro sobre “Regulação em Saúde”, para além da participação no Colóquio promovido pela ANEBE, sob o tema “Os Jovens e o Álcool e a Prevenção Rodoviária”.

Além disso, realizaram-se audições com membros do Governo, com a Comissão Técnica de Apoio ao Processo de Requalificação de Urgências, com o Coordenador Nacional para a Infecção VIH/SIDA, com a Direcção do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, com os Directores Gerais da Veterinária e da Saúde, a propósito da gripe aviária, e com várias personalidades da comunidade científica ligadas à investigação em células estaminais.

Finalmente, a Comissão levou ainda a cabo visitas de trabalho ao Serviço de Urgências do Hospital de São José e ao INEM – Instituto Nacional de Emergência Médica. Na **Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS)**, os debates ocorridos em Comissão durante a 2.ª sessão legislativa da X Legislatura foram sobretudo suscitados pela apreciação e votação na especialidade de diversas iniciativas legislativas que a ela baixaram, visando designadamente a aprovação de um novo regime jurídico do trabalho temporário, que revogou o DL n.º 358/89, de 17 de Outubro, alterado pelas Leis n.ºs 39/96, de 31 de Agosto, 146/99, de 1 de Setembro e 99/2003, de 27 de Agosto; a aprovação das bases gerais do sistema de segurança social; a criação do indexante dos apoios sociais e novas regras de actualização das pensões e outras prestações sociais do sistema de segurança social; a alteração da contribuição dos beneficiários dos subsistemas de saúde da Administração Pública; a adaptação do regime da Caixa Geral de Aposentações ao regime geral da segurança social em matéria de aposentação e cálculo de pensões.

De destacar ainda a realização de um Seminário sobre Produtividade, que contou com as intervenções de diversas personalidades, designadamente o Secretário-Geral da CGTP-IN, Carvalho da Silva, o Secretário-Geral da UGT,

João Proença, o Presidente da Confederação da Indústria Portuguesa, Francisco van Zeller, o Director-Geral da Confederação do Turismo Português, Sérgio Palma Brito, o Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, o Presidente do Conselho Económico e Social, Bruto da Costa, com intervenções, em duas “mesas redondas” moderadas pelo jornalista Carlos Andrade, de João Salgueiro, Maria João Rodrigues, Miguel Moraes Leitão e Sérgio Ribeiro, na primeira, e de João Ferreira do Amaral, Teodora Cardoso, Helena André e Eugénio Rosa, na segunda, tendo ficado o encerramento do Seminário a cargo do Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social.

Comissões Eventuais e Comissões Eventuais de Inquérito

Na 2.ª sessão da X Legislatura foram constituídas quatro Comissões Eventuais nelas estando compreendida uma de Inquérito.

Na tabela que a seguir se apresenta consta o número de reuniões ordinárias de cada Comissão Eventual.

TABELA 14

COMISSÕES EVENTUAIS E EVENTUAIS DE INQUÉRITO – REUNIÕES POR COMISSÃO EVENTUAL

Comissões	N.º de Reuniões
EVENTUAIS	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO POLÍTICA NACIONAL DEFESA FLORESTA
	CONTRA INCÊNDIOS
	23
	ACOMPANHAMENTO QUESTÕES ENERGÉTICAS
	10
	FOGOS FLORESTAIS
	9
EVENTUAIS	PROCESSAMENTO, DISPONIBILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO REGISTOS
INQUÉRITO	CHAMADAS TELEFÓNICAS PROTEGIDOS OBRIGAÇÃO
	CONFIDENCIALIDADE
	18 ^{VII}
	TOTAL
	60

^{VII} No âmbito da Comissão de Inquérito, foram ainda realizadas 21 audições.

As Comissões Eventuais, pela sua própria especificidade, merecem tratamento autónomo e um relato sucinto das actividades realizadas, que seguidamente se apresenta.

A Comissão Eventual de Acompanhamento e Avaliação da Política Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CEAAPNDFI), constituída pela Resolução n.º 18/2007, de 26 de Abril, foi instalada em 23.05.07, reuniu, pela primeira vez, em 29.05.07 e procedeu, desde logo, à aprovação dos respectivos Regulamento e Plano de Actividades.

Daquela data até ao final da sessão legislativa, realizou quatro audições com membros do Governo (Ministro da Administração Interna, Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas), cinco reuniões ordinárias e 14 reuniões no âmbito das seguintes deslocações, que tiveram como finalidade conhecer localmente as políticas e práticas em matéria de defesa da floresta contra incêndios:

- a) CNOS no Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, em Carnaxide
- b) Instituto de Meteorologia
- c) Distritos de Viseu e Guarda
- d) Gerês e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)
- e) Parque Natural da Arrábida e Península de Setúbal
- f) Vale do Guadiana
- g) Serra d'Ossa e Serra de São Mamede
- h) Lousã e Serra da Boa Viagem

A Comissão Eventual para o Acompanhamento das Questões Energéticas (CEAQE), constituída pela Resolução n.º 66/2006 da Assembleia da República, publicada no DR, I Série, n.º 234, de 6 de Dezembro de 2006, iniciou formalmente a sua actividade em 19 de Maio de 2007. No decurso desse mês, a Comissão aprovou o seu

Regulamento e Plano de Actividades, destacando-se, neste último, um plano mensal de audições e visitas a promover.

Em concordância com o respectivo Plano, a Comissão centrou a sua actividade nos seguintes eixos: diagnóstico da situação actual, novo paradigma energético e eficiência energética. No início do mês de Junho de 2007, foi apresentado o cronograma com a calendarização das entidades a convidar e das visitas a realizar.

Realça-se o trabalho levado a cabo pela Comissão durante o mês de Julho de 2007, no âmbito das suas atribuições, concretamente a realização de audições com o Ministro da Economia, Presidente da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), Presidente da Associação das Empresas de Construção e Obras Públicas (AECOPS) e ainda com o Presidente da Rede Eléctrica Nacional (REN), enquadrando-se as respectivas intervenções nos temas constantes do Plano de Actividades da Comissão.

Finalmente, já no decurso do mês de Setembro, a Comissão promoveu uma audição com representantes da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), designadamente com os seus Vice-Presidente e Secretário-Geral, no decurso da qual foram abordadas questões ligadas aos aproveitamentos tecnologicamente possíveis das biomassas para fins energéticos, em especial o aproveitamento dos resíduos e os biocombustíveis.

A Comissão eventual para os fogos florestais – CEFF exerceu as suas actividades até ao dia 16 de Janeiro de 2007, conforme o respectivo Plano de Actividades aprovado para a 2.ª sessão legislativa, efectuando nove reuniões, em que se destaca a realização de quatro audições.

Destas audições, levadas a efeito com vista à elaboração do 2.º Relatório da Comissão, três tiveram lugar com três Membros do Governo (Ministro de Estado e da

Administração Interna, Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional) e uma com o Presidente da Câmara Municipal de Mação.

O encerramento das actividades desta Comissão decorreu da Resolução n.º 56/2005, de 7 de Outubro, o qual definiu a sua composição e duração, tendo apreciado e votado o seu 2.º relatório na última reunião, que ocorreu em 16 de Janeiro de 2007.

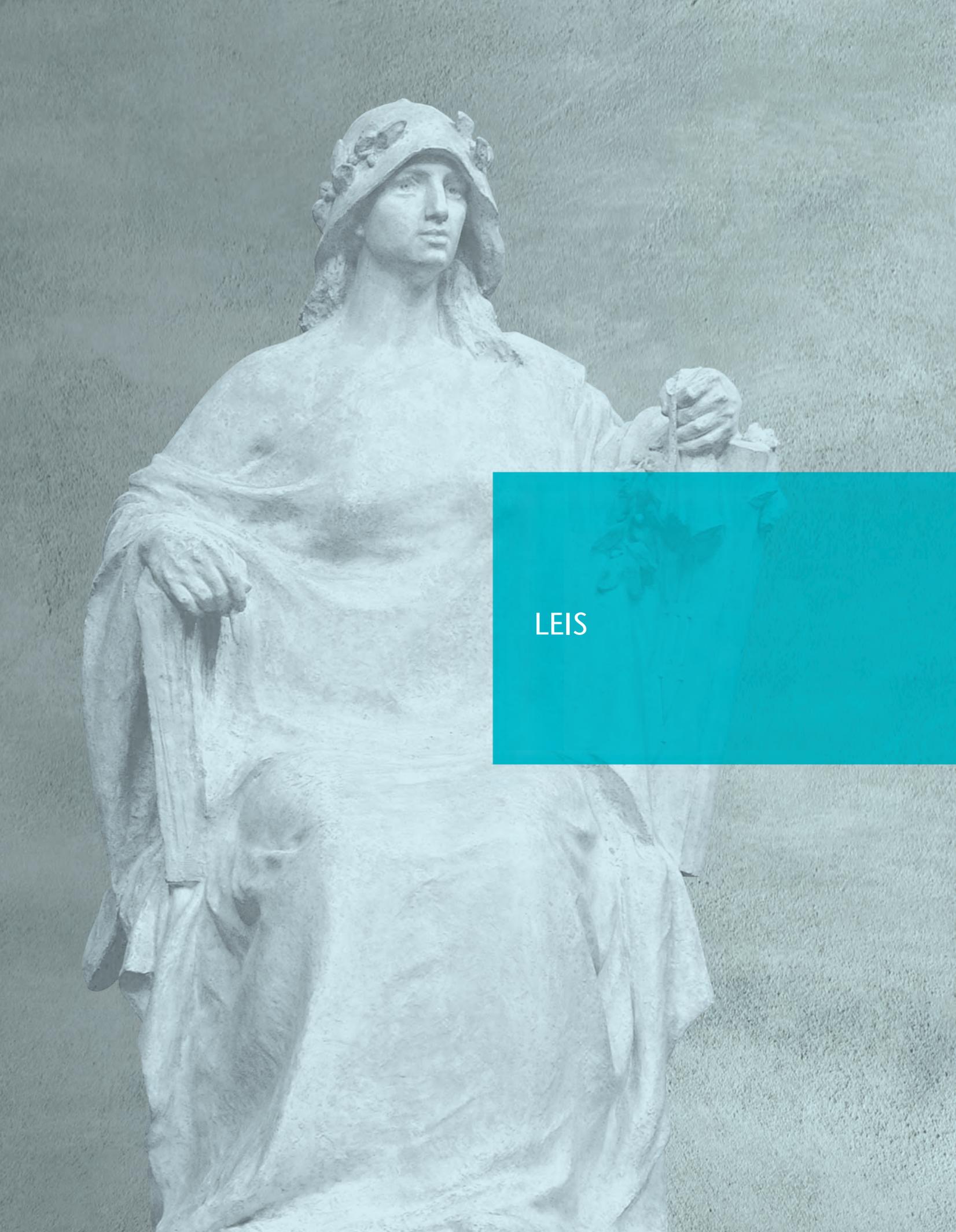
A Comissão eventual de inquérito parlamentar ao processamento, disponibilização e divulgação de registo de chamadas telefónicas protegidos pela obrigação de confidencialidade foi constituída pela Resolução da Assembleia da República n.º 56/2006, publicada no *Diário da República* I Série A, n.º 212, de 13 de Novembro de 2006. O Presidente da Assembleia da República, pelo Despacho n.º 120/X, de 22 de Novembro de 2006, publicado no *Diário da Assembleia da República*, II Série C, n.º 13, de 24 de Novembro de 2006, fixou em 23 o número de membros da comissão de inquérito, cuja composição ficou estabelecida nos seguintes termos:

12 Deputados do GP/PS; 5 Deputados do GP/PSD; 2 Deputados do GP/PCP; 2 Deputados do GP/CDS-PP; 1 Deputado do GP/BE e 1 Deputado do GP/PEV.

Aos 22 dias do mês de Novembro de 2006 foi, pelo Presidente da Assembleia da República, conferida a posse à Comissão, que aprovou e adoptou o seu regulamento interno, publicado no *Diário da Assembleia da República*, II Série B, n.º 14, de 16 de Dezembro de 2006.

A Comissão realizou 18 reuniões, nas quais foram ouvidas 20 personalidades. A Comissão requereu e obteve documentação da Procuradoria-Geral da República, da 8.ª Vara – 3.ª Secção do Tribunal Criminal de Lisboa, do Juiz Presidente do Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, do 3.º Juízo A do Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa e do Conselho de Administração da Portugal Telecom.

A Comissão concluiu os seus trabalhos em 22 de Março de 2007, com a aprovação do relatório final dos trabalhos, publicado no *Diário da Assembleia da República*, II Série B, n.º 31, de 3 de Abril de 2007.



LEIS

Leis Orgânicas

Na 2.ª sessão legislativa da X Legislatura foram publicadas 72 Leis sendo que, por imperativo Constitucional, duas são Leis orgânicas, o que determinou a sua aprovação por maioria absoluta dos Deputados em efectividade de funções:

Lei Orgânica n.º 1/2007

Aprova a Lei de Finanças das Regiões Autónomas, revogando a Lei n.º 13/98, de 24 de Fevereiro.

Publicação: DR I Série n.º 35, de 2007-02-19

Lei Orgânica n.º 2/2007

Sétima alteração à Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, no que respeita à composição, competências e funcionamento do Conselho Superior de Defesa Nacional.

Publicação: DR I Série n.º 74, de 2007-04-16.



Sala das Sessões

Leis

Na 2.ª sessão legislativa da X Legislatura deram entrada na Mesa 96 projectos e 65 propostas de lei, tendo transitado da sessão anterior 177 projectos e 26 propostas. Nesta sessão foram aprovadas em votação final global e enviadas para promulgação 103 iniciativas, tendo dado origem a lei, 95. Nesta Legislatura foram publicadas 72 leis; destas, duas são leis orgânicas, tal como identificadas nos parágrafos anteriores.

São as seguintes as leis publicadas:

Lei n.º 53/2006

Estabelece o regime comum de mobilidade entre os serviços dos funcionários e agentes da Administração Pública visando o seu aproveitamento racional.

Publicação: DR I Série n.º 235, de 2006-12-07

Lei n.º 53-A/2006

Orçamento do Estado para 2007.

Publicação: DR I Série n.º 249, 4.º Supl., de 2006-12-29.

Declaração de Rectificação n.º 13/2007, DR I Série n.º 33, de 2007-02-15

Lei n.º 53-B/2006

Cria o indexante dos apoios sociais e novas regras de actualização das pensões e outras prestações sociais do sistema de segurança social.

Publicação: DR I Série n.º 249, 4.º Supl., de 2006-12-29

Lei n.º 53-C/2006

Determina a prorrogação da vigência das medidas aprovadas pela Lei n.º 43/2005, de 29 de Agosto, até 31 de Dezembro de 2007.

Publicação: DR I Série n.º 249, 4.º Supl., de 2006-12-29

Lei n.º 53-D/2006

Altera a contribuição dos beneficiários dos subsistemas de saúde da Administração Pública.

Publicação: DR I Série n.º 249, 4.º Supl., de 2006-12-29

Lei n.º 53-E/2006

Aprova o regime geral das taxas das autarquias locais.

Publicação: DR I Série n.º 249, 4.º Supl., de 2006-12-29

Lei n.º 53-F/2006

Aprova o regime jurídico do sector empresarial local, revogando a Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto.

Publicação: DR I Série n.º 249, 4.º Supl., de 2006-12-29

Lei n.º 1/2007

Autoriza o Governo a adaptar o regime geral das contra-ordenações no âmbito do processo contra-ordenacional do regime jurídico do transporte rodoviário de mercadorias.

Publicação: DR I Série n.º 8, de 2007-01-11

Lei n.º 2/2007

Aprova a Lei das Finanças Locais, revogando a Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto.

Publicação: DR I Série n.º 10, de 2007-01-15. Declaração de Rectificação n.º 14/2007, DR I Série n.º 33, de 2007-02-15

Lei n.º 3/2007

Adopta medidas de combate à propagação de doenças infecto-contagiosas em meio prisional.

Publicação: DR I Série n.º 11, de 2007-01-16

Lei n.º 4/2007

Aprova as bases gerais do sistema de segurança social.

Publicação: DR I Série n.º 11, de 2007-01-16

Lei n.º 5/2007

Lei de bases da actividade física e do desporto.

Publicação: DR I Série n.º 11, de 2007-01-16

Lei n.º 6/2007

Autoriza o Governo a alterar o regime dos recursos em processo civil e o regime dos conflitos de competência.

Publicação: DR I Série n.º 24, de 2007-02-02

Lei n.º 7/2007

Cria o cartão de cidadão e rege a sua emissão e utilização.

Publicação: DR I Série n.º 25, de 2007-02-05

Lei n.º 8/2007

Aprova a Lei que procede a reestruturação da concessionária do serviço público de rádio e televisão.

Publicação: DR I Série n.º 32, de 2007-02-14

Lei n.º 9/2007

Estabelece a orgânica do Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e do Serviço de Informações de Segurança e revoga os Decretos-Leis n.ºs 225/85, de 4 de Julho, e 254/95, de 30 de Setembro.

Publicação: DR I Série n.º 35, de 2007-02-19

Lei n.º 10/2007

Autoriza o Governo a estabelecer o regime jurídico dos bens imóveis dos domínios públicos do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais.

Publicação: DR I Série n.º 46, de 2007-03-06

Lei n.º 11/2007

Concede ao Governo autorização para, no âmbito do licenciamento da ocupação e utilização de terrenos, serviços e equipamentos, bem como do exercício de qualquer actividade nas áreas do domínio público aeroportuário, rever o Decreto-Lei n.º 102/90, de 21 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 280/99, de 26 de Julho.

Publicação: DR I Série n.º 46, de 2007-03-06

Lei n.º 12/2007

Prorroga por três anos o prazo de vigência das medidas preventivas de ocupação do solo no local previsto para a instalação da estação de radar secundário da serra do Marão e na área circundante, estabelecidas pelo Decreto n.º 50/2003, de 27 de Outubro.

Publicação: DR I Série n.º 46, de 2007-03-06

Lei n.º 13/2007

Autoriza o Governo a aprovar o regime de utilização dos recursos hídricos.

Publicação: DR I Série n.º 46, de 2007-03-06

Lei n.º 14/2007

Transmissão dos direitos de antena no serviço público de televisão.

Publicação: DR I Série n.º 46, de 2007-03-06

Lei n.º 15/2007

Procede à segunda alteração da Lei n.º 5/93, de 1 de Março (Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares).

Publicação: DR I Série n.º 66, de 2007-04-03

Lei n.º 16/2007

Exclusão da ilicitude nos casos de interrupção voluntária da gravidez.

Publicação: DR I Série n.º 75, de 2007-04-17

Lei n.º 17/2007

Autoriza o Governo a alterar o Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico do sector empresarial do Estado e das empresas públicas.

Publicação: DR I Série n.º 81, de 2007-04-26

Lei n.º 18/2007

Aprova o Regulamento de Fiscalização da Condução sob Influência do Álcool ou de Substâncias Psicotrópicas.

Publicação: DR I Série n.º 95, de 2007-05-17

Lei n.º 19/2007

Aprova um novo regime jurídico do trabalho temporário (Revoga o Decreto-Lei n.º 358/89, de 17 de Outubro, alterado pelas Leis n.º 39/96, de 31 de Agosto, n.º 146/99, de 1 de Setembro, e n.º 99/2003, de 27 de Agosto).

Publicação: DR I Série n.º 98, de 2007-05-22

Lei n.º 20/2007

Autoriza o Governo a legislar em matéria de propriedade das farmácias e a adaptar o regime geral das contra-ordenações às infracções cometidas no exercício da actividade farmacêutica.

Publicação: DR I Série n.º 112, de 2007-06-12

Lei n.º 21/2007

Cria um regime de mediação penal, em execução do artigo 10.º da Decisão-Quadro n.º 2001/220/JAI, do Conselho, de 15 de Março, relativa ao estatuto da vítima em processo penal.

Publicação: DR I Série n.º 112, de 2007-06-12

Lei n.º 22/2007

Transpõe parcialmente para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2004/23/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março, alterando a Lei n.º 12/93, de 22 de Abril, relativa à colheita e transplante de órgãos e tecidos de origem humana.

Publicação: DR I série n.º 124, de 2007-06-29

Lei n.º 22-A/2007

Procede à reforma global da tributação automóvel, aprovando o Código do Imposto sobre Veículos e o Código do Imposto Único de Circulação e abolindo, em simultâneo, o imposto automóvel, o imposto municipal sobre veículos, o imposto de circulação e o imposto de camionagem.

Publicação: DR I Série n.º 124, Supl., de 2007-06-29

Lei n.º 23/2007

Aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.

Publicação: DR I Série n.º 127, de 2007-07-04

Lei n.º 24/2007

Define direitos dos utentes nas vias rodoviárias classificadas como auto-estradas concessionadas, itinerários principais e itinerários complementares.

Publicação: DR I Série n.º 137, de 2007-07-18

Lei n.º 25/2007

Autoriza o Governo a adaptar o regime geral das contra-ordenações no âmbito da transposição das Directivas n.ºs 2004/39/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Abril, 2006/73/CE, da Comissão, de 10 de Agosto, 2004/109/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Dezembro, e 2007/14/CE, da Comissão, de 8 de Março, e a estabelecer limites ao exercício das actividades de consultoria para o investimento em instrumentos financeiros e de comercialização de bens ou serviços afectos ao investimento em bens corpóreos, bem como a adaptar o regime geral das contra-ordenações às especificidades desta última actividade.

Publicação: DR I Série n.º 137, de 2007-07-18

Lei n.º 26/2007

Autoriza o Governo a aprovar um regulamento das custas processuais, introduzindo mecanismos de modernização e simplificação do sistema de custas, a revogar o Código das Custas Judiciais e a alterar os Códigos de Processo Civil, de Processo Penal e de Procedimento e de Processo Tributário.

Publicação: DR I Série n.º 140, de 2007-07-23

Lei n.º 27/2007

Aprova a Lei da Televisão, que regula o acesso à actividade de televisão e o seu exercício.

Publicação: DR I Série n.º 145, de 2007-07-30. Declaração de Rectificação n.º 82/2007¹, DR I Série n.º 183, de 2007-09-21

Lei n.º 28/2007

Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 185/93, de 22 de Maio, na parte respeitante à colocação no estrangeiro de menores residentes em Portugal com vista à adopção.

Publicação: DR I Série n.º 148, de 2007-08-02

Lei n.º 29/2007

Décima alteração ao Código do Registo Civil e revogação do Decreto-Lei n.º 13/2001, de 25 de Janeiro.

Publicação: DR I Série n.º 148, de 2007-08-02

Lei n.º 30/2007

Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/52/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril, relativa à interoperabilidade dos sistemas electrónicos de portagem rodoviária na Comunidade, tendo em vista a implementação do serviço electrónico europeu de portagem.

Publicação: DR I Série n.º 150, de 2007-08-06

Lei n.º 31/2007

Grandes Opções do Plano para 2008.

Publicação: DR I Série n.º 154, de 2007-08-10

Lei n.º 32/2007

Regime jurídico das associações humanitárias de bombeiros.

Publicação: DR I Série n.º 155, de 2007-08-13

Lei n.º 33/2007

Regula a instalação e utilização de sistemas de videovigilância em táxis.

Publicação: DR I Série n.º 155, de 2007-08-13

¹ Publicada já na 3.ª sessão legislativa.

Lei n.º 34/2007

Estabelece o regime especial dos processos relativos a actos administrativos de aplicação de sanções disciplinares previstas no Regulamento de Disciplina Militar.

Publicação: DR I Série n.º 155, de 2007-08-13

Lei n.º 35/2007

Quinta alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.

Publicação: DR I Série n.º 155, de 2007-08-13

Lei n.º 36/2007

Aprova o regime de organização e funcionamento do Conselho Superior da Magistratura.

Publicação: DR I Série n.º 156, de 2007-08-14

Lei n.º 37/2007

Aprova normas para a protecção dos cidadãos da exposição involuntária ao fumo do tabaco e medidas de redução da procura relacionadas com a dependência e a cessação do seu consumo.

Publicação: DR I Série n.º 156, de 2007-08-14

Lei n.º 38/2007

Aprova o regime jurídico da avaliação do ensino superior.

Publicação: DR I Série n.º 157, de 2007-08-16

Lei n.º 39/2007

Autoriza o Governo a legislar sobre a fixação do limite máximo de idade para o exercício de funções dos pilotos comandantes e co-pilotos de aeronaves operadas em serviços de transporte público comercial de passageiros, carga ou correio.

Publicação: DR I Série n.º 157, de 2007-08-16

Lei n.º 40/2007

Aprova um regime especial de constituição imediata de associações e actualiza o regime geral de constituição previsto no Código Civil.

Publicação: DR I Série n.º 163, de 2007-08-24

**Lei n.º 41/2007**

Carta dos Direitos de Acesso aos Cuidados de Saúde pelos utentes do Serviço Nacional de Saúde.

Publicação: DR I Série n.º 163, de 2007-08-24

Lei n.º 42/2007

Terceira alteração à Lei n.º 74/98, de 11 de Novembro, sobre a publicação, a identificação e o formulário dos diplomas.

Publicação: DR I Série n.º 163, de 2007-08-24

Lei n.º 43/2007

Décima alteração à Lei n.º 7/93, de 1 de Março (Estatuto dos Deputados).

Publicação: DR I Série n.º 163, de 2007-08-24

Lei n.º 44/2007

Autoriza o Governo a legislar em matéria de prevenção e investigação de acidentes e incidentes ferroviários, na medida em que as competências a atribuir aos responsáveis pela respectiva investigação técnica sejam susceptíveis de interferir com o exercício de direitos, liberdades e garantias individuais.

Publicação: DR I Série n.º 163, de 2007-08-24

Lei n.º 45/2007

Terceira alteração à Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto (Exercício do direito de petição), alterada pelas Leis n.º 6/93, de 1 de Março, e n.º 15/2003, de 4 de Junho.

Publicação: DR I Série n.º 163, de 2007-08-24

Lei n.º 46/2007

Regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização, revoga a Lei n.º 65/93, de 26 de Agosto, com a redacção introduzida pelas Leis n.os 8/95, de 29 de Março, e 94/99, de 16 de Julho, e transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2003/98/CE, do Parlamento e do Conselho, de 17 de Novembro, relativa à reutilização de informações do sector público.

Publicação: DR I Série n.º 163, de 2007-08-24

Lei n.º 47/2007

Primeira alteração à Lei n.º 34/2004, de 29 de Julho, que altera o regime de acesso ao direito e aos tribunais.

Publicação: DR I Série n.º 165, de 2007-08-28

Lei n.º 48/2007

Décima quinta alteração ao Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro.

Publicação: DR I Série n.º 166, de 2007-08-29. Declaração de Rectificação n.º 100-A/2007, DR I Série n.º 207, Supl., de 2007-10-26

Lei n.º 49/2007

Primeira alteração aos Decretos-Leis n.º 312/2003, de 17 de Dezembro, e n.º 313/2003, de 17 de Dezembro, e segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de Outubro, que estabelecem o regime jurídico de detenção de animais perigosos e potencialmente perigosos, de identificação e registo de caninos e felinos e de aplicação da Convenção Europeia para a Protecção dos Animais de Companhia.

Publicação: DR I Série n.º 168, de 2007-08-31

Lei n.º 50/2007

Estabelece um novo regime de responsabilidade penal por comportamentos susceptíveis de afectar a verdade, a lealdade e a correcção da competição e do seu resultado na actividade desportiva.

Publicação: DR I Série n.º 168, de 2007-08-31

Lei n.º 51/2007

Define os objectivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2007-2009, em cumprimento da Lei n.º 17/2006, de 23 de Maio, que aprova a Lei-Quadro da Política Criminal.

Publicação: DR I Série n.º 168, de 2007-08-31

Lei n.º 52/2007

Adapta o regime da Caixa Geral de Aposentações ao regime geral da Segurança Social em matéria de aposentação e cálculo de pensões.

Publicação: DR I Série n.º 168, de 2007-08-31

Lei n.º 53/2007

Aprova a orgânica da Polícia de Segurança Pública.

Publicação: DR I Série n.º 168, de 2007-08-31

Lei n.º 54/2007

Primeira alteração à Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto, que estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo.

Publicação: DR I Série n.º 168, de 2007-08-31

Lei n.º 55/2007

Regula o financiamento da rede rodoviária nacional a cargo da EP – Estradas de Portugal, E. P. E.

Publicação: DR I Série n.º 168, de 2007-08-31

Lei n.º 56/2007

Quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-

-Leis n.º 53/2000, de 7 de Abril, e n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, e pela Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, impondo a transcrição digital georreferenciada dos planos municipais de ordenamento do território.

Publicação: DR I Série n.º 168, de 2007-08-31

Lei n.º 57/2007

Autoriza o Governo a aprovar o regime jurídico de acesso e exercício das actividades de produção de energia eléctrica a partir da energia das ondas.

Publicação: DR I Série n.º 168, de 2007-08-31

Lei n.º 58/2007

Aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.

Publicação: DR I Série n.º 170, de 2007-09-04. Declaração de Rectificação n.º 80-A/2007, DR I Série n.º 173, Supl., de 2007-09-07. Declaração de Rectificação n.º 103-A/2007², DR I Série n.º 211, Supl., de 2007-11-02

Lei n.º 59/2007

Vigésima terceira alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro.

Publicação: DR I Série n.º 170, de 2007-09-04. Declaração de Rectificação n.º 102/2007³, DR I Série n.º 210, de 2007-10-31

Lei n.º 60/2007

Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que Estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação.

Publicação: DR I Série n.º 170, de 2007-09-04

Lei n.º 61/2007

Lei de programação de instalações e equipamentos das forças de segurança.

Publicação: DR I Série n.º 174, de 2007-09-10

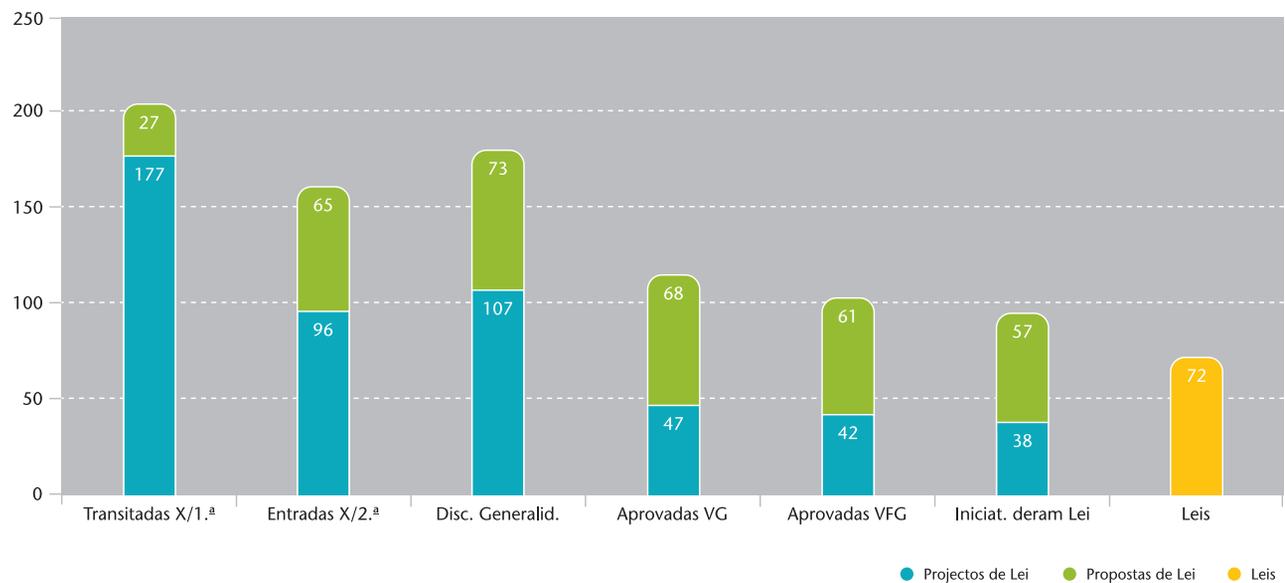
Lei n.º 62/2007

Regime jurídico das instituições de ensino superior.

Publicação: DR I Série n.º 174, de 2007-09-10

A tabela e o gráfico que a seguir se apresentam espelham estatisticamente a tramitação das iniciativas por autor, referidas ao período da 2.ª sessão legislativa da X Legislatura.

GRÁFICO 6
PROJECTOS E PROPOSTAS DE LEI



² Publicada já na 3.ª sessão legislativa.
³ Publicada já na 3.ª sessão legislativa.

TABELA 15

PROJECTOS E PROPOSTAS DE LEI

Iniciativas	Autor	Transitadas X/1. ^a	Entradas X/2. ^a	Discutidas Generalidade	Rejeitadas Votação Generalidade	Aprovadas Votação Generalidade	Aprovadas Votação Final Global	Enviadas para Promulgação	Iniciativas que deram Origem a Lei	Leis
Projectos de Lei	PS	18 ^{VIII}	17	16	0	10	11	11	11	72 ^{IX}
	PSD	23	16	19	9	12	7	7	7	
	PSD,CDS-PP	1	0	0	0	0	0	0	0	
	PCP	57 ^X	26	25	15	9	8	8 ^{XI}	6	
	CDS-PP	11	9	10	4	5	4	4	4	
	BE	53 ^{XII}	22	30	18	7	8	8 ^{XIII}	6	
	PEV	13	5	6	3	3	3	3	3	
	Todos	0	1	1	0	1	1	1	1	
Iniciativa Legislativa Cidadãos	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Total		177	96	107	49	47	42	42	38	
Propostas de Lei	Governo	19	63	69	0	68	61	61 ^{XIV}	57	
	ALR Açores	1	2	1	1	0	0	0	0	
	ALR Madeira	6 ^{XV}	0	3	3	0	0	0	0	
Total		26	65	73	4	68	61	61	57	
Total		203	161	180	53	115	103	103	95	

^{VIII} Os PJI n.º 305/X (PS) e n.º 306/X (PS) foram retirados e substituídos pelos PJI n.º 340/X (PS) e n.º 341/X (PS). ^{IX} Estão incluídas duas Leis Orgânicas. ^X O PJI n.º 25/X (PCP) foi retirado e a votação na generalidade incidiu sobre um texto de substituição apresentado pela Comissão. ^{XI} Vetados pelo PR os Decretos da AR n.ºs 121/X (relativo ao PJI n.º 254/X (BE) e PJI n.º 366/X (PCP)) e 130/X (relativo aos PJI n.ºs 333/X (PCP) e PJI n.º 342/X (BE) e PPL n.º 76/X)). ^{XII} O PJI n.º 36/X (BE) foi retirado e a votação na generalidade incidiu sobre um texto de substituição apresentado pela comissão. ^{XIII} Vetados pelo PR os Decretos da AR n.ºs 121/X (relativo ao PJI n.º 254/X (BE) e PJI n.º 366/X (PCP)) e 130/X (relativo aos PJI n.ºs 333/X (PCP) e PJI n.º 342/X (BE) e PPL n.º 76/X)). ^{XIV} Vetados pelo PR os Decretos da AR n.ºs 130/X (relativo aos PJI n.ºs 333/X (PCP) e PJI n.º 342/X (BE) e PPL 76/X), 139/X (relativo à PPL 85/X), 150/X (relativo à PPL 56/X) e 160/X (relativo à PPL 138/X)). ^{XV} Caducaram três PPL com o termo da Legislatura na ALR Madeira.

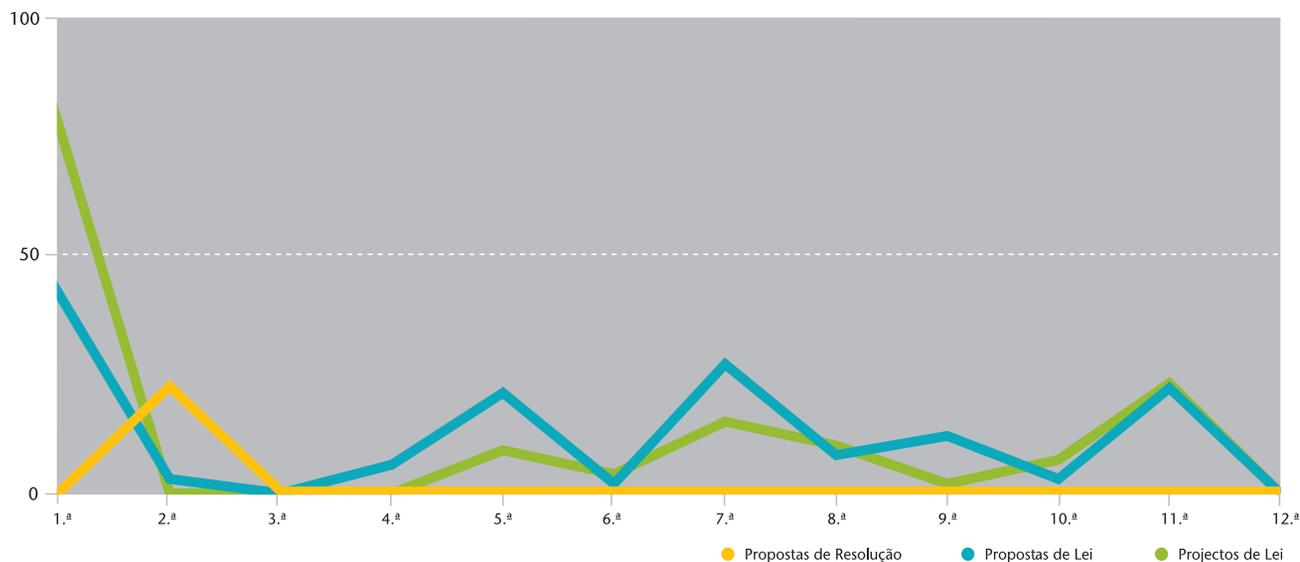
TABELA 16

COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES – PJI E PPL DISTRIBUÍDAS NA X LEGISLATURA E APRECIADAS NA GENERALIDADE E/OU ESPECIALIDADE NA X/2.^a POR COMISSÃO. PPR QUE APROVAM TRATADOS INTERNACIONAIS DISTRIBUÍDAS NA X LEGISLATURA E APRECIADAS NA GENERALIDADE NA X/2.^a POR COMISSÃO

Iniciativas	Fase	Assuntos Constitucionais	Negócios Estrangeiros	Assuntos Europeus	Defesa Nacional	Orçamento e Finanças	Assuntos Económicos	Poder local	Educação	Obras Públicas	Saúde	Trabalho	Ética
Projectos de Lei	Generalidade	49	0	0	0	8	4	15	9	2	5	19	0
	Especialidade	31	0	0	0	1	0	0	1	0	2	4	0
Propostas de Lei	Generalidade	24	1	0	4	15	2	20	5	7	2	13	0
	Especialidade	21	2	0	2	6	0	7	3	5	1	9	0
Propostas de Resolução		0	22	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

GRÁFICO 7

COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES – PJI E PPL DISTRIBUÍDAS NA X LEGISLATURA E APRECIADAS NA GENERALIDADE E/OU ESPECIALIDADE NA X/2.ª POR COMISSÃO. PPR QUE APROVAM TRATADOS INTERNACIONAIS DISTRIBUÍDAS NA X LEGISLATURA E APRECIADAS NA GENERALIDADE NA X/2.ª POR COMISSÃO



As iniciativas legislativas, projectos e propostas de lei, são, depois da sua admissão, enviadas à Comissão competente em razão da matéria para apreciação.

As iniciativas são apreciadas em Comissão na fase de generalidade e de especialidade, pelo que as tabelas e gráficos seguintes deixam visualizar a sua distribuição.

Também as propostas de resolução apresentadas pelo Governo, visando a aprovação de acordos, convenções, protocolos ou tratados internacionais são enviadas à Comissão de Negócios Estrangeiros e, por isso, aqui estão incluídas.

Regulamentação das Leis

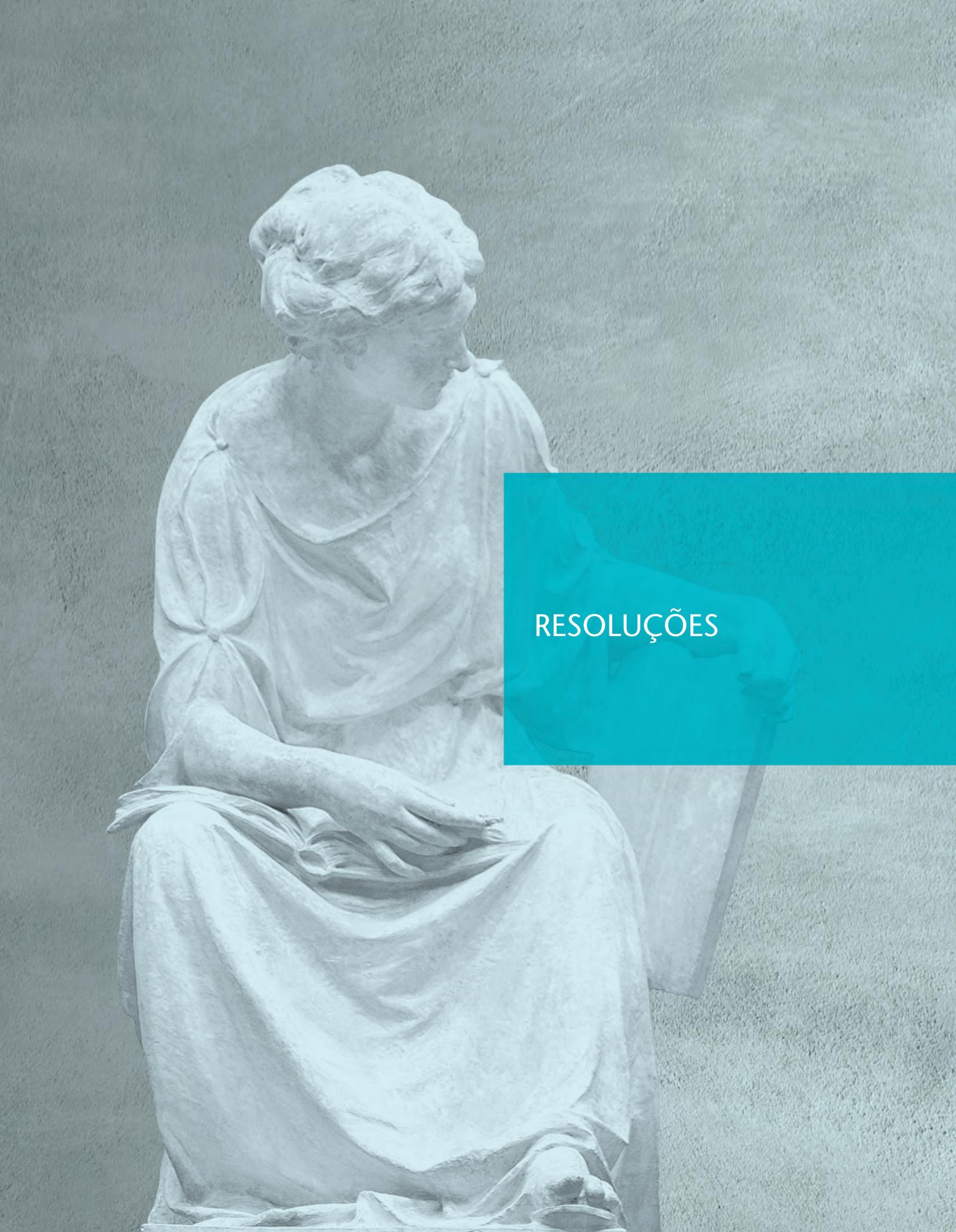
Durante a 2.ª sessão legislativa da X Legislatura, o Parlamento reforçou o processo sistemático de verificação do cumprimento

da regulamentação das leis aprovadas na Assembleia da República, sempre que imperativo legal o determine.

Das 72 leis publicadas na 2.ª sessão, 11 tinham a natureza de leis de autorização legislativa, dando ao Governo autorização para legislar sobre matérias da competência de reserva relativa da Assembleia. Até ao fim desta sessão, o Governo utilizou todas essas autorizações.

Das restantes 61 leis, 26 não careciam de regulamentação, 13 encontravam-se regulamentadas, 6 parcialmente regulamentadas e 16 aguardavam regulamentação.

De referir que, relativamente ao Orçamento do Estado para 2007, Lei 53-A/2006, de 29 de Dezembro, que continha nas suas disposições várias autorizações legislativas, até ao fim da sessão foram utilizadas 16 e as restantes encontravam-se dentro do prazo de regulamentação.



RESOLUÇÕES

A Lei fundamental, no seu artigo 166.º, define como resolução o acto da Assembleia da República que não revista

a forma de lei ou moção e determina que as resoluções são publicadas independentemente de promulgação.

TABELA 17
PROJECTOS E PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO

Iniciativas	Autor	Transitadas X/1. ^a	Entradas X/2. ^a	Rejeitadas	Aprovadas	Iniciativas que deram origem a Resolução	Resoluções AR
Projectos de Resolução	PAR	0	10	0	10	10	72 ^{XVI}
	PAR/Todos GP	0	1	0	1	1	
	PS	4	7	0	6	6	
	PS/PSD/CDS-PP/BE	0	1	0	0	0	
	PSD	7	13	8	2	2	
	PCP	29	21	9	1	1	
	CDS-PP	5	5	3	1	1	
	BE	11	8	2	1	1	
	PEV	2	5	1	2	2	
	Todos GP	0	6	0	6	6	
Comissão de Negócios Estrangeiros	Comissão de Negócios Europeus	0	1	0	1	1	
	Comissão de Assuntos Europeus	0	2	0	2	2	
	Comissão de Saúde	0	1	1	0	0	
	Total	58	81	24	33	33	
	Total	13	22	0	28	22	
Propostas de Resolução	Governo ^{XVII}	13	22	0	28	22	
Outros Processos que deram origem a Resolução	Designação de Titulares de Cargos Exteriores AR ^{XVIII}	0	12	0	12	12	
	Apreciação Orçamento e Conta da AR	0	3	0	3	3	
	Total	0	15	0	15	15	
Total		71	118	24	76	70	

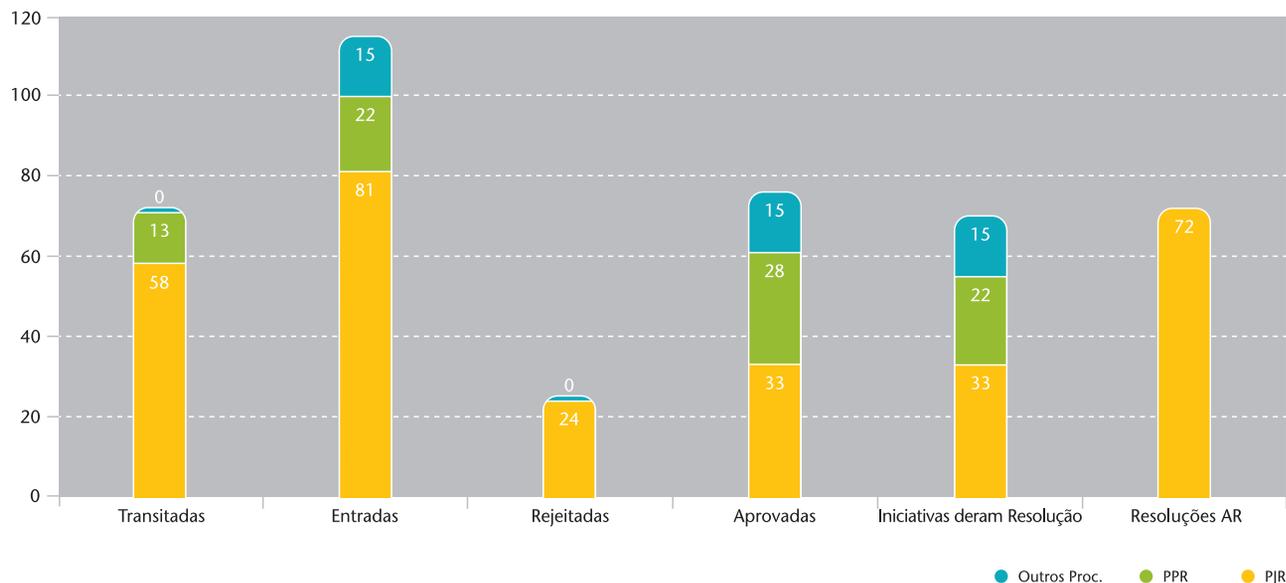
^{XVI} A Resolução AR n.º 56/2006 teve origem no Inquérito Parlamentar n.º 1/X/2.^a (BE). A tramitação parlamentar do Projecto de Resolução n.º 147/X/1.^a (PAR) ocorreu durante a X/1.^a, mas a publicação em DR da Resolução AR n.º 54/2006 ocorreu já na X/2.^a.

^{XVII} Todas as Propostas de Resolução de iniciativa governamental visaram aprovar Acordos, Convenções, Protocolos ou Tratados Internacionais.

^{XVIII} Eleições para o Conselho Económico e Social, Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, Conselho Superior de Magistratura, Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, Conselho Superior do Ministério Público, Conselho de Estado, Comissão Nacional de Eleições, Conselho Superior de Defesa Nacional, Conselho Nacional de Educação e Tribunal Constitucional.

GRÁFICO 8

PROJECTOS E PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO



Como se pode constatar no gráfico anterior, dos projectos de resolução que transitaram da sessão anterior, 58 dos que deram entrada na Mesa na 2.ª sessão, 81, apresentados

pelos PAR, pelos Grupos Parlamentares ou pelas Comissões de Negócios Estrangeiros, Assuntos Europeus e Saúde, deram origem a Resolução, nesta sessão, 33.

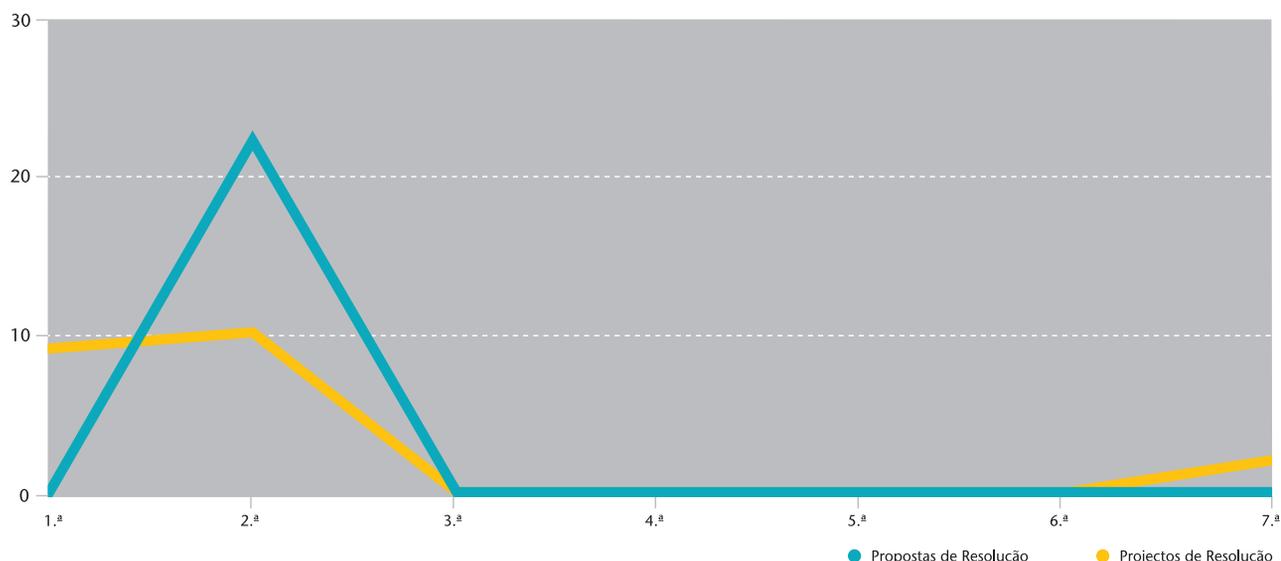
TABELA 18

COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES – PROJECTOS E PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO DISTRIBUÍDAS NA X LEGISLATURA E APRECIADAS NA GENERALIDADE NA X/2.ª POR COMISSÃO

Iniciativas	Assuntos Constitucionais	Negócios Estrangeiros	Assuntos Europeus	Defesa Nacional	Orçamento e Finanças	Assuntos Económicos	Poder Local	Educação	Obras Públicas	Saúde	Trabalho	Ética
Projectos de Resolução	9	10	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0
Propostas de Resolução	0	22	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

GRÁFICO 9

COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES – PROJECTOS E PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO DISTRIBUÍDAS NA X LEGISLATURA E APRECIADAS NA GENERALIDADE NA X/2.ª POR COMISSÃO



A tabela 18 e o gráfico 9 espelham a distribuição dos projectos de resolução pelas Comissões Especializadas Permanentes.

Podem destacar-se pela sua relevância:

Resolução da AR n.º 66/2006

Constituição de uma comissão eventual para a política energética

Resolução da AR n.º 71/2006

Participação da Assembleia da República na Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo

Resolução da AR n.º 73/2006

Bandeira de hastear da Assembleia da República

Resolução da AR n.º 1/2007

Assinala os 250 anos da Região Demarcada do Douro e recomenda ao Governo medidas dirigidas ao desenvolvimento económico e social daquela Região

Resolução da AR n.º 2/2007

Participação da Assembleia da República no Fórum Parlamentar Ibero-Americano

Resolução da AR n.º 4/2007

Recomenda ao Governo a adopção de medidas de expansão do consumo de genéricos e de redução do desperdício de medicamentos prescritos e de orientações em diagnóstico e terapêutica

Resolução da AR n.º 11/2007

Honras de Panteão Nacional para Aquilino Ribeiro

Resolução da AR n.º 17/2007

Sobre a iniciativa “Parlamentos unidos para combater a violência doméstica contra as mulheres”

Resolução da AR n.º 18/2007

Constituição de uma comissão de acompanhamento e avaliação da Política Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios

Resolução da AR n.º 19/2007

Recomenda ao Governo a criação de um regime laboral, fiscal e de protecção social especial para os trabalhadores das artes do espectáculo

Resolução da AR n.º 24/2007

Relatório da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia – 20.º ano – 2005

Resolução da AR n.º 25/2007

Relatório da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia – 21.º ano – 2006

Resolução da AR n.º 26/2007

Defender o montado, valorizar a fileira da cortiça

Resolução da AR n.º 27/2007

Recomenda ao Governo medidas no sentido de prevenir a gravidez na adolescência

Resolução da AR n.º 30/2007

Recomenda ao Governo que promova a reversão para o Estado do património do IGAPHE transferido para a Fundação D. Pedro IV

Resolução da AR n.º 33/2007

UNITAID – Facilidade Internacional de Compra de Medicamentos

Resolução da AR n.º 34/2007

Promoção do Baixo Mondego

Resolução da AR n.º 35/2007

Regime da edição e publicação do Diário da Assembleia da República

Resolução da AR n.º 37/2007

Regime do Canal Parlamento e do Portal da Assembleia da República



Régie do Canal Parlamento

Resolução da AR n.º 38/2007

Redução progressiva das emissões de dióxido de carbono (CO (índice 2)) na Assembleia da República

Resolução da AR n.º 39/2007

Adopta medidas de eficiência energética e poupança de água

Resolução da AR n.º 40/2007

Constituição de um grupo de trabalho para a elaboração de um guia de boas práticas sobre requerimentos e perguntas ao Governo.

Além das acima referidas, foram publicadas mais 13 Resoluções, das quais oito dizem respeito ao assentimento à ausência do Presidente da República do território nacional e cinco à eleição de Deputados portugueses às Assembleias Parlamentares Internacionais.

Quanto às propostas de resolução, que como a designação indica, têm origem no Governo e visam a aprovação de acordos, convenções, protocolos ou tratados internacionais, 13 transitaram da sessão anterior e 22 deram entrada na Mesa na 2.ª sessão, tendo sido aprovadas, nesta sessão, 28.

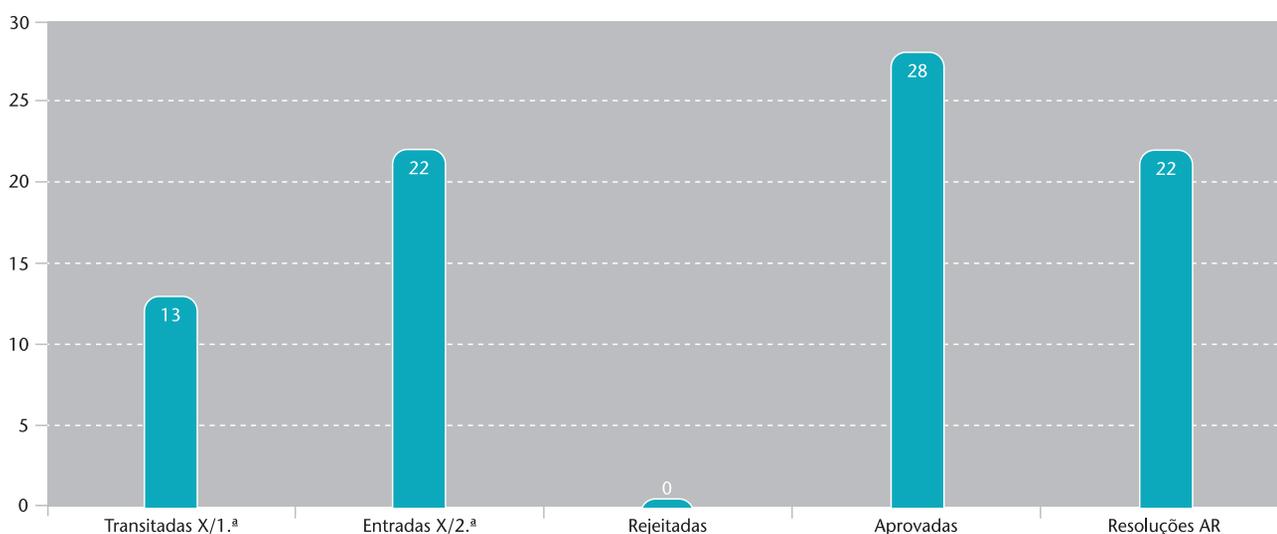
TABELA 19

PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO QUE APROVAM ACORDOS, CONVENÇÕES, PROTOCOLOS OU TRATADOS INTERNACIONAIS

Iniciativas	Autor	Transitadas na X/1. ^a	Entradas na X/2. ^a	Rejeitadas	Aprovadas	Iniciativas que deram origem a Resolução AR	Resoluções AR
Propostas de Resolução	Governo	13	22	0	28	22	22
	Total	13	22	0	28	22	

GRÁFICO 10

PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO QUE APROVAM ACORDOS, CONVENÇÕES, PROTOCOLOS OU TRATADOS INTERNACIONAIS



A tabela 19 e o gráfico 10 espelham a tramitação das propostas de resolução, verificando-se que 22 deram origem a resoluções. A tabela 18 e o gráfico 9 apresentam a distribuição pelas Comissões Especializadas Permanentes, neste caso pela Comissão de Negócios Estrangeiros, das propostas de resolução que visam a aprovação de Tratados Internacionais – 22.

Assim, nas Resoluções que tiveram origem em propostas do Governo, podemos destacar, designadamente, de entre os acordos, convenções, protocolos ou tratados internacionais:

Resolução da AR n.º 60/2006

Aprova, para ratificação, o Protocolo relativo aos privilégios e imunidades da autoridade internacional dos fundos marinhos

Resolução da AR n.º 61/2006

Aprova, para ratificação, o Protocolo da Convenção Relativa ao Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal entre os Estados-membros da União Europeia, elaborado pelo Conselho, nos termos do artigo 34.º do Tratado da União Europeia

Resolução da AR n.º 62/2006

Aprova o Protocolo entre a República Portuguesa e a Irlanda, assinado em Lisboa em 11 de Novembro de 2005, que revê a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Respectivo Protocolo

Resolução da AR n.º 63/2006

Aprova o Acordo de Sede entre a República Portuguesa e o Grupo Internacional de Estudos do Cobre, o Grupo Internacional de Estudos do Chumbo e Zinco e o Grupo Internacional de Estudos do Níquel

Resolução da AR n.º 64/2006

Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República da Indonésia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento

Resolução da AR n.º 65/2006

Aprova, para ratificação, a Convenção sobre o Instituto Florestal Europeu

Resolução da AR n.º 67/2006

Aprova, para ratificação, a Convenção sobre a Adesão da República Checa, da República da Estónia, da República de Chipre, da República da Letónia, da República da Lituânia, da República da Hungria, da República de Malta, da República da Polónia, da República da Eslovénia e da República Eslovaca à Convenção sobre a Lei aplicável às obrigações contratuais

Resolução da AR n.º 68/2006

Aprova, para ratificação, a Convenção sobre a Adesão da República Checa, da República da Estónia, da República de Chipre, da República da Letónia, da República da Lituânia, da República da Hungria, da República de Malta, da República da Polónia, da República da Eslovénia e da

República Eslovaca à Convenção relativa à eliminação da Dupla Tributação em caso de correcção de lucros entre empresas associadas

Resolução da AR n.º 69/2006

Aprova, para ratificação, o Protocolo que altera a Convenção que Cria um Serviço Europeu de Polícia (Convenção Europol) e o Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades da Europol, dos Membros dos seus Órgãos, dos seus Directores-Adjuntos e Agentes

Resolução da AR n.º 70/2006

Aprova, para ratificação, o Protocolo Elaborado com Base no n.º 1 do artigo 43.º da Convenção que Cria um Serviço Europeu de Polícia (Convenção Europol), que altera essa Convenção

Resolução da AR n.º 3/2007

Aprova a Convenção sobre os Privilégios e Imunidades das Organizações Especializadas das Nações Unidas e o seu anexo IV – UNESCO

Resolução da AR n.º 10/2007

Recomenda a ratificação do Tratado da Antárctida

Resolução da AR n.º 10-A/2007

Aprova a Convenção sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais e o respectivo anexo, adoptados pela 33.ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, em Paris

Resolução da AR n.º 14-B/2007

Aprova as Emendas ao Estatuto da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado

Resolução da AR n.º 15/2007

Aprova a decisão dos representantes dos Governos dos Estados-membros reunidos em Conselho relativa aos privilégios e imunidades concedidos ao Athena

Resolução da AR n.º 23/2007

Aprova, para ratificação, o Acordo de Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal entre a República Portuguesa e a República Argentina

Resolução da AR n.º 29/2007

Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e a Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China sobre os Privilégios Fiscais aplicáveis às suas Delegações e Membros do seu Pessoal

Resolução da AR n.º 41/2007

Aprova o Protocolo Adicional Referente ao Estabelecimento da Sede da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa em Portugal

Resolução da AR n.º 42/2007

Aprova o Acordo sobre os Privilégios e Imunidades do Tribunal Penal Internacional

Resolução da AR n.º 43/2007

Aprova o Acordo de Santa Cruz De La Sierra Constitutivo da Secretaria-Geral Ibero-Americana

Resolução da AR n.º 44/2007

Aprova o instrumento entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, feito em Washington em 14 de Julho de 2005, conforme o n.º 3 do artigo 3.º do Acordo entre a União Europeia e os Estados Unidos da América sobre auxílio judiciário mútuo

Resolução da AR n.º 45/2007

Aprova o Protocolo sobre Privilégios e Imunidades da Organização Europeia para a Investigação Nuclear

Resolução da AR n.º 46/2007

Aprova o instrumento entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, feito em Washington em 14

de Julho de 2005, conforme o n.º 2 do artigo 3.º do Acordo entre a União Europeia e os Estados Unidos da América sobre extradição.

Nestes acordos, merecem especial destaque o Acordo de Santa Cruz de la Sierra Constitutivo da Secretaria-Geral Ibero-Americana; o que Aprova a Convenção sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais e o respectivo anexo; a Convenção sobre o Instituto Florestal Europeu; o Protocolo relativo aos privilégios e imunidades da autoridade internacional dos fundos marinhos e, genericamente, os da área judiciária e de prevenção da criminalidade e, ainda, os da área fiscal.

Existem outros actos identificados na tabela 18 que espelham a diversidade de conteúdos das resoluções; nestes, 15 iniciativas deram origem a Resoluções.

Destas, destacamos:

Resolução da AR n.º 58/2006

Orçamento da Assembleia da República para 2007

Resolução da AR n.º 19-A/2007

Orçamento suplementar da Assembleia da República para 2007

Resolução da AR n.º 32/2007

Aprova o relatório e conta de gerência da Assembleia da República referente ao ano de 2005.

Cumpra a final referir que foram também publicadas seis Resoluções, relativas à eleição de membros de órgãos exteriores ao Parlamento.

Regimento da Assembleia da República

A reforma do Parlamento, em que todos os actores políticos parlamentares se envolveram e que suscitou, designadamente, alterações em matérias estatutárias e do direito de petição, tem a sua expressão mais visível no Regimento.

Pela primeira vez, é utilizada como forma do acto a forma de Regimento em consonância com o defendido pela doutrina⁴.

Regimento da AR n.º 1/2007

Publicado no DR, I Série, n.º 159, de 2007-08-20.



⁴ A Constituição (alínea f) do n.º 1 do artigo 119.º) autonomiza o Regimento entre os actos a publicar no Diário da República. E, em anotação ao artigo 166.º, na Constituição Portuguesa Anotada, de Jorge Miranda e Rui Medeiros, pode ler-se o seguinte:

“O elenco (dos actos) não está, no entanto, completo, visto que a própria Constituição contempla à parte o regimento e as respectivas alterações (art.º 119.º n.º 1 alínea f) e 175.º alínea a). (...) Desde há alguns anos as alterações ao regimento da Assembleia da República têm sido operadas sob a forma de resolução e isso mesmo consta do actual artigo 290.º, n.º 4 do Regimento. Mas mal: o artigo 119.º mostra-se muito claro, separando em duas alíneas – a e) e a f) – as resoluções e os regimentos; e mais do que isso, a elaboração do regimento insere-se de pleno nas competências internas da Assembleia como expressão de auto-organização”.

Sobre o artigo 291.º do Regimento (redacção anterior à actual), em anotação ao artigo 175.º dizem os mesmos autores: *“Erradamente, fala-se em resoluções de alterações do regimento (291.º, n.º 5), ao arrepio da clara autonomização dos regimentos entre os actos a publicar no Diário da República [artigo 119.º, n.º 1 alíneas e) e f)].”*

À semelhança do que acontece com o Conselho de Estado, que aprova o seu Regimento ao abrigo n.º 1 do artigo 144.º da Constituição, e o publica no *Diário da República*, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 119.º, a Assembleia pode aprovar o seu Regimento ao abrigo da alínea a) do artigo 175.º, e publicá-lo no *Diário da República*, I Série, também nos termos da referida alínea f) do artigo 119.º.

O Regimento actual deixou de prever a publicação sob forma de Resolução e prevê a apresentação de projectos de regimento:

“Artigo 267.º – Alterações ao Regimento

- 1 – O presente Regimento pode ser alterado pela Assembleia da República, por iniciativa de qualquer Deputado.*
- 2 – Os projectos de regimento devem observar as regras do n.º 1 do artigo 120.º e dos artigos 124.º e seguintes.*
- 3 – Admitido qualquer projecto de regimento, o Presidente da Assembleia envia o seu texto à comissão parlamentar competente para discussão e votação.*
- 4 – O Regimento, integrando as alterações aprovadas em comissão parlamentar, é sujeito a votação final global, a qual deve obter o voto favorável da maioria absoluta dos Deputados presentes.*
- 5 – A comissão parlamentar competente procede à redacção final do texto, nos termos do artigo 156.º, quando se verificar qualquer revisão ou alteração do Regimento.*
- 6 – O Regimento, com as alterações inscritas no lugar próprio, é objecto de nova publicação no Diário da República.”*



APRECIACOES
PARLAMENTARES

Apreciações Parlamentares

O Texto Fundamental, no seu artigo 169.º n.º 1 determina que os Decretos-Leis, salvo os aprovados no exercício da competência legislativa exclusiva do Governo,

podem ser submetidos a apreciação da Assembleia da República, para efeitos de cessação de vigência ou de alteração.

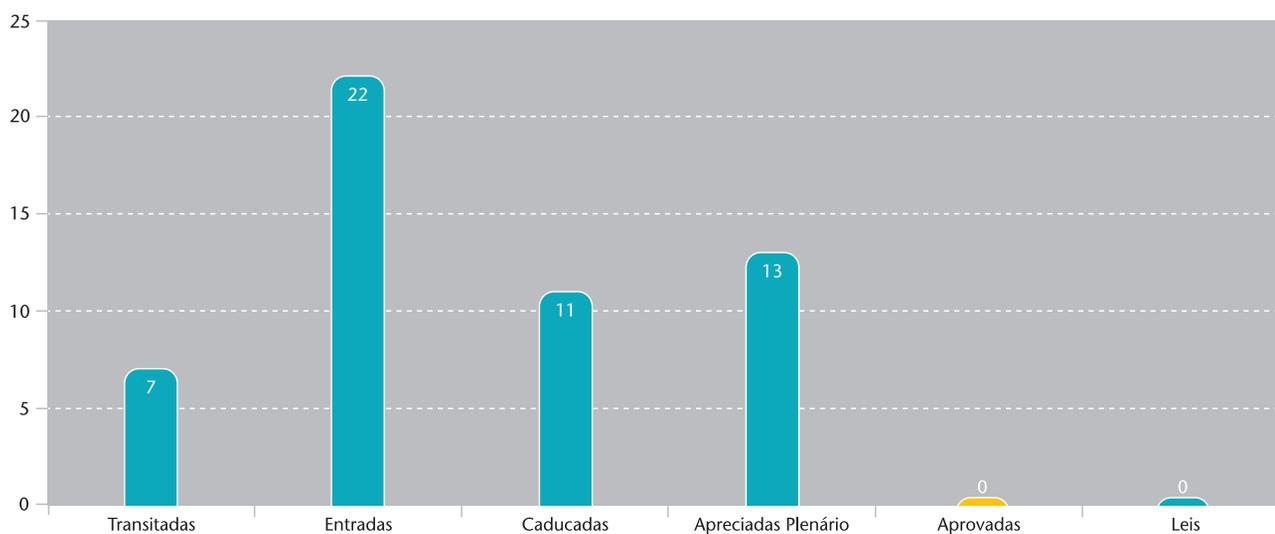
TABELA 20

APRECIAÇÕES PARLAMENTARES

Partidos	Transitadas na X/1. ^a	Entradas na X/2. ^a	Caducadas	Apreciadas Plenário	Aprovadas	Leis
PS	0	0	0	0	0	0
PSD	2	5	1	3	0	
PCP	5	15	8	9	0	
CDS-PP	0	2	2	1	0	
BE	0	0	0	0	0	
PEV	0	0	0	0	0	
Total	7	22	11	13	0	

GRÁFICO 11

APRECIAÇÕES PARLAMENTARES

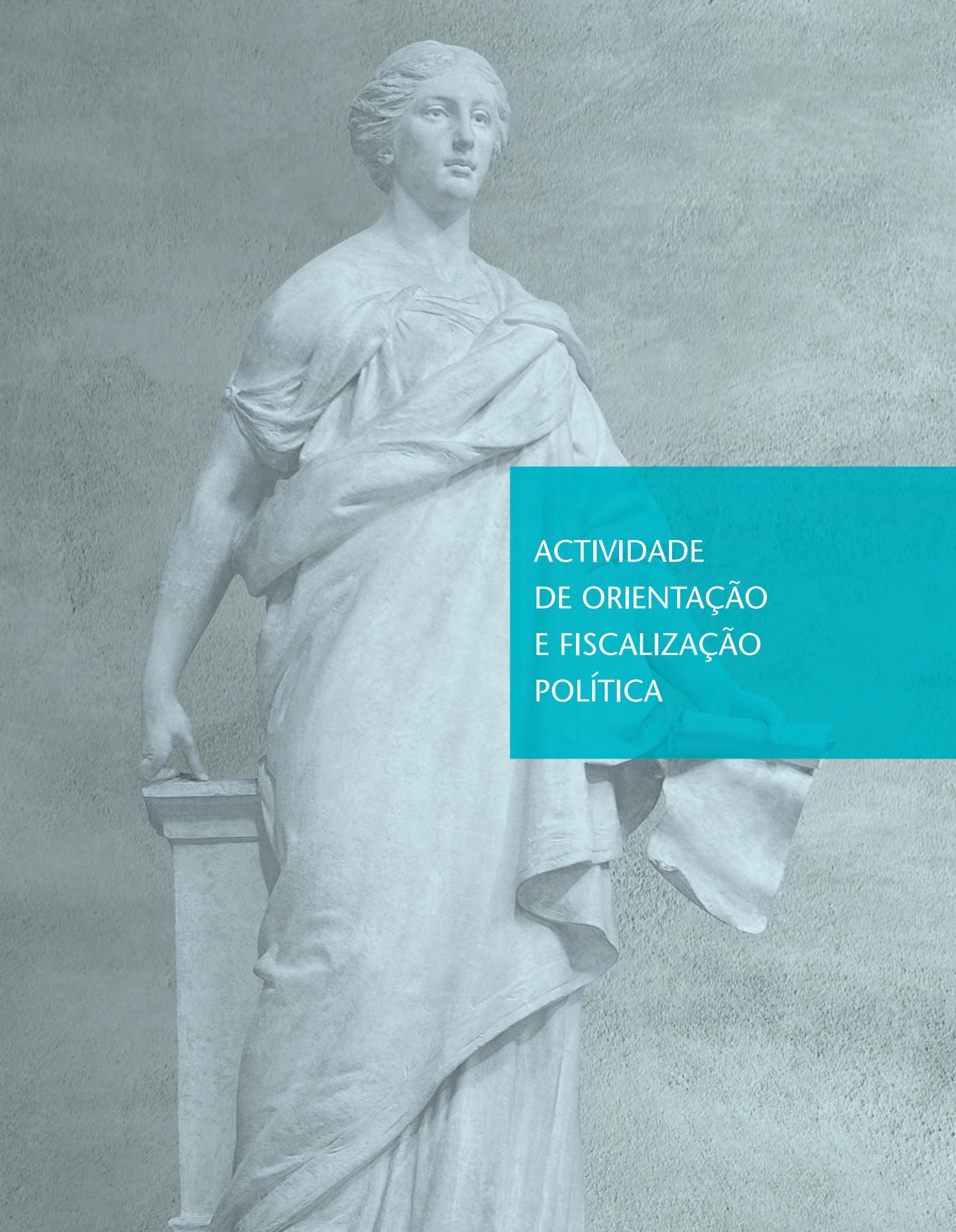


Na 2.^a sessão legislativa da X Legislatura foram apresentados vários pedidos, oriundos do PSD, PCP e CDS-PP, espelhando a tabela e o gráfico acima inseridos, a sua proveniência e número.

Dos sete pedidos transitados da 1.^a sessão e dos 22 pedidos entrados na 2.^a, nenhum mereceu aprovação. Constata-se que cinco apreciações transitaram para a 3.^a sessão legislativa.

Os temas abordados foram:

- a) Diminuição dos encargos dos cidadãos e racionalização da despesa pública com medicamentos;
- b) Regras e procedimentos a observar pelas empresas de seguros com vista a garantir a assunção da sua responsabilidade em caso de sinistro no âmbito do seguro automóvel;
- c) Bases gerais da concessão do serviço postal universal;
- d) Regime transitório de pagamento de prémio nocturno, subsídio para serviço nocturno ou suplemento salarial para serviço nocturno a trabalhadores da administração local;
- e) Desenvolvimento do regime jurídico de transferência de competências para as autarquias locais;
- f) Criação da Fundação de Arte Moderna e Contemporânea – Colecção Berardo e aprovação dos seus estatutos;
- g) Regime de acesso e ingresso no ensino superior;
- h) Regime geral da gestão de resíduos;
- i) Regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional;
- j) Regime de determinação e verificação do coeficiente de conservação;
- k) Regime jurídico das obras em prédios arrendados;
- l) Regimes de determinação do rendimento anual bruto corrigido e a atribuição do subsídio de renda;
- m) Aprovação e regulamentação das comissões arbitrais municipais;
- n) Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana;
- o) Atribuição ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da competência para proceder à simplificação e integração num regime comum das regras a que está sujeito o reingresso, mudança de curso ou transferência para cursos de licenciatura e para ciclos de estudos integrados conducentes ao grau de mestre aos estudantes oriundos de estabelecimentos de ensino superior nacionais e estrangeiros;
- p) Regime jurídico de protecção social da eventualidade de desemprego dos trabalhadores por conta de outrem;
- q) Autorização à APS – Administração do Porto de Sines, SA, para concessionar, mediante concurso público, o serviço público de movimentação de cargas no terminal especializado de granéis líquidos do porto de Sines e a gestão integrada dos resíduos gerados na área de jurisdição do porto, e aprovação das bases do contrato de concessão;
- r) Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário e regime jurídico da formação contínua de professores;
- s) Orgânica do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, I.P.;
- t) Medidas de protecção aos povoamentos florestais percorridos por incêndios;
- u) Regime de incentivo à leitura de publicações periódicas;
- v) Estatutos do Organismo de Produção Artística, Entidade Pública Empresarial (OPART, E.P.E.);
- w) Regime de protecção nas eventualidades de invalidez e velhice dos beneficiários do regime geral da Segurança Social;
- x) Regime do primeiro concurso de acesso para lugares da categoria de professor titular da carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário;
- y) Regime de instalação e funcionamento dos estabelecimentos de restauração ou de bebidas;
- z) Regime jurídico das farmácias de oficina.



ACTIVIDADE
DE ORIENTAÇÃO
E FISCALIZAÇÃO
POLÍTICA

Debates em Plenário

TABELA 21

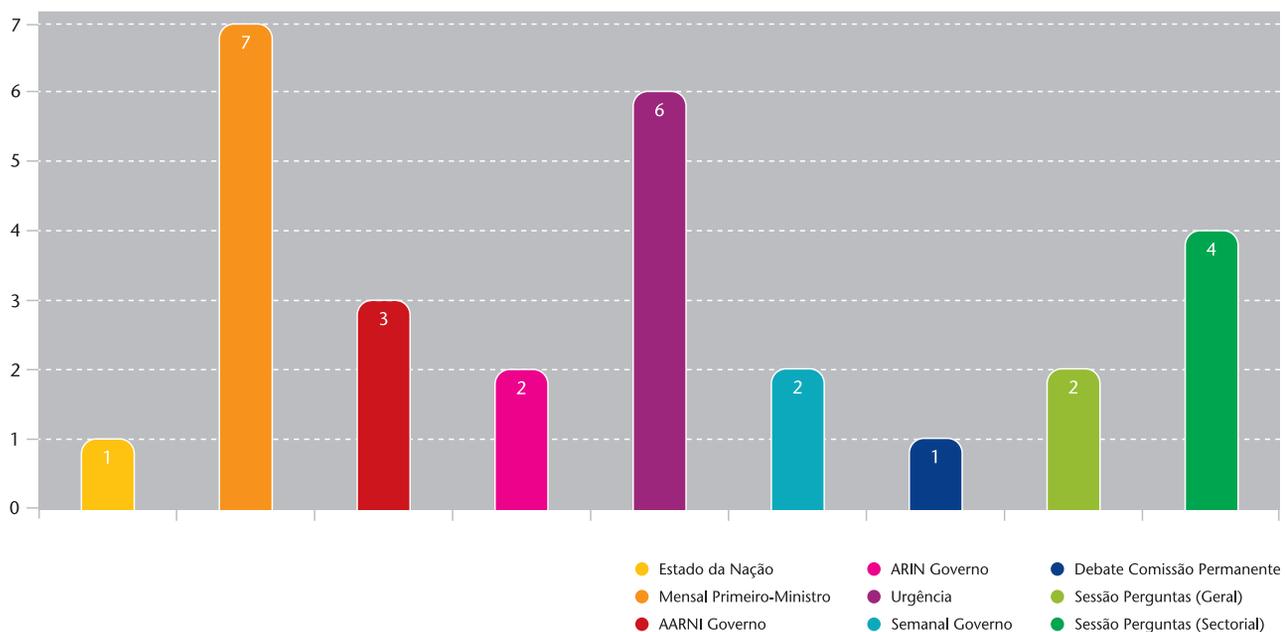
TIPO DE DEBATE

Tipo de Debate		Total
COM O PRIMEIRO-MINISTRO	ESTADO DA NAÇÃO ^{XIX}	1
	DEBATE MENSAL COM O PRIMEIRO-MINISTRO ^{XX}	7
COM OUTROS MEMBROS DO GOVERNO	ASSUNTO DE ACTUALIDADE RELEVANTE NACIONAL OU INTERNACIONAL (AARNI) ^{XXI}	3
	ASSUNTOS DE RELEVANTE INTERESSE NACIONAL (ARIN) ^{XXII}	2
	DEBATE DE URGÊNCIA ^{XXIII}	6
	INTERVENÇÃO SEMANAL EM PAOD A PEDIDO DO GOVERNO ^{XXIV}	2
	DEBATE EM COMISSÃO PERMANENTE	1
SESSÕES DE PERGUNTAS AO GOVERNO	ÂMBITO GERAL ^{XXV}	2
	ÂMBITO SECTORIAL ^{XXVI}	4

^{XIX} Ao abrigo do n.º 2 do artigo 244.º do anterior RAR; ^{XX} Ao abrigo do artigo 239.º do anterior RAR; ^{XXI} Ao abrigo dos n.ºs 2 e 3 do artigo 77.º do anterior RAR; ^{XXII} Ao abrigo do n.º 1 do artigo 244.º do anterior RAR; ^{XXIII} Ao abrigo do artigo 78.º do anterior RAR; ^{XXIV} Ao abrigo dos n.ºs 2 e 3 do artigo 84.º do anterior RAR; ^{XXV} Ao abrigo do artigo 241.º do anterior RAR; ^{XXVI} Ao abrigo do artigo 240.º do anterior RAR.

GRÁFICO 12

TIPO DE DEBATE



Estado da Nação

Na 2.ª sessão legislativa da X Legislatura, realizou-se um debate de política geral ao abrigo do n.º 2 do artigo 244.º do Regimento, iniciado com uma intervenção do Governo sobre o Estado da Nação, depois sujeito a perguntas dos grupos parlamentares durante um debate generalizado e, no fim, encerrado pelo Governo. Esta sessão plenária teve lugar no dia 20 de Julho de 2007.



Sala das Sessões. Debate sobre o Estado da Nação

Debate mensal com o Primeiro-Ministro

Nos termos previstos no Regimento, no artigo 239.º, que estabelece que o Primeiro-Ministro comparece na primeira semana de cada mês perante o Plenário, para uma sessão de perguntas dos Deputados, na 2.ª sessão, ocorreram sete debates com o Primeiro-Ministro.

Foram os seguintes os temas e as datas abordados nos debates:

- a) 27 de Setembro de 2006 – Segurança Social;
- b) 21 de Dezembro de 2006 – Reforma do Ensino Superior;
- c) 24 de Janeiro de 2007 – Alterações climáticas;
- d) 28 de Fevereiro de 2007 – Reforma do sistema de segurança interna e das forças de segurança;
- e) 21 de Março de 2007 – Consolidação das contas públicas;
- f) 27 de Abril de 2007 – Reforma do processo de licenciamento e planeamento do território;
- g) 31 de Maio de 2007 – Acesso às tecnologias de informação e competitividade.

Debate sobre assunto de actualidade, de relevância nacional ou internacional

Os debates sobre assuntos de actualidade, de relevância nacional ou internacional, consignados no n.º 2 do artigo 77.º do Regimento, realizam-se mensalmente, tendo o Governo a faculdade de participar nos mesmos.

Na 2.ª sessão realizaram-se três debates que versaram sobre:

- a) A preparação do futuro Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN);
- b) A evolução dos preços dos bens essenciais;
- c) O combate à fraude e à evasão fiscal.

Debates de relevante interesse nacional

Nos termos do n.º 1 do artigo 244.º do Regimento, que permite ao Governo propor à Assembleia da República um debate sobre um assunto de relevante interesse nacional, realizaram-se dois debates com os seguintes temas:

- a) Programa de Estabilidade e Crescimento – 2006/2010;
- b) Propostas de programas operacionais no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

Debates de urgência

Ao abrigo do estabelecido no artigo 78.º do Regimento, os grupos parlamentares e o Governo podem requerer fundamentadamente ao Presidente a realização de debates de urgência.

Na 2.ª sessão tiveram lugar seis debates de urgência, que versaram sobre os seguintes temas:

- a) Sobre a decisão governamental da suspensão brutal de adjudicações, de autos de medição e de pagamentos em obras públicas, para os últimos quatro meses do corrente ano;
- b) Provas globais do 9.º ano;
- c) Reestruturação do Instituto da Conservação da Natureza;

- d) Política de Transportes nas Áreas Metropolitanas;
- e) Direitos dos trabalhadores e as perspectivas do Governo em matéria de legislação laboral sobre o tema: “SCUTS”.

Intervenção semanal do Governo no Período de Antes da Ordem do Dia

Ao abrigo do estabelecido no n.º 2 do artigo 84.º, o Governo pode, a seu pedido, intervir semanalmente no período de antes da ordem do dia, desde que dê prévio conhecimento do tema aos grupos parlamentares, através do Presidente da Assembleia da República.

As intervenções realizadas ao abrigo desta faculdade versaram sobre:

- a) Os 50 anos do Tratado de Roma;
- b) Um cartaz de cariz racista, colocado na Praça Marquês de Pombal.

Debate em Comissão Permanente

Na sessão da Comissão Permanente realizada, o Governo interveio, através do Ministro da Administração Interna, no debate sobre a ocorrência na Herdade da Lameira, freguesia de Alcantarilha, Silves, em 17 de Agosto de 2007.

Sessão de perguntas ao Governo

Os Deputados podem formular perguntas ao Governo, oralmente, ao abrigo do estabelecido no artigo 240.º do Regimento.

Estas podem ser de âmbito geral ou sectorial. Na 2.ª sessão legislativa da X Legislatura realizaram-se duas sessões de perguntas de âmbito geral e quatro de âmbito sectorial.

As perguntas versaram, no âmbito geral:

- a) Plano de defesa contra o risco de incêndios florestais;
- b) Medidas já implementadas e resultados obtidos na execução do programa “Novas Oportunidades”;
- c) Pesca lúdica no mar;
- d) Modernização ferroviária das linhas do Oeste;
- e) Linha ferroviária do Tua e monitorização da segurança da rede ferroviária;
- f) Resultados do Plano de Acção para o Descongestionamento dos Tribunais no sistema de Justiça;
- g) Resultados do estudo que o Governo utiliza como justificação para o fim do incentivo ao arrendamento juvenil; soluções previsíveis a implementar; programa Porta 65;
- h) Vantagens que poderão advir para o Serviço Nacional de Saúde e para o erário público na aquisição, pelas câmaras municipais, de partes do capital social de sociedades privadas gestoras de estabelecimentos hospitalares públicos;
- i) Situação dos cidadãos portugueses que contraíram doenças profissionais nas ex-colónias;
- j) Igualdade de género;
- k) Problemas do litoral português; crescente erosão da orla costeira, por degradação de dunas e falésias;
- l) Intervenção técnica nas praias da Costa de Caparica;
- m) Acessibilidades rodoviárias na zona de Lisboa;
- n) Posição do Governo na negociação entre os trabalhadores e a administração do Metropolitano de Lisboa;
- o) Regime de tarifas praticado pela CP;
- p) Controlo da entrada de cargas contendo substâncias tóxicas ou radioactivas perigosas para a saúde ou para o ambiente nos portos nacionais;

As perguntas de âmbito sectorial abarcaram:

- a) O Ministério da Cultura;
- b) Orientações do Governo para a reforma do sistema de ensino superior;

- c) Política de juventude, desporto, igualdade de oportunidades, imigração e minorias étnicas;
- d) Debate de âmbito sectorial com o Ministro da Defesa Nacional.

Interpeleções ao Governo

Na 2.ª sessão legislativa da X Legislatura, nos termos do estabelecido no artigo 180.º n.º 2 da Constituição da República Portuguesa, que comina o direito de cada grupo parlamentar provocar, por meio de interpelação ao Governo, a abertura de dois debates em cada sessão

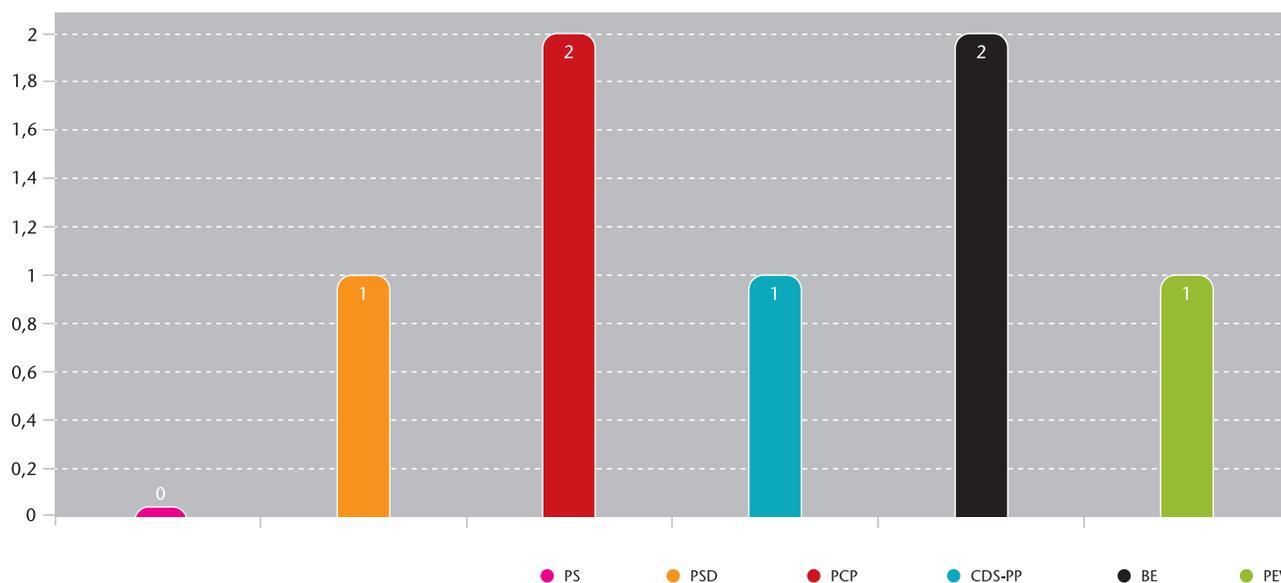
legislativa, sobre assunto de política geral ou sectorial, realizaram-se sete interpelações.

A tabela 22 e o gráfico 13 apresentam a distribuição das interpelações pelos grupos parlamentares.

TABELA 22
INTERPELAÇÕES AO GOVERNO

Partidos	Interpeleções ao Governo
PS	0
PSD	1
PCP	2
CDS-PP	1
BE	2
PEV	1
TOTAL	7

GRÁFICO 13
INTERPELAÇÕES AO GOVERNO



Os assuntos versados foram:

- a) Política de Saúde;
- b) Política de Ordenamento do Território e Ambiente;
- c) Política para o desenvolvimento rural e agricultura;
- d) Emprego e qualidade de emprego;
- e) Questões das injustiças sociais, do emprego e dos direitos dos trabalhadores;
- f) Quebra de poder de compra dos portugueses;
- g) Política de saúde.

Requerimentos

Está consagrado no artigo 156.^o da Constituição da República Portuguesa, como um dos poderes dos Deputados, o de “Requerer e obter do Governo ou dos

órgãos de qualquer entidade pública os elementos, informações e publicações oficiais que considerem úteis para o exercício do seu mandato”.

TABELA 23

REQUERIMENTOS TRANSITADOS DA X/1.^a

Partidos	Requerimentos ^{XXVII}								
	Transitados da X/1. ^a			Respondidos na X/2. ^a			Não Respondidos		
	Administração Central	Administração Local	Total	Administração Central	Administração Local	Total	Administração Central	Administração Local	Total
PS	23	1	24	14	0	14	9	1	10
PSD	102	314	416	65	69	134	37	245	283
PSD/CDS-PP	1	0	1	0	0	0	1	0	1
PCP	140	1	141	110	0	110	30	1	31
CDS-PP	22	869	891	17	0	17	5	869	874
BE	44	11	55	34	0	34	10	11	21
PEV	36	16	52	29	0	29	7	16	23
Total	368	1212	1580	269	69	338	99	1143	1242

^{XXVII}Transitaram para a X/2.^a dois Requerimentos RA (PSD) e (PEV) que não foram respondidos.

GRÁFICO 14

REQUERIMENTOS TRANSITADOS DA X/1.^a

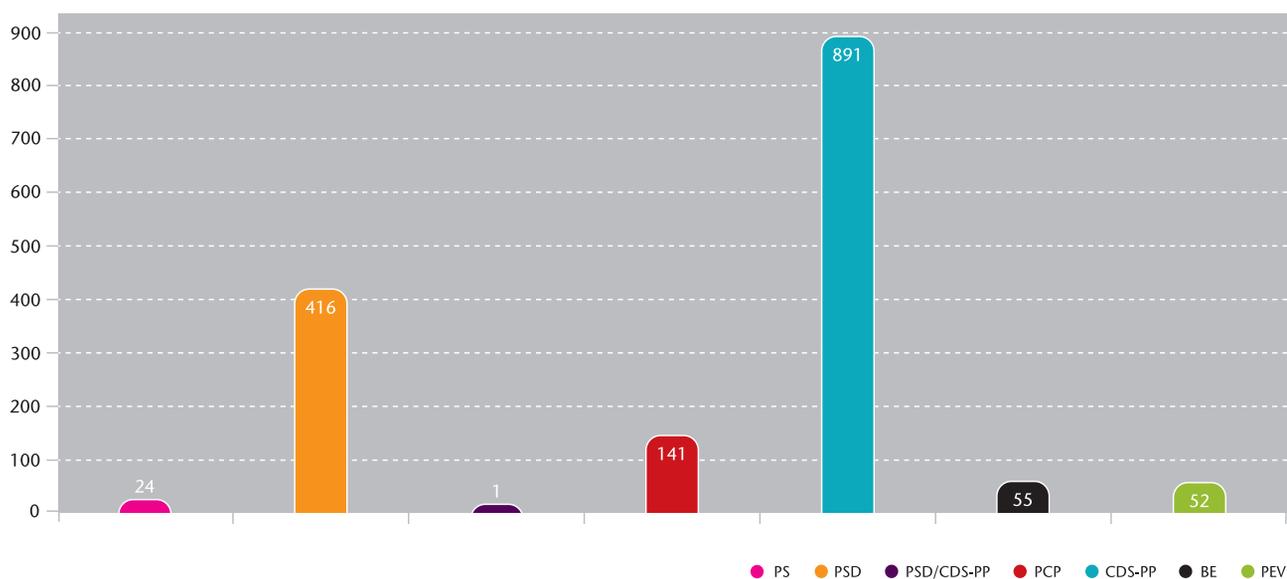


TABELA 24

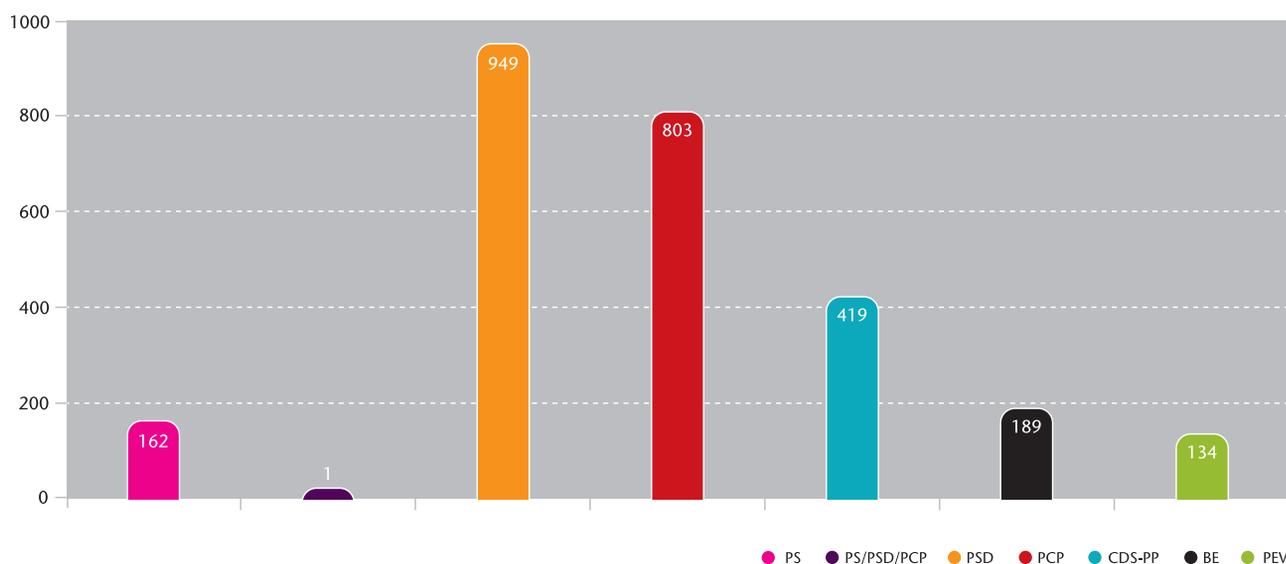
REQUERIMENTOS FORMULADOS NA X/2.^a

Partidos	Requerimentos ^{XXVIII}								
	Formulados da X/1. ^a			Respondidos na X/2. ^a			Não Respondidos		
	Administração Central	Administração Local	Total	Administração Central	Administração Local	Total	Administração Central	Administração Local	Total
PS	152	10	162	119	6	125	33	4	37
PS/PSD/PCP	1	0	1	1	0	1	0	0	0
PSD	541	408	949	392	158	550	149	250	399
PCP	801	2	803	609	1	610	192	1	193
CDS-PP	132	287	419	99	177	276	33	110	143
BE	183	6	189	148	2	150	35	4	39
PEV	124	10	134	99	4	103	25	6	31
Total	1934	723	2657	1467	348	1815	467	375	842

^{XXVIII} Entraram dois Requerimentos AR durante a X/2.^a (PSD) que não foram respondidos. Entrou ainda, durante a X/2.^a (PEV), um Requerimento RA que não foi respondido.

GRÁFICO 15

REQUERIMENTOS FORMULADOS NA X/2.^a



Os requerimentos são classificados segundo a entidade a que se destinam em:

- AC – Ao Governo/Administração Central
- AL – A Órgãos das Autarquias Locais
- RA – A Órgãos das Regiões Autónomas.

Transitaram da 1.^a sessão legislativa 368 AC, 1212 AL num total de 1580. Destes foram respondidos 269 AC e 69 AL num total de 338.

Destes, foram respondidos 1467 AC e 348 AL num total de 1815.

Foram formulados na 2.^a sessão legislativa 1934 AC, 723 AL num total de 2657.

Constata-se, assim, que ficaram sem resposta no fim da sessão legislativa 1242 da 1.^a e 842 da 2.^a, num total de 2040 requerimentos.

GRÁFICO 16

REQUERIMENTOS TRANSITADOS DA X/1.^a VS RESPONDIDOS NA X/2.^a – ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

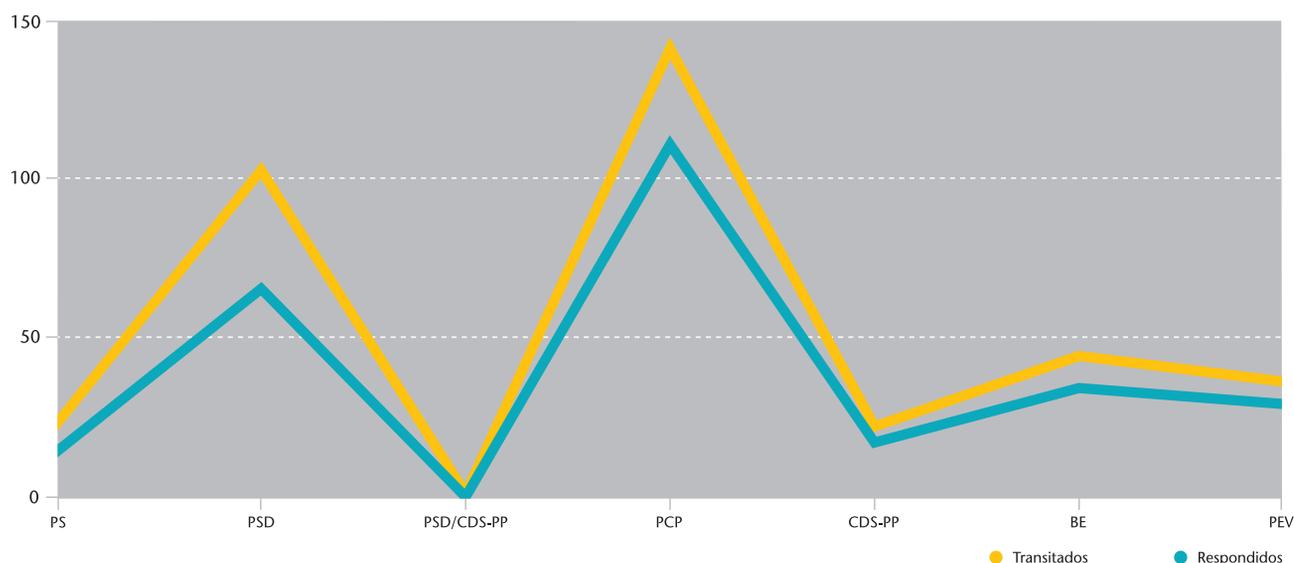


GRÁFICO 17

REQUERIMENTOS TRANSITADOS DA X/1.^a VS RESPONDIDOS NA X/2.^a – ADMINISTRAÇÃO LOCAL

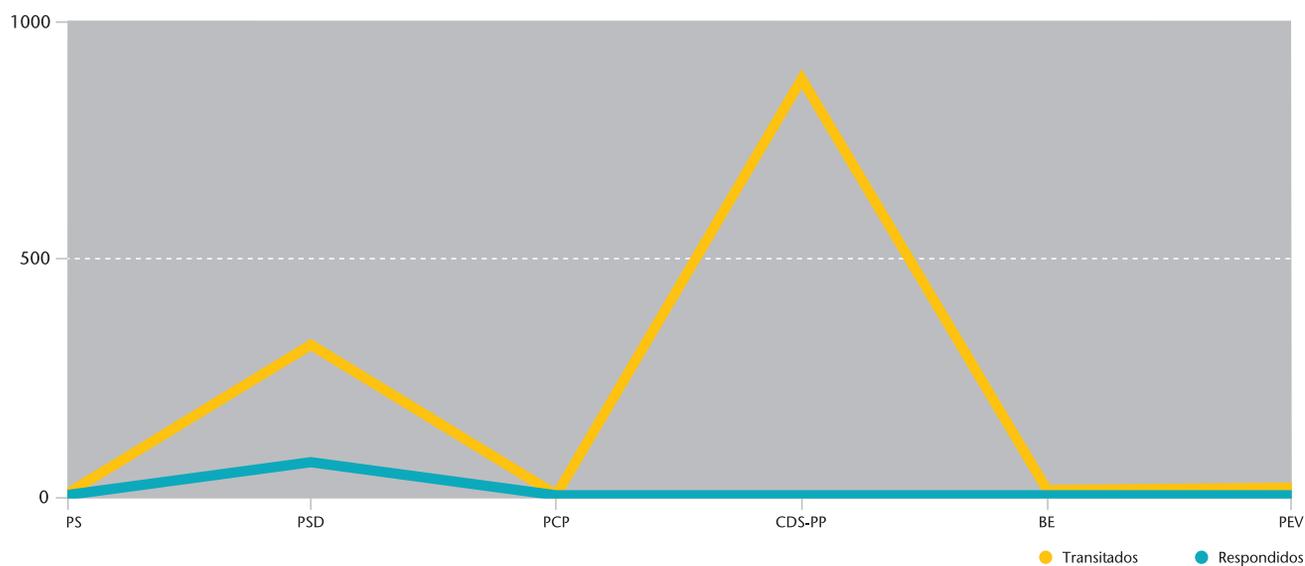


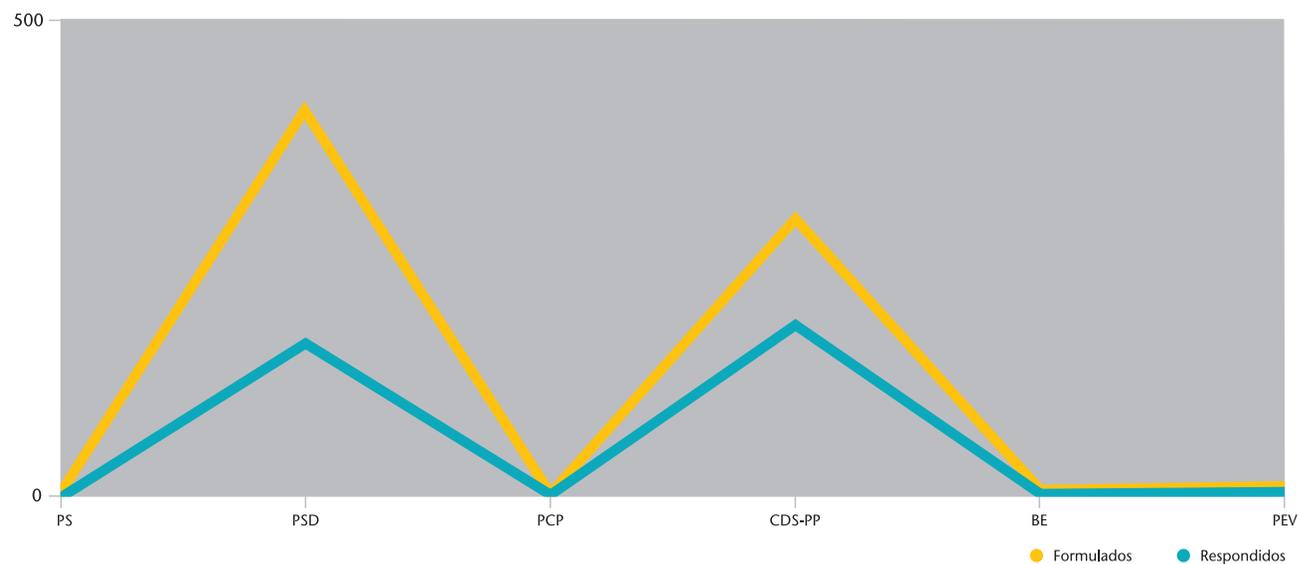
GRÁFICO 18

REQUERIMENTOS FORMULADOS NA X/2.ª VS RESPONDIDOS – ADMINISTRAÇÃO CENTRAL



GRÁFICO 19

REQUERIMENTOS FORMULADOS NA X/2.ª VS RESPONDIDOS – ADMINISTRAÇÃO LOCAL



Petições

Está cominado na Constituição da República Portuguesa, no artigo 52.º, o direito dos cidadãos de apresentarem, individual ou colectivamente, petições aos órgãos de

soberania, para defesa dos seus direitos, da Constituição, das leis ou do interesse geral.

TABELA 25

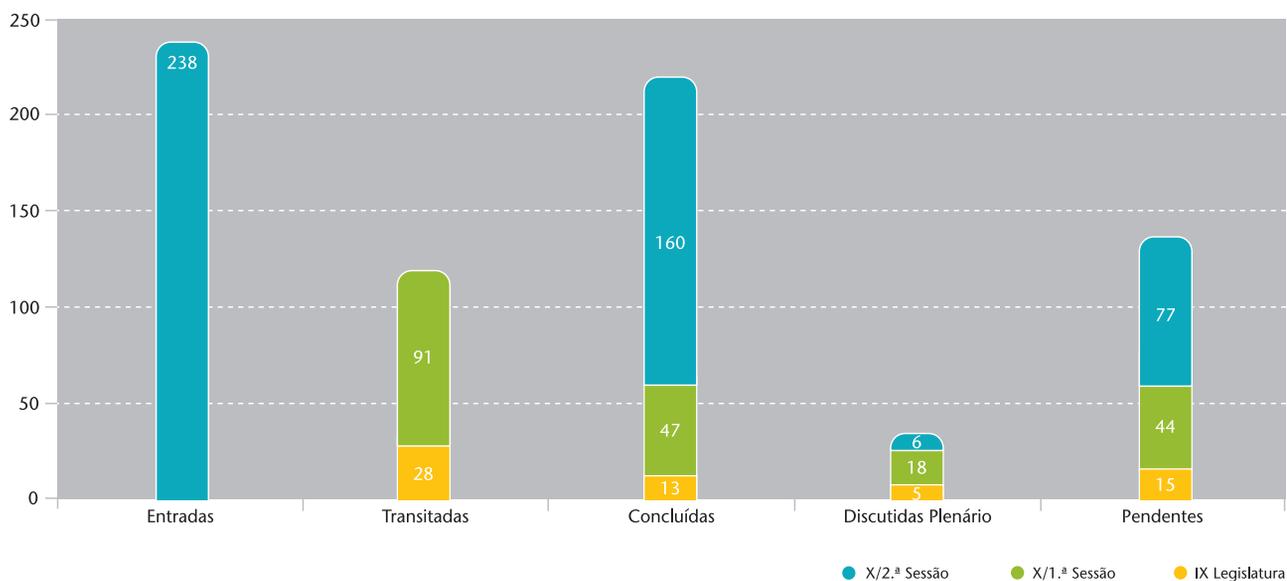
PETIÇÕES ENTRADAS, TRANSITADAS, CONCLUÍDAS, DISCUTIDAS EM PLENÁRIO E PENDENTES NA X/2.^a

Legislatura em que deram entrada	Entradas	Transitadas para a X/2. ^a	Concluídas na X/2. ^a		Pendentes na X/2. ^a
			Total	Discutidas Plenário	
IX Legislatura	–	28	13	5	15
X Legislatura/1. ^a sessão	–	91	47	18	44
X Legislatura/2. ^a sessão	238	–	160 ^{XXIX}	6	77
Total	238	119	220	29	136

^{XXIX} Não inclui a Petição n.º 178/X/2 que deu entrada a 7 de Novembro de 2006, mas foi anulada na AR.

GRÁFICO 20

PETIÇÕES ENTRADAS, TRANSITADAS, CONCLUÍDAS, DISCUTIDAS EM PLENÁRIO E PENDENTES NA X/2.^a



Na 2.^a sessão deram entrada 238 petições, transitaram 119, sendo 28 da IX Legislatura e 91 da 1.^a sessão da X Legislatura. Destas, 220 foram concluídas e 29 discutidas em Plenário, ficando pendentes 136.

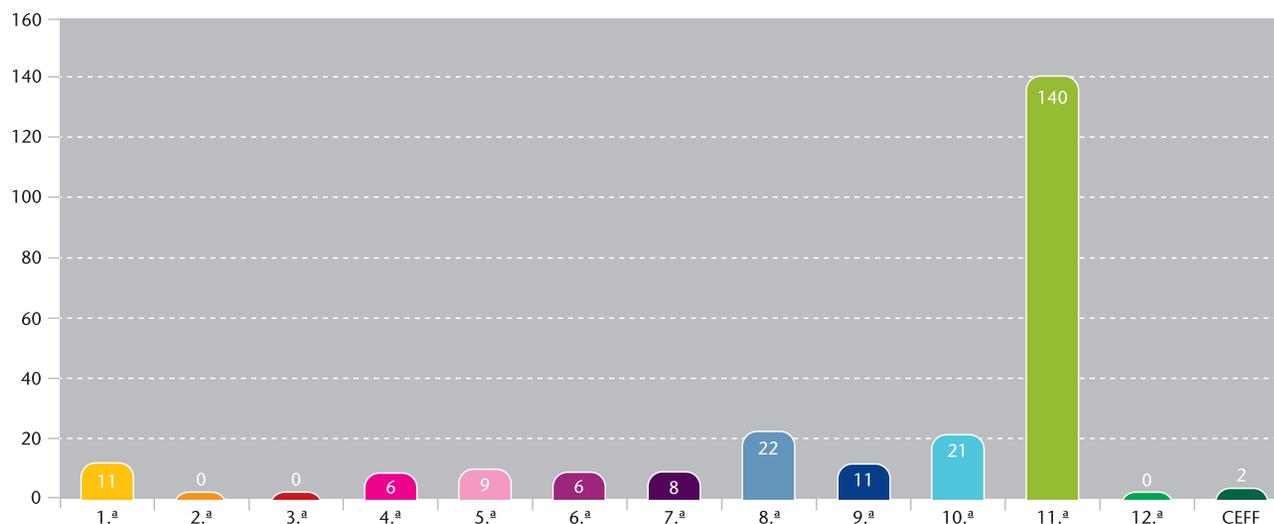
A tabela e o gráfico seguintes permitem visualizar a distribuição das Petições por Comissão Especializada Permanente e a sua conclusão.

TABELA 26
PETIÇÕES DISTRIBUÍDAS E CONCLUÍDAS NA X/2.^a POR COMISSÃO

N.º da Comissão	Comissão	Distribuídas na X/2. ^a	Concluídas da IX	Concluídas da X/1. ^a	Concluídas da X/2. ^a
1. ^a	ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS	11	2	4	1
2. ^a	NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS	0	0	0	0
3. ^a	ASSUNTOS EUROPEUS	0	0	0	0
4. ^a	DEFESA NACIONAL	6	0	2	5
5. ^a	ORÇAMENTO E FINANÇAS	9	0	4	2
6. ^a	ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	6	1	3	2
7. ^a	PODER LOCAL, AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	8	0	3	5
8. ^a	EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA	22	0	0	20
9. ^a	OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	11	4	2	1
10. ^a	SAÚDE	21	1	7	10
11. ^a	TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL	140	5	4	120
12. ^a	ÉTICA	0	0	0	0
CEFF	COMISSÃO EVENTUAL PARA OS FOGOS FLORESTAIS	2	0	0	1
TOTAL		236^{XXX}	13^{XXXI}	29^{XXXII}	167^{XXXIII}

XXX As Petições n.º 208/X/2.^a e n.º 339/X/2.^a foram distribuídas a mais que uma Comissão. Não inclui quatro Petições que deram entrada na X/2.^a mas que foram distribuídas já durante a X/3.^a. XXXI As Petições n.º 49/IX/1.^a, n.º 69/IX/2.^a, n.º 88/IX/2.^a, n.º 100/IX/3.^a e n.º 112/IX/3.^a foram concluídas em mais que uma Comissão. XXXII Foram discutidas e concluídas em Plenário mais 18 Petições da X/1.^a. XXXIII As Petições n.º 208/X/2.^a e n.º 339/X/2.^a foram concluídas em mais que uma Comissão. Algumas das Petições concluídas em Comissão podem ainda ser objecto de apreciação em Plenário.

GRÁFICO 21
PETIÇÕES DISTRIBUÍDAS NA X/2.^a POR COMISSÃO



Inquéritos Parlamentares

Os Inquéritos Parlamentares destinam-se, nos termos do estabelecido no artigo 254.º do Regimento, a averiguar do cumprimento da Constituição e das leis e a apreciar os actos do Governo e da Administração.

Na 2.ª sessão legislativa da X Legislatura ocorreram duas iniciativas tendo em vista a realização de Inquéritos:

Inquérito Parlamentar n.º 1/X/2

Constituição de uma Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar ao processamento, disponibilização e divulgação de registos de chamadas telefónicas protegidas pela obrigação de confidencialidade

Inquérito Parlamentar n.º 2/X/2

Sobre as responsabilidades dos XV, XVI e XVII Governos Constitucionais e de organismos sob a sua tutela, na utilização do território nacional, pela CIA, ou outros serviços similares estrangeiros, para o transporte aéreo e detenção ilegal de prisioneiros.

A primeira foi aprovada e a segunda rejeitada. Deliberada a realização do inquérito é constituída uma Comissão Eventual para o efeito. *Ver Comissão de Inquérito para o Processamento, Disponibilização e Divulgação dos Registos e Chamadas Telefónicas Protegidas por Obrigação de Confidencialidade.*

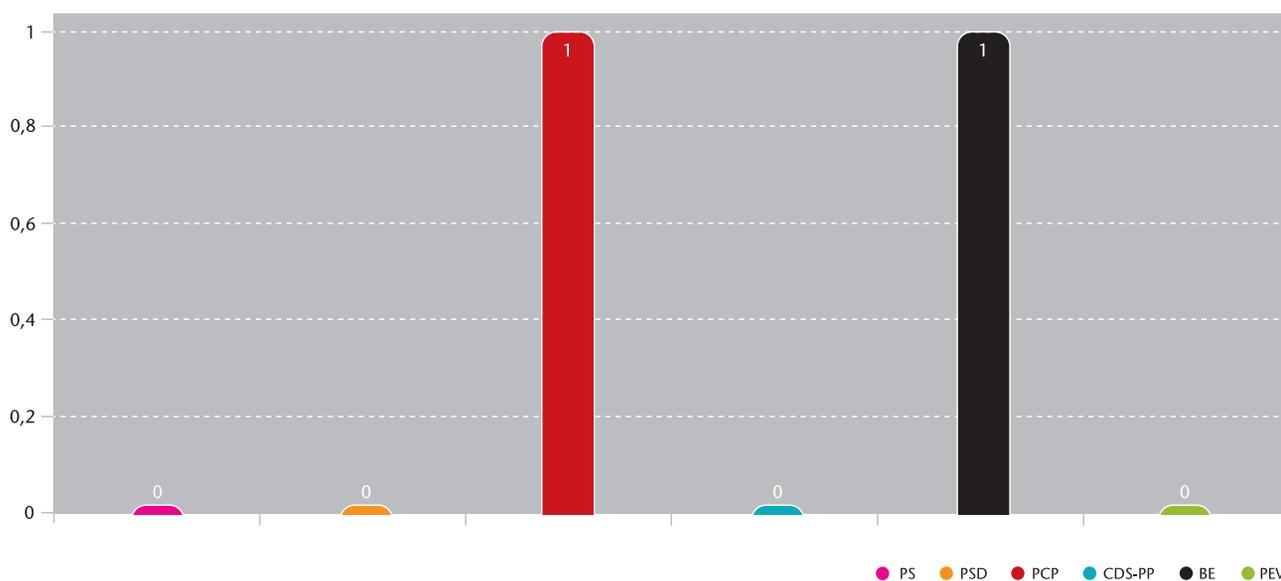
TABELA 27

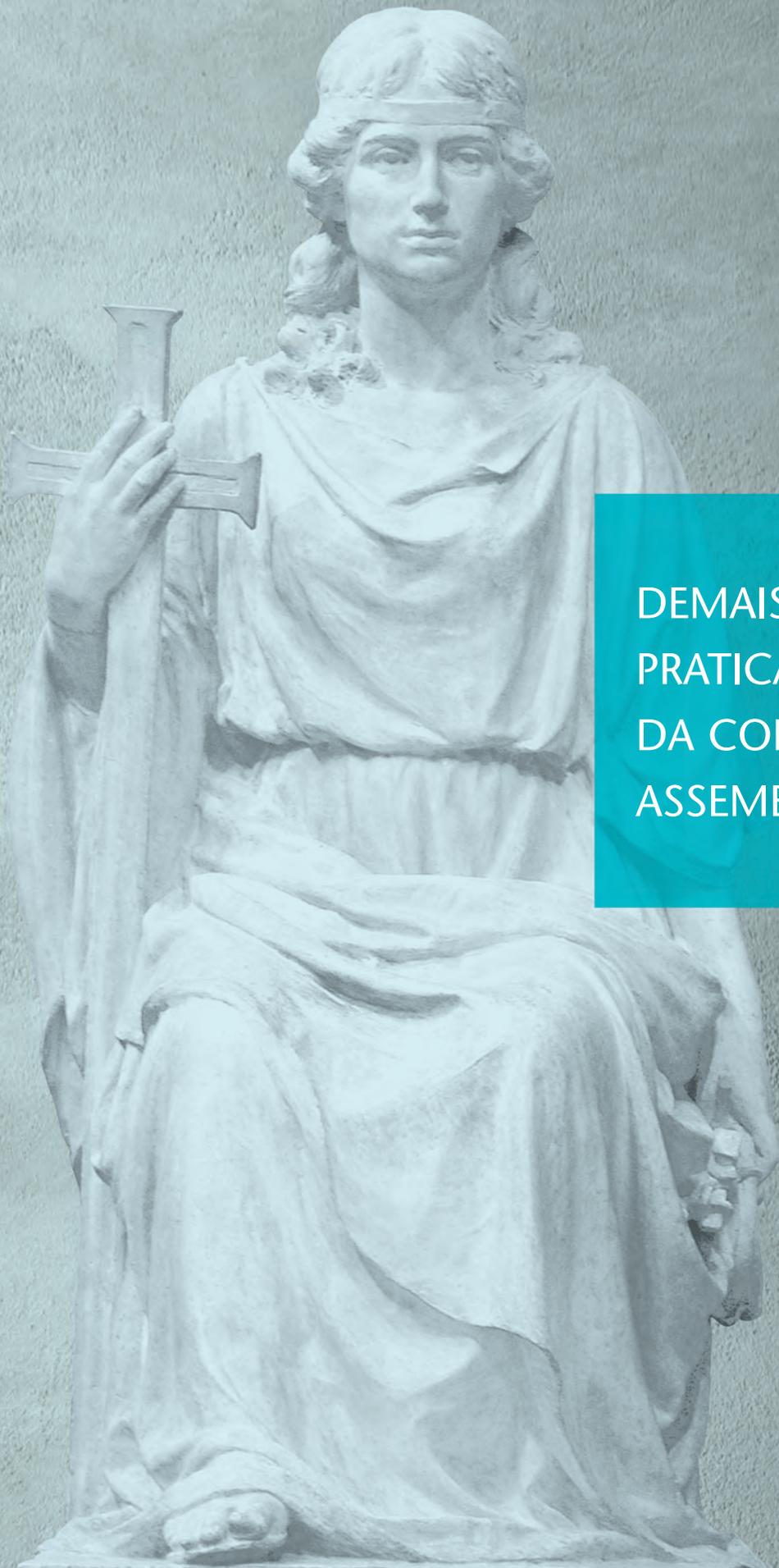
PROJECTOS DE INQUÉRITO PARLAMENTAR

Partidos	N.º de Inquéritos	Rejeitados	Aprovados
PS	0	0	0
PSD	0	0	0
PCP	1	1	0
CDS-PP	0	0	0
BE	1	0	1
PEV	0	0	0
TOTAL	2	1	1

GRÁFICO 22

PROJECTOS DE INQUÉRITO PARLAMENTAR





DEMAIS ACTOS
PRATICADOS NO EXERCÍCIO
DA COMPETÊNCIA DA
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Intervenções no Período de Antes da Ordem do Dia

Declarações políticas

Nos termos do artigo 75.º do Regimento, cada grupo parlamentar tem direito a produzir, semanalmente, no período de antes da ordem do dia, uma declaração política, devendo comunicar essa intenção à Mesa até ao início da respectiva reunião.

Na 2.ª sessão da X Legislatura foram produzidas 163 declarações políticas.

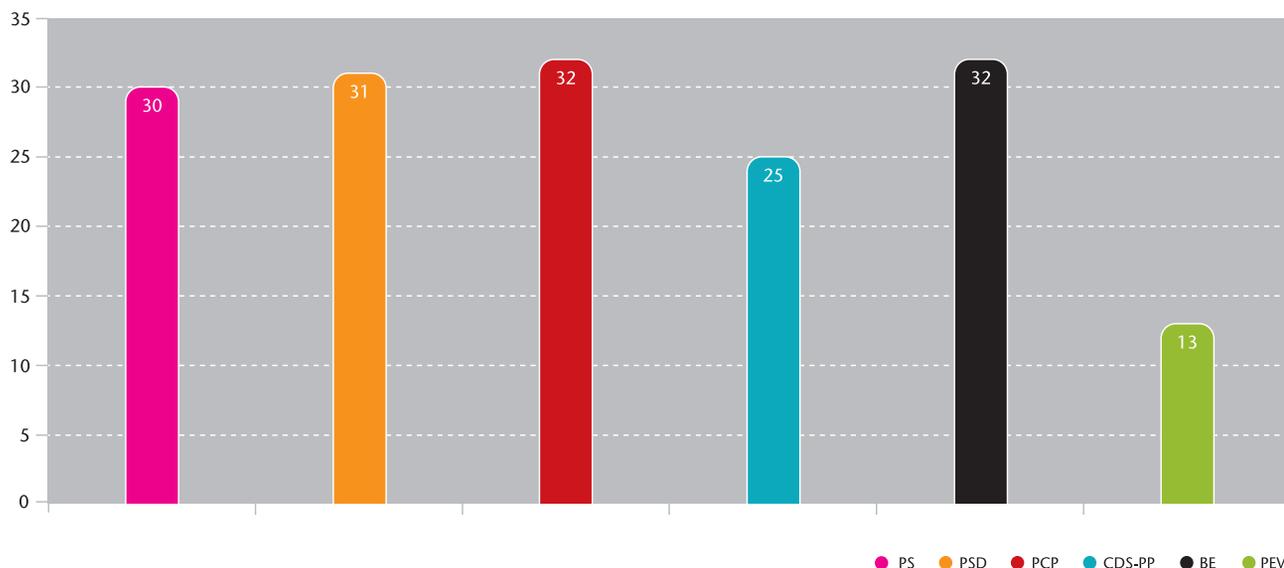
TABELA 28

DECLARAÇÕES POLÍTICAS

Partidos	Declarações políticas
PS	30
PSD	31
PCP	32
CDS-PP	25
BE	32
PEV	13
TOTAL	163

GRÁFICO 23

DECLARAÇÕES POLÍTICAS



A distribuição por autor está patente na tabela e no gráfico apresentados, versando as declarações os mais variados temas, relacionados com factos relevantes da política nacional ou internacional, designadamente, sobre o Orçamento de Estado, a política de saúde, a política ambiental, a política educativa do Governo, a política agrícola do Governo, a política do Governo na área da justiça, a reforma da Segurança Social, a situação económica

e financeira do País, a importância da cooperação estratégica entre Espanha e Portugal, o estatuto da carreira docente, a política cultural do Governo, o papel da Organização de Segurança e Cooperação Europeia (OSCE) no mundo, nas áreas de segurança, ajuda ao desenvolvimento e formação e consolidação de organizações democráticas, o crescimento da violência nas escolas e respectivas zonas envolventes, a política de emigração prosseguida pelo Governo, a

Reforma da Lei das Finanças Locais e da Lei das Finanças Regionais, os resultados do referendo sobre interrupção voluntária da gravidez, a sustentabilidade da orla costeira, o Dia Internacional da Mulher, a reforma da administração do Estado, a comemoração do Dia Mundial da Água, Plano de Desenvolvimento Rural (PDR) para o período de 2007-2013, eleições presidenciais em Timor-Leste, o resultado das eleições na Região Autónoma da Madeira e o financiamento dos partidos políticos.

Assuntos de interesse político relevante

Quanto ao tratamento de assuntos de interesse político relevante, o n.º 3 do artigo 75.º do Estatuto prevê a abertura de uma ordem de inscrições especial.

Esta figura regimental, usada para intervenções no PAOD foi utilizada 18 vezes, sendo dez pelo PS, sete pelo PSD e uma pelo CDS/PP.

Os temas versados foram:

- a) A propósito da passagem do 96.º aniversário da implantação da República, evocou e homenageou a figura de José Relvas;
- b) O Plano Portugal Logístico, apresentado pelo Governo, o crescimento económico do País, a sustentabilidade ambiental e o aumento da coesão territorial;
- c) Competitividade do distrito de Viana do Castelo em relação ao resto do País; infra-estruturas necessárias ao seu desenvolvimento;
- d) Produção nacional de maçãs e sua comercialização;
- e) Assinalou o próximo dia 25 de Novembro, Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres e manifestou-se contra todas as formas de violência com base no sexo;
- f) Teceu comentários acerca do anunciado projecto de Decreto-Lei do Governo que visa acabar com as regiões e as juntas de turismo, que considerou prejudicial para aquele sector;
- g) Perspectiva de concretização de diversos empreendimentos no distrito de Beja anunciada pelo Primeiro-Ministro em recente visita à região;
- h) Evocação da memória do Rei D. Carlos I, por ocasião da passagem do 99.º aniversário do seu assassinato;
- i) Teceu considerações sobre o Presidente da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto e das suas relações políticas com os eleitos, nas últimas eleições autárquicas, para a Junta de Freguesia de Passos;
- j) Instabilidade política na Câmara Municipal de Lisboa; necessidade de alterar a Lei Eleitoral para os Órgãos das Autarquias Locais;
- k) Crítica a política do medicamento prosseguida pelo Governo, tendo considerado urgente a revisão do sistema de comparticipações, em particular a nível dos doentes crónicos;
- l) Situação em que se encontra a empresa Rohde, em Santa Maria da Feira, em que estão em risco postos de trabalho; acção governativa em matéria de política económica;
- m) Repudiou o conteúdo, de cariz racista, de um cartaz colocado na Praça Marquês de Pombal;
- n) Lembrou a inauguração há 100 anos do sanatório e do hospital da Guarda pelo Rei D. Carlos e pela Rainha D. Amélia e o desenvolvimento que estas infra-estruturas trouxeram à região, tendo criticado o encerramento de serviços públicos que ocorrem no interior do País, designadamente na Guarda, e solicitado políticas que promovam a igualdade de oportunidades entre o litoral e o interior;
- o) Congratulou-se com os resultados já obtidos pelos programas lançados pelos Ministérios da Educação e do Trabalho e da Solidariedade Social, nomeadamente a iniciativa Novas Oportunidades, com vista à qualificação dos portugueses, permitindo um maior desenvolvimento do País;
- p) Primeiro balanço da entrada em vigor, a 15 de Dezembro último, da quarta alteração da Lei da Nacionalidade.

GRÁFICO 24

ASSUNTOS DE INTERESSE POLÍTICO RELEVANTE

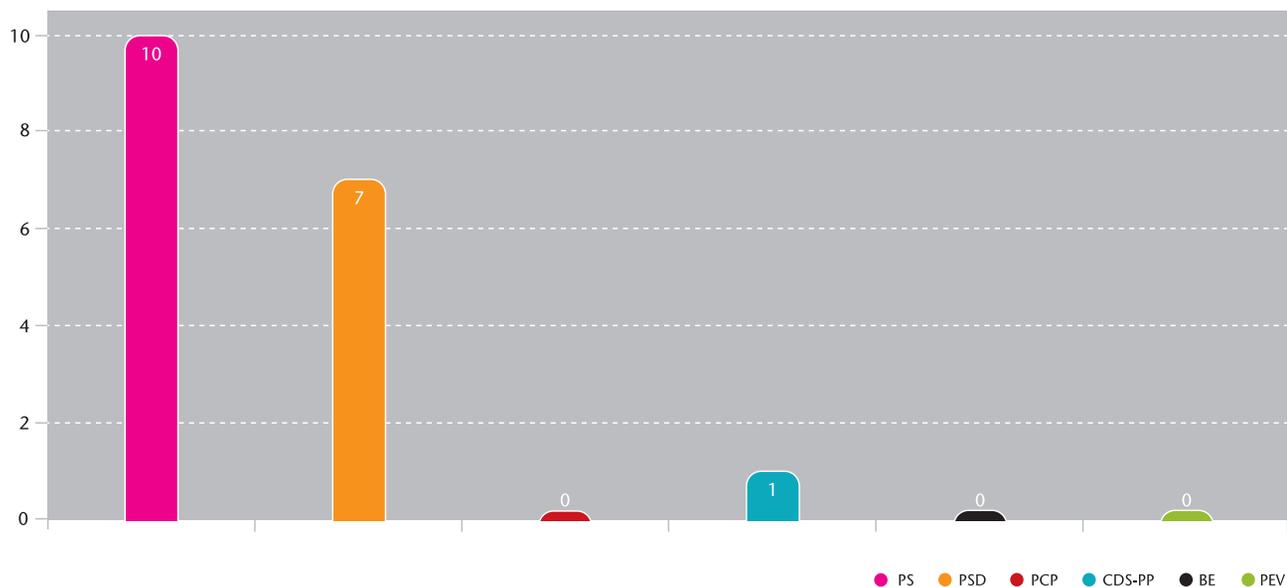


TABELA 29

ASSUNTOS DE INTERESSE POLÍTICO RELEVANTE

Partidos	Assuntos de Interesse Político Relevante
PS	10
PSD	7
PCP	0
CDS-PP	1
BE	0
PEV	0
TOTAL	18

Deliberações

Revestem a forma de deliberação, os actos votados em Plenário da Assembleia da República que dizem respeito ao funcionamento da Assembleia.

Na 2.ª sessão legislativa da X Legislatura foi apresentado um projecto de deliberação pelo PAR que foi aprovado:

Deliberação n.º 1-PL/2007

Prorrogação do período normal de funcionamento da Assembleia da República

TABELA 30

PROJECTOS DE DELIBERAÇÃO

Partidos	Transitados X/1.ª	Entrados	Rejeitados	Aprovados	Deliberações
PAR	0	1	0	1	1
PS	0	0	0	0	0
PSD	0	0	0	0	0
PCP	0	0	0	0	0
CDS-PP	1	0	0	0	0
BE	0	0	0	0	0
PEV	0	0	0	0	0
TOTAL	1	1	0	1	1

Votos

Nos termos do artigo 79.º do Regimento, a Mesa, os grupos parlamentares e os Deputados podem propor votos de pesar, congratulação, saudação ou homenagem, protesto ou condenação. Na 2.ª sessão da X Legislatura, foram apresentados

40 votos. Destes, dois não foram votados, quatro foram substituídos e um foi rejeitado, tendo sido aprovados 32, com a distribuição, relativamente à sua classificação e aos proponentes da tabela 31 e dos gráficos 25 e 26.

TABELA 31

VOTOS – TIPO DE VOTOS

Partidos/ Tipo Voto	Pesar	Congratulação/ Louvor	Saudação/ Homenagem	Protesto	Condenação	Total	Aprovados
PAR	1	0	0	0	0	1	1
PS	5	1	0	0	0	6	6
PS/PSD/CDS-PP	0	0	0	1	0	1	1
PS/PSD/CDS-PP/BE	1	0	0	0	0	1	1
PS/PCP/BE/PEV	0	0	0	1	0	1	0
PSD	3	5	0	1	0	9	6
PCP	1	0	0	0	0	1	1
CDS-PP	3	2	0	1	2	8	5
BE	1	0	0	0	1	2	2
PEV	0	0	0	0	0	0	0
TODOS	6	2	1	0	1	10	10
TOTAL	21	10	1	4	4	40	33^{XXXIV}

^{XXXIV} Os Votos n.º 83/X (PSD) e n.º 104/X (CDS-PP) não foram discutidos na presente sessão legislativa. O Voto n.º 75/X (PS/PCP/BE/PEV) foi rejeitado. Os Votos n.º 70/X (CDS-PP), n.º 71/X (PSD), n.º 79/X (CDS-PP) e n.º 82/X (PSD) foram substituídos.

GRÁFICO 25

VOTOS – TIPO DE VOTOS

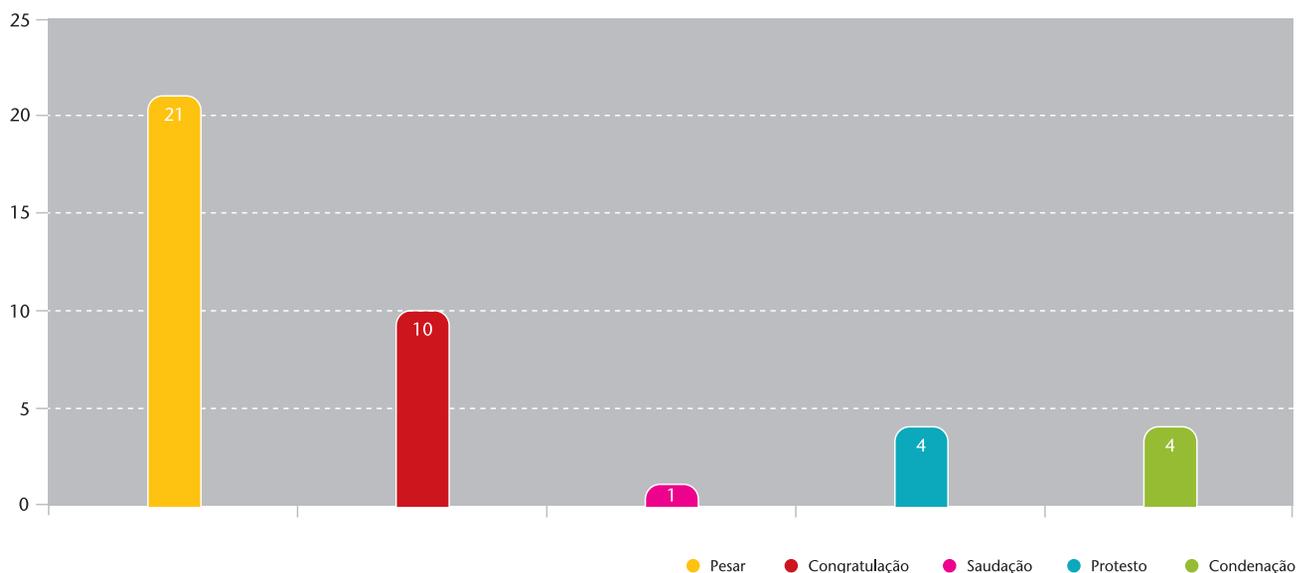
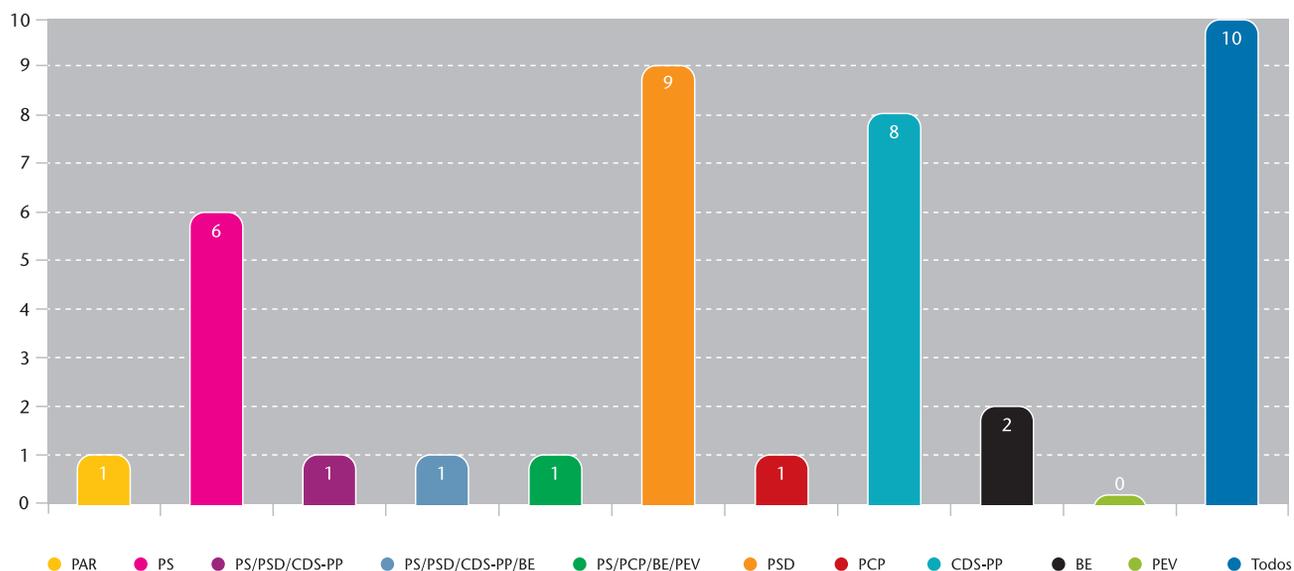


GRÁFICO 26

VOTOS – POR AUTOR



Os **votos de pesar** referem-se ao falecimento das seguintes individualidades: Professora Teresa Ambrósio; Vasco de Carvalho; Álvaro Veiga de Oliveira; antigo Deputado José António Borja Santos dos Reis Borges; jornalista Manuela Rebelo; jornalista e antigo Deputado Manuel Ramos; Mário Sottomayor Cardia; escritor Mário Cesariny de Vasconcelos; Raul Gomes dos Santos; Professor António H. Oliveira Marques; escritora Fiamha Hasse Pais Brandão; Sérgio Vilarigues; Manuel Bento; Soares Louro; ex-Deputado António Jorge Gonçalves e Gama de Oliveira; Alexandre Reigoto; ex-Presidente russo Boris Ieltsin; Dr. António Rocha e Melo; Adriano Pinto; actor Henrique Viana e ex-Deputado Francisco Manuel Menezes Falcão.

Foram aprovados os seguintes **votos de congratulação**: pelo sucesso dos atletas portugueses nos Mundiais 2006 de Atletismo para Deficientes; pela distinção internacional ao espectáculo de passagem de ano 2006/2007 na Região Autónoma da Madeira; pela conquista do título europeu por Naíde Gomes; pela atribuição do Prémio Camões ao escritor António Lobo Antunes; pela qualificação da Selecção Portuguesa de Râguebi para a fase final do

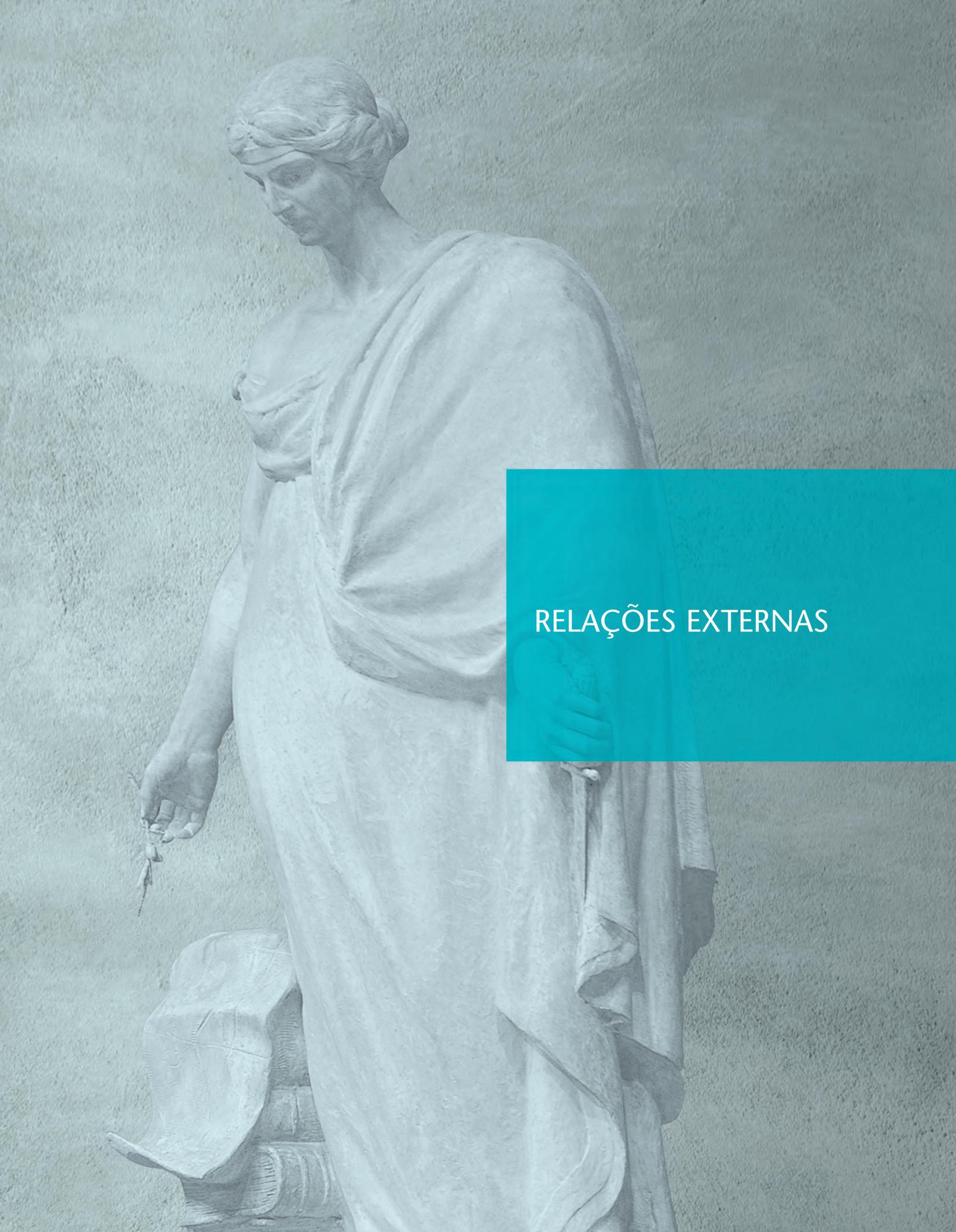
Campeonato Mundial de 2007; pela designação do Dr. Jorge Sampaio para Alto Representante das Nações Unidas para o Diálogo de Civilizações; pelo honroso 9.º lugar obtido pela Selecção Nacional masculina de Basquetebol.

Foi aprovado um **voto de saudação** pela memória de José Afonso.

Os **votos de louvor** aprovados foram dois, um a Vanessa Fernandes – Campeã Mundial de Triatlo – e outro pela medalha de ouro nos Mundiais de Atletismo de Nelson Évora.

Houve dois **votos de protesto** aprovados, um na sequência da realização de um teste nuclear pela República Democrática da Coreia e outro pela condenação à morte de cinco enfermeiras búlgaras e um médico palestiano na Líbia.

Foram, ainda, aprovados dois **votos de condenação**, um pelo genocídio de Darfur e outro pela realização da Conferência Internacional sobre o Holocausto em Teerão.



RELAÇÕES EXTERNAS

Deslocações e audiências do Presidente da Assembleia da República

O Presidente da Assembleia da República cumpriu, durante a 2.ª sessão legislativa da X Legislatura, um programa com 12 deslocações e 296 audiências.

TABELA 32

DESLOCAÇÕES E AUDIÊNCIAS DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Deslocações e Audiências	N.º de Deslocações e Audiências	
DESLOCAÇÕES EM MISSÃO PARLAMENTAR BILATERAL	3	12
DESLOCAÇÕES EM MISSÃO PARLAMENTAR MULTILATERAL	4	
OUTRAS PARTICIPAÇÕES EM ACTOS FORA DO PAÍS	1	
DESLOCAÇÕES EM TERRITÓRIO NACIONAL	4	296
AUDIÊNCIAS A ENTIDADES NACIONAIS	160	
AUDIÊNCIAS A ENTIDADES ESTRANGEIRAS	136	
TOTAL		308

Deslocações

As suas deslocações oficiais em missão parlamentar bilateral foram três: à Argélia, a Espanha e ao Canadá.

As quatro deslocações do Presidente da Assembleia da República em missão parlamentar multilateral tiveram em vista a participação da AR em diversos Fóruns Internacionais:

- a) **Uruguai** – II Fórum Parlamentar Ibero-Americano;
- b) **Marrocos** – III Reunião de Presidentes dos Parlamentos dos Países Membros do Diálogo 5+5;
- c) **Bélgica** – II Encontro Interparlamentar sobre o Futuro da Europa: “Da Reflexão à Acção”;
- d) **Eslováquia** – Conferência de Presidentes dos Parlamentos dos Países da União Europeia.

O Presidente da Assembleia deslocou-se, ainda, a Itália

para participar nas Comemorações do 50.º Aniversário do Tratado de Roma.

Em território nacional ocorreram quatro deslocações:

- a) **Ponta Delgada (Açores)** – Colóquio “José Bruno Carreiro, o Homem e a Obra”, em 2007-01-26;
- b) **Horta (Açores)** – Colóquio Comemorativo do Bicentenário do Nascimento do Duque d’Ávila e Bolama, promovido pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e pela Câmara Municipal da Horta, em 2007-03-09;
- c) **S. Roque do Pico (Açores)** – Cerimónia de atribuição da “Insignia Autónoma de Valor”, em 2007-05-28;
- d) **Ponta Delgada (Açores)** – Realização do XVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, de 2007-06-14 a 2007-06-16.

Audiências

O Presidente concedeu 160 audiências a entidades nacionais, designadamente, Embaixadores, Deputados, Presidentes de Comissões Especializadas Permanentes, Secretária-Geral da AR, Ministros e Secretários de Estado, Chefes de Estado-Maior, Associação de Apoio aos Deficientes Visuais do Distrito de Braga, Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, Governador do Banco de Portugal, Representantes da Ordem dos Médicos, da Ordem dos Médicos Dentistas, da Ordem dos Farmacêuticos e da Ordem dos Enfermeiros, Representantes das Organizações das Pessoas com Deficiência, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, ANDAR – Associação Nacional dos Doentes com Artrite Reumatóide, Premiados do Dia Nacional dos Direitos Humanos, Presidente do Tribunal de Contas, Laureados e convidados do Prémio Norte-Sul de Lisboa, Associação Nacional de Municípios Portugueses, Presidente do Tribunal Constitucional, Grupo de Trabalho das Comemorações dos 200 anos da chegada da Corte ao Brasil, Presidente da IMPRESA, Dr. Pinto Balsemão.

Concedeu também audiências a entidades estrangeiras, designadamente, Embaixadores, Ministros dos Negócios Estrangeiros da Tunísia, do Paraguai, do Chile, de França, de Itália, Senhor Massimo D’Alema, de Cuba, de Angola, do Luxemburgo, do Perú, de Israel, do Egipto, da Jordânia, Primeiro-Ministro da Tunísia, da Macedónia, da Hungria, da Nova Zelândia, da Polónia, Representante especial do Governo Inglês para as questões do Ambiente, Senhor John Ashton, Laureados e convidados do Prémio Norte-Sul de Lisboa, Presidente da República do Gana, Presidente do Parlamento da Turquia, Delegação de Senadores Franceses, Presidente da Câmara dos Representantes dos EUA, Senhora Nancy, Delegação de Senadores e Deputados do Canadá, membros da Associação Parlamentar Canadá-Europa, Presidente da Comissão Europeia, Dr. José Manuel Durão Barroso, Presidente do Parlamento da África do Sul, Delegação



Visita do Primeiro-Ministro da Hungria
27 de Abril de 2007



Visita do Presidente do Parlamento da Suécia
14 de Maio de 2007

Parlamentar da Comissão de Negócios Estrangeiros de Angola, Presidente do Parlamento da Suécia, Delegação Parlamentar da Comissão de Escrutínio de Assuntos Europeus da Câmara dos Comuns do Reino Unido, Presidente do Parlamento da Geórgia, Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para Timor Leste, Senhor Atul Khare, Secretário-Geral da Liga Árabe, Chefe Executivo da Agência Europeia de Defesa, Senhor Nick Witney, Comissária Europeia da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Senhora Mariann Fischer Böel, Presidente da Lituânia, Presidente da República das Filipinas, Delegação Parlamentar da Eslováquia, Presidente do MLSTP, Senhor Rafael Branco, Presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, Senhor René van der Linden, Governador do Rio de Janeiro, Senhor Sérgio Cabral, Delegação Parlamentar da Comissão de Assuntos Europeus do Parlamento Alemão, Presidente do Senado

de Espanha, Representante pessoal do Presidente da Palestina, Embaixador Al-Qidwa, Presidente da Internacional Socialista e Líder da Oposição da Grécia, Senhor George Papandreous, Presidente da Câmara dos Deputados da Roménia, Secretário-Geral da ONU, Senhor Ban-Ki-Moon, Dalai Lama, Presidente da República da Sérvia, Presidente da Assembleia Nacional da República Democrática do Congo, Ministro das Finanças e Privatizações de Marrocos, Primeiro-Ministro de Andorra e Primeiro-Ministro da Sérvia.

Actividades das Delegações Parlamentares da AR às Organizações Parlamentares Internacionais

Portugal é membro de diversas Organizações Parlamentares Internacionais e nessa qualidade participou, através de delegações parlamentares constituídas por Deputados designados para esse efeito, em 108 reuniões com a presença de 227 Deputados.

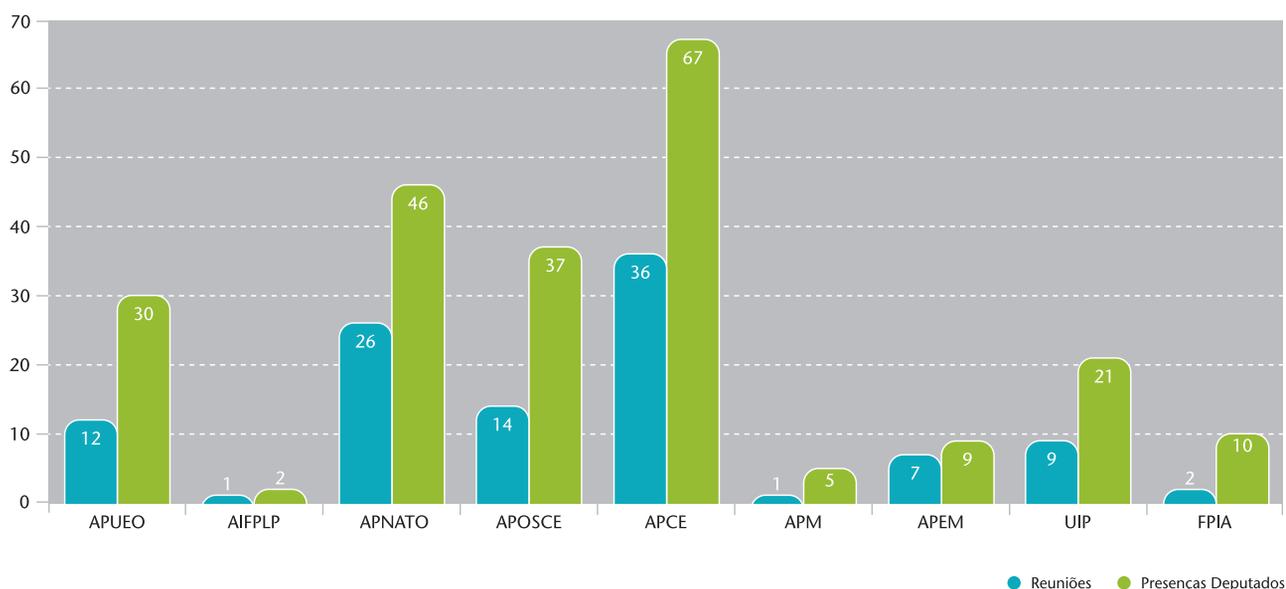
TABELA 33

ACTIVIDADES DAS DELEGAÇÕES PARLAMENTARES DA AR ÀS ORGANIZAÇÕES PARLAMENTARES INTERNACIONAIS

Organização	N.º de Reuniões	N.º de presenças Deputados AR
ASSEMBLEIA DA UNIÃO DA EUROPA OCIDENTAL (APUEO)	12	30
ASSEMBLEIA INTERPARLAMENTAR DO FÓRUM DOS PARLAMENTOS DE LÍNGUA PORTUGUESA (AIFPLP)	1	2
ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DA NATO (APNATO)	26	46
ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DA ORGANIZAÇÃO PARA A SEGURANÇA E COOPERAÇÃO NA EUROPA (APOSCE)	14	37
ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DO CONSELHO DA EUROPA (APCE)	36	67
ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DO MEDITERRÂNEO (APM)	1	5
ASSEMBLEIA PARLAMENTAR EURO-MEDITERRÂNICA (APEM)	7	9
CONSELHO DIRECTIVO DO GRUPO PORTUGUÊS DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR (UIP)	9	21
FÓRUM PARLAMENTAR IBERO-AMERICANO (FPIA)	2	10
TOTAL	108	227

GRÁFICO 27

ACTIVIDADES DAS DELEGAÇÕES PARLAMENTARES DA AR ÀS ORGANIZAÇÕES PARLAMENTARES INTERNACIONAIS



Eleição de Deputados portugueses para cargos em Órgãos das Assembleias Parlamentares

Nessas Organizações, é de referir a participação de Deputados portugueses em cargos para que foram eleitos.

Assim, na **Assembleia Parlamentar da NATO – APNATO**:

- a) Deputado José Manuel Lello Ribeiro de Almeida (PS) – Reeleito Vice-Presidente da APNATO (52.^a Sessão, Quebec, Novembro de 2006); Eleito Presidente da APNATO em 2007;
- b) Deputado Júlio Francisco Miranda Calha (PS) – Eleito Presidente da Comissão de Defesa e Segurança (52.^a Sessão, Quebec, Novembro de 2006);
- c) Deputado Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto (PSD) – Reeleito Vice-Presidente da Subcomissão para o Futuro das Capacidades de Segurança e Defesa (52.^a Sessão, Quebec, Novembro de 2006);
- d) Deputado Rui Manuel Lobo Gomes da Silva (PSD) – Reeleito Vice-Presidente da Comissão Política (52.^a Sessão, Quebec, Novembro de 2006).

Na **Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa – APCE**:

- a) Deputado José Vera Jardim (PS) – Vice-Presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (Janeiro de 2006 até à suspensão do mandato – 28 de Novembro de 2007);
- b) Deputado José Mendes Bota (PSD) – Vice-Presidente da Subcomissão sobre Tráfico dos Seres Humanos;
- c) Deputado José Mendes Bota (PSD) – 3.^a Vice-Presidente da Comissão sobre a Igualdade de Oportunidades para as Mulheres e Homens.

Também na **União Interparlamentar – UIP**:

- a) Deputada Rosa Maria Albernaz (PS), eleita na mesma Assembleia para membro suplente do Bureau da III Comissão da UIP – Democracia e Direitos Humanos. Na Assembleia seguinte (116.^a Assembleia, 29 de Abril a 4 de Maio de 2007, em Nusa Dua – Bali) passou a membro titular do Bureau, equivalente a Vice-Presidente da Comissão, em representação do Grupo Geopolítico de que Portugal faz parte (o mandato será de dois anos com possibilidade de mais dois);
- b) Deputado Duarte Pacheco (PSD), eleito na 115.^a Assembleia da UIP em Genebra, Outubro de 2006, para Auditor Interno das Contas do Exercício de 2007.

Relatores

No período da 2.^a sessão legislativa da X Legislatura, foram produzidos diversos relatórios por Deputados portugueses, designadamente:

Na **Assembleia Parlamentar da NATO – APNATO**:

- a) Deputado Júlio Francisco Miranda Calha (PS) – Eleito Relator da Comissão de Defesa e Segurança (52.^a Sessão, Quebec, Novembro de 2006);
- b) Deputado Vitalino José Ferreira Prova Canas (PS) – Reeleito Relator da Comissão Sobre a Dimensão Civil da Segurança (52.^a Sessão, Quebec, Novembro de 2006).

Na **Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa – APCE**:

- a) Deputada Ana Catarina Mendonça (PS) – Relatora sobre “Princípios da igualdade entre homens e mulheres na Assembleia Parlamentar” (Comissão do Regulamento e das Imunidades) e sobre “Detenção administrativa de requerentes de asilo e de imigrantes clandestinos na Europa” (Comissão das Migrações, dos Refugiados e da População);

- b) Deputado Maximiano Martins (PS) – Relator sobre “A contribuição do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD) para o desenvolvimento económico na Europa Central e Oriental” (Comissão dos Assuntos Económicos e do Desenvolvimento);
- c) Deputado João Bosco Mota Amaral (PSD) – Relator sobre “As Comunidades Muçulmanas Europeias face ao Extremismo” (Comissão dos Assuntos Políticos);
- d) Deputado José Luís Arnaut (PSD) – Relator sobre “Necessidade de preservar o modelo desportivo europeu” (Comissão da Cultura, da Ciência e da Educação);
- e) Deputado José Mendes Bota (PSD) – Relator sobre “Desenvolvimento sustentável e turismo: rumo a um crescimento qualitativo” (Comissão dos Assuntos Económicos e do Desenvolvimento) e sobre “Parlamentos unidos no combate à Violência Doméstica contra as Mulheres: avaliação intercalar” (Comissão sobre a Igualdade de Oportunidades para Mulheres e Homens).

Na Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica – APEM:

Deputado Alberto Antunes (PS) – Relator para a “Avaliação da Implementação dos Planos de Acção da União Europeia com o Egipto, a Jordânia e o Líbano”.

Na União Interparlamentar – UIP:

Deputado Guilherme Silva (PSD) – co-Relator do ponto de urgência aprovado na 115.ª Assembleia da UIP em Genebra, Outubro de 2006, sobre “O ensaio nuclear levado a efeito pela República Popular Democrática da Coreia”.

Missões de Observação Eleitoral

Na 2.ª sessão legislativa da X Legislatura, nas missões de observação eleitoral realizadas pelas diversas assembleias, participaram os Deputados portugueses que a seguir se identificam.

Nas Missões da **Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa – APOSCE** participaram os Deputados:

- a) João Soares (PS) e Luís Campos Ferreira (PSD) nas Eleições Legislativas da Bósnia-Herzegovina, 1 de Outubro de 2006;
- b) João Soares (PS) e Jorge Morgado (PSD) nas Eleições Presidenciais do Tajiquistão, 7 de Novembro de 2006;
- c) João Soares (PS) e Almeida Henriques (PSD) nas Eleições Presidenciais da Sérvia, 21 de Janeiro de 2007;
- d) João Soares (PS) e Jorge Morgado (PSD) nas Eleições Legislativas da Arménia, 12 de Maio de 2007.

Relativamente à **Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa – APCE**, ocorreram as seguintes participações de Deputados:

- a) Na Comissão Ad Hoc para observação das Eleições Legislativas na Arménia, 12 de Maio de 2007, Deputado Maximiano Martins (PS), em representação do Grupo Socialista da APCE;
- b) Na Comissão Ad Hoc para observação das Eleições Legislativas na Turquia, 22 de Julho de 2007, Deputado José Freire Antunes (PSD), em representação do PPE/DC da APCE.

Actividades realizadas em Portugal

Apenas a **Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa – APCE** realizou actividades em território nacional, designadamente:

- a) Cerimónia Comemorativa do 30.º Aniversário da Adesão de Portugal ao Conselho da Europa, em 12 de Outubro de 2006;
- b) Subcomissão para o Desenvolvimento do Turismo da Comissão dos Assuntos Económicos e do Desenvolvimento, Algarve, 17 e 18 de Maio de 2007;

- c) Visita de Trabalho do Presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE) a Portugal – Assembleia da República, 8 e 9 de Junho de 2007.

Actividades das Delegações Eventuais

O Parlamento português esteve também presente, através de parlamentares designados para esse efeito, em diversos eventos internacionais. Participou em 90 reuniões em que estiveram presentes 98 Deputados da Assembleia da República de Portugal.

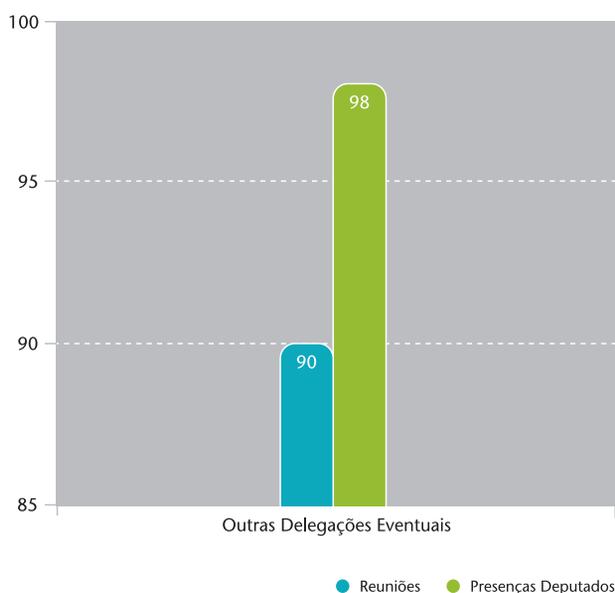
TABELA 34

ACTIVIDADES DAS DELEGAÇÕES EVENTUAIS

Organização	N.º de Reuniões	N.º de Presenças Deputados AR
Delegações Eventuais	90	98
Total	90	98

GRÁFICO 28

ACTIVIDADES DAS DELEGAÇÕES EVENTUAIS



Podemos destacar de entre os eventos em que o Parlamento participou durante o período correspondente à 2.ª sessão legislativa da X Legislatura, designadamente, os seguintes eventos internacionais:

- Jornadas Parlamentares Europeias da Segurança Rodoviária;
- Seminário da UIP “Law and Justice: The case for Parliamentary Scrutiny”;
- VII Encontro da Associação dos Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa (ASG-PLP);
- 2.ª Conferência Euro-Mediterrânica sobre Agricultura;
- Reunião de Comissões Parlamentares para a Igualdade de Oportunidades para Mulheres e Homens da União Europeia;
- XXXVI COSAC Helsínquia, 21 e 22 de Novembro de 2006;
- I Encontro Internacional da Advocacia do Poder Legislativo;
- Conferência Interparlamentar sobre o papel dos Parlamentos Nacionais no Combate ao Terrorismo;
- Visita de uma Delegação Parlamentar da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas a Timor-Leste, Austrália e Indonésia;
- Seminário sobre a “Igualdade entre os sexos e a promoção da condição da mulher: o papel das comissões parlamentares”;
- Conferência de Presidentes de Comissões responsável pela Cooperação dos Parlamentos Nacionais da União Europeia e do Parlamento Europeu;
- Seminário “What is Europe lacking” e Comemorações do 50.º Aniversário do Tratado de Roma;
- Conferência dos Presidentes das Comissões de Defesa dos Estados-membros da UE, do PE e dos Parlamentos dos Estados Candidatos;
- AWEPA – Conferência “Mozambican Parliamentarians and Municipalities for Children Rights: Celebrating 15 years of AWEPA”;

- o) Conferência dos Presidentes das Comissões de Finanças dos Parlamentos Nacionais e do Parlamento Europeu;
- p) Conferência dos Presidentes das Comissões de Assuntos Internos dos Parlamentos Nacionais e do PE. Reunião conjunta das Comissões de Negócios Estrangeiros e da Defesa do Parlamento Europeu e dos Parlamentos Nacionais;
- q) XXXVII COSAC Berlim, 13 a 15 de Maio de 2007;
- r) 22.ª Conferência Mundial da Federação Internacional das Organizações Não Governamentais para a Prevenção da Droga e Abuso de Substâncias (IFNGO);
- s) Conferência das Comissões de Agricultura dos Parlamentos Nacionais e do PE.;
- t) III Encontro Interparlamentar sobre “O Futuro da Europa”;
- u) Conferência dos Presidentes das Comissões de Direitos Humanos dos Parlamentos dos Estados-membros da União Europeia.

Actividades dos Grupos Parlamentares de Amizade

Ao abrigo do estabelecido na Resolução da AR n.º 6/2003, de 24 de Janeiro, na 2.ª sessão legislativa da X Legislatura, foram constituídos os Grupos Parlamentares de Amizade com os seguintes países: Angola, Cuba, Indonésia, Itália, México, Reino Unido, Timor-Leste e Tunísia.

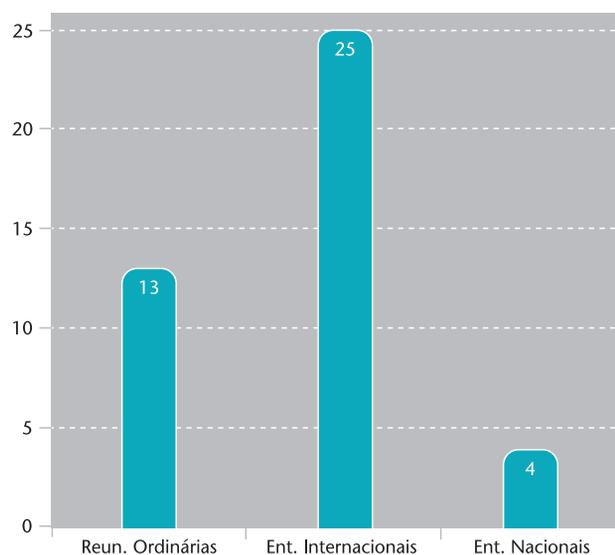
TABELA 35

ACTIVIDADES DOS GRUPOS PARLAMENTARES DE AMIZADE

Tipo de Actividade	N.º de Reuniões
Reuniões Ordinárias	13
Reuniões com Entidades Internacionais	25
Reuniões com Entidades Nacionais	4
Total	42

GRÁFICO 29

ACTIVIDADES DOS GRUPOS PARLAMENTARES DE AMIZADE



Assim, além dos atrás referidos, estão em actividade os seguintes Grupos Parlamentares de Amizade, constituídos durante a 1.ª sessão legislativa: Alemanha, Argentina, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Espanha, Estados Unidos da América, França, Índia, Israel, Japão, Moçambique, Marrocos, Paquistão, Rússia, Ucrânia, Venezuela e ainda do Grupo de Parlamentares conexo com a UNESCO, podendo as suas actividades resumir-se a 13 reuniões ordinárias, 25 reuniões com entidades internacionais e quatro com entidades nacionais.

Outras Actividades Relevantes

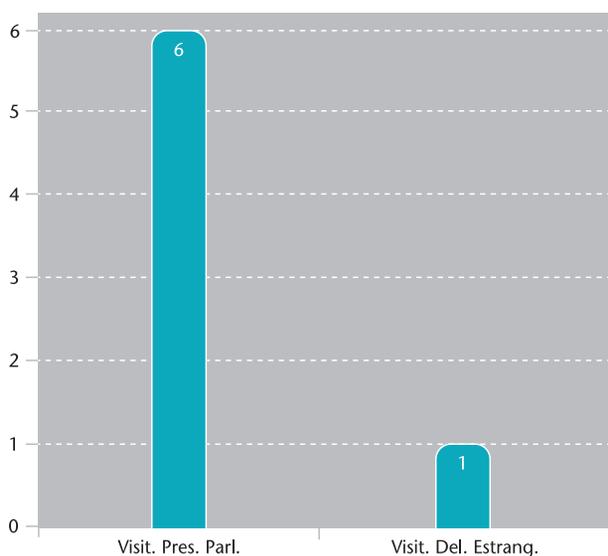
TABELA 36

OUTRAS ACTIVIDADES RELEVANTES

Tipo de Actividade	N.º de Actividades
Visitas de Presidentes de Parlamentos	6
Visitas de Delegações Estrangeiras	1
Total	7

GRÁFICO 30

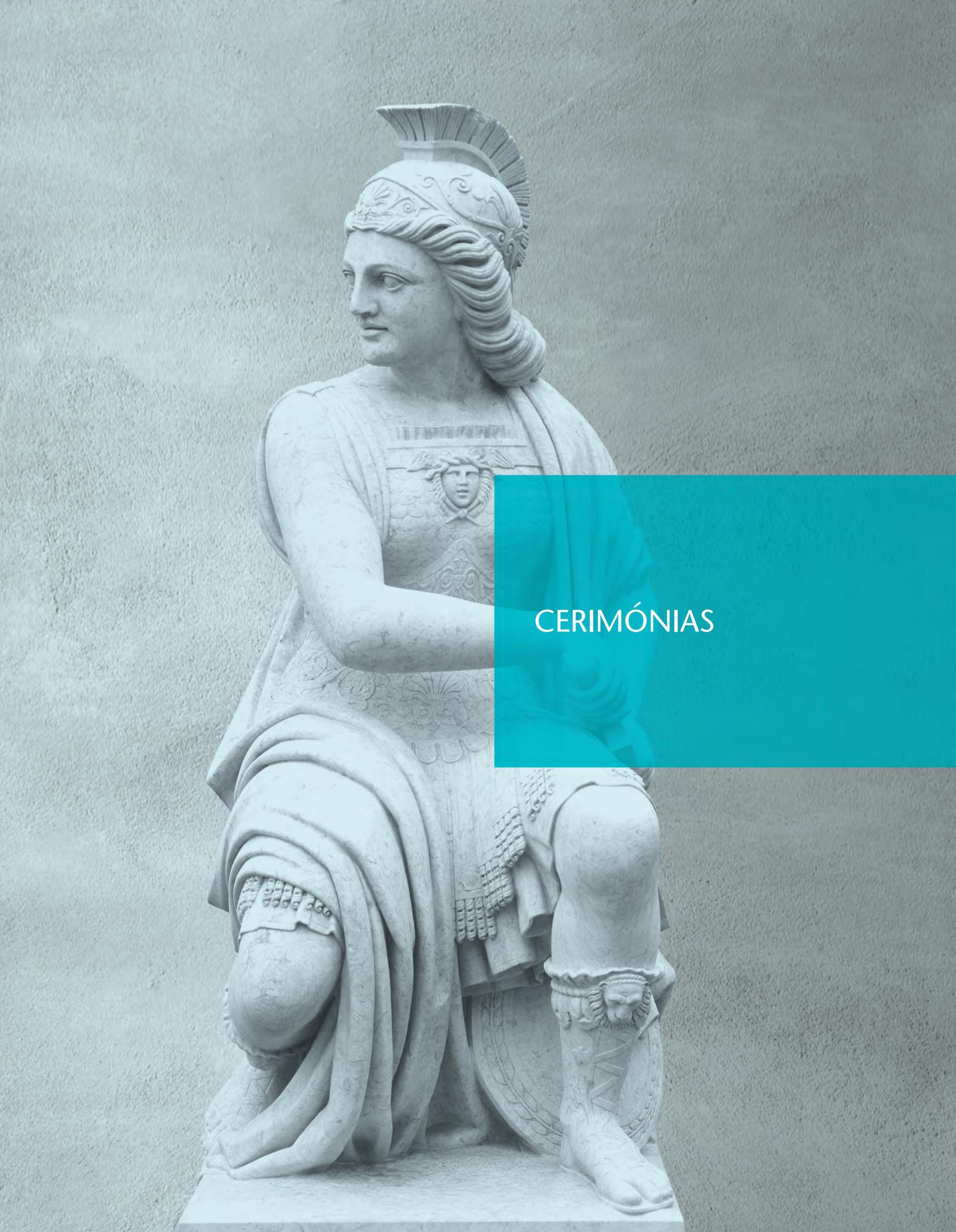
OUTRAS ACTIVIDADES RELEVANTES



Durante a 2.^a sessão legislativa da X Legislatura, foram recebidos, no Palácio de São Bento, seis Presidentes de

Parlamentos e uma delegação estrangeira que a seguir se enunciam:

- a) Presidente da Assembleia Nacional da República Democrática de São Tomé e Príncipe;
- b) Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores;
- c) Presidente do Parlamento Nacional da República Democrática de Timor-Leste, Francisco Guterres “Lu Olo”;
- d) Presidente da Câmara dos Representantes do Reino de Marrocos, Abdelwahad Radi;
- e) Presidente da Assembleia Nacional da República da África do Sul, Senhora Baleka Mbete;
- f) Presidente do Senado de Espanha, Javier Rojo;
- g) Presidente da Câmara dos Deputados da Roménia;
- h) Presidente da Assembleia Nacional da República Democrática do Congo, Vital Kamerhe;
- i) Visita oficial do Secretário-Geral da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe a Lisboa, Dr. Romão Pereira do Couto.



CERIMÓNIAS

Cerimónias

Nesta sessão tiveram lugar 22 Cerimónias de Boas-Vindas a Altos Dignitários Estrangeiros, duas Comemorativas, duas de Inauguração e quatro de diversa natureza.

Enumeram-se essas Cerimónias a seguir:

De Boas-vindas

a) Chefes de Estado:

Vice-Presidente da República da África do Sul, Phumzile Mlambo-Ngcuka;
 Presidente da República do Gana;
 Presidente da República da Lituânia, Valdas Adamkus.

b) Presidentes de Parlamentos:

Presidente da Assembleia Nacional da República Democrática de São Tomé e Príncipe;
 Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores e delegação;
 Presidente do Parlamento Nacional da República Democrática de Timor-Leste, Francisco Guterres “Lu Olo”;
 Presidente da Câmara dos Representantes do Reino de Marrocos, Abdelwahad Radi;
 Presidente da Assembleia Nacional da República da África do Sul, Senhora Baleka Mbete;
 Presidente do Senado de Espanha, Javier Rojo;
 Presidente da Câmara de Deputados da Roménia;
 Presidente da Assembleia Nacional da República Democrática do Congo, Vital Kamerhe.

c) Chefes de Governo:

Primeiro-Ministro da República da Eslováquia, Robert Fico;
 Primeiro-Ministro da República da Estónia;
 Primeiro-Ministro da República da Tunísia, Mohamed Ghannouchi;



Primeiro-Ministro da Estónia recebido pelo Vice-Presidente da Assembleia da República, Guilherme Silva – 5 de Dezembro de 2006

Primeiro-Ministro da Antiga República Jugoslava da Macedónia, Nikola Gruevski;
 Primeira-Ministra da Nova Zelândia, Helen Clark;
 Primeiro-Ministro da Polónia, Jaroslaw Kaczynski;
 Primeiro-Ministro da Hungria, Ferenc Gyurcsány;
 Primeiro-Ministro da República da Itália, Romano Prodi;
 Primeiro-Ministro da República da Bulgária, Sergei Stanishev;
 Primeiro-Ministro da República da Sérvia, Vojislav Kostunica.

E ainda:

Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso.



Cerimónia de boas-vindas ao Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso 13 de Abril de 2007

Comemorativas

- a) Dia Nacional dos Direitos Humanos (Atribuição do Prémio Direitos Humanos e da Medalha Comemorativa do 50.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos);



Sessão Solene Comemorativa do XXXIII aniversário do 25 de Abril – 2007

- b) Sessão Solene Comemorativa do XXXIII Aniversário do 25 de Abril.

De Inauguração

- a) Inauguração da Árvore de Natal em 2006;
b) Inauguração da Exposição sobre os “Tratados entre Portugal e os Países da UE”.

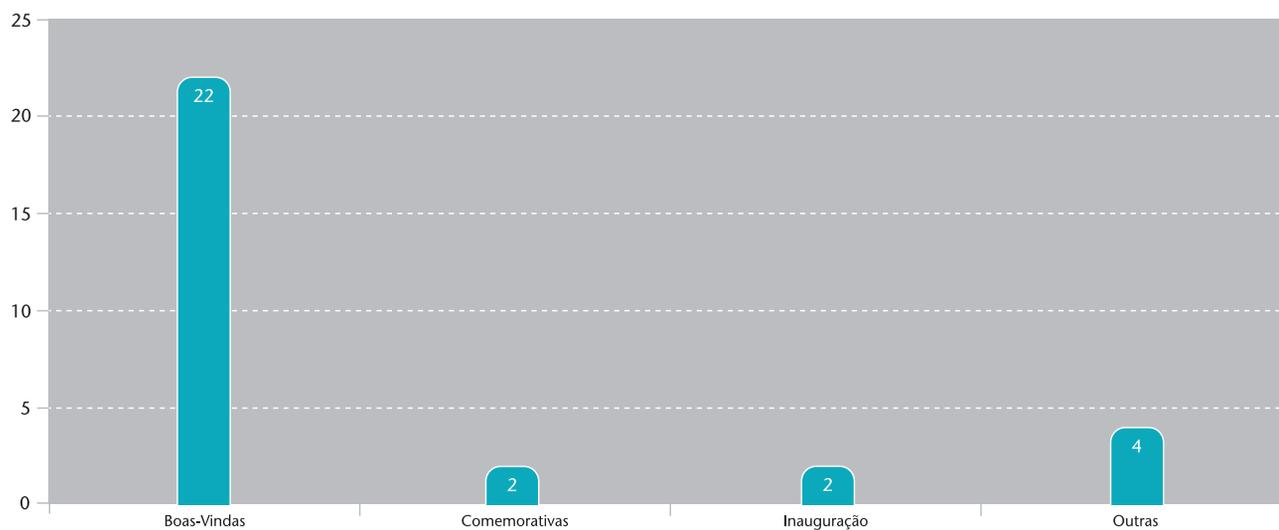
De natureza diversa

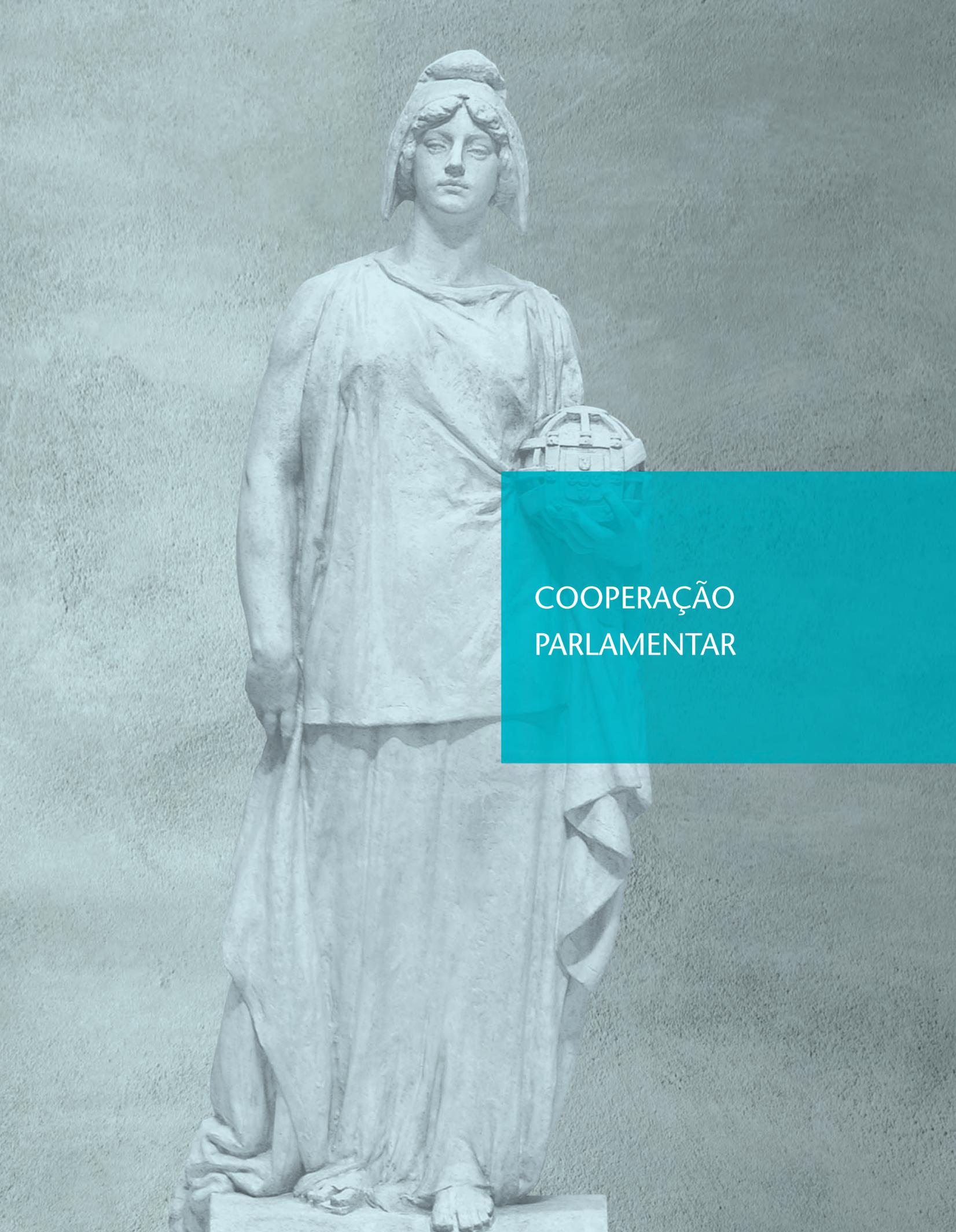
- a) Cerimónia de homenagem ao General Humberto Delgado, no Panteão Nacional;
b) Cerimónia do içar da bandeira de hastear da Assembleia da República;
c) Cerimónia de entrega do Prémio Norte-Sul do Conselho da Europa;
d) Cerimónia de doação à Assembleia da República pelo Embaixador Pereira Bastos do Arquivo particular do General João Pereira Bastos.

TABELA 37
CERIMÓNIAS

Cerimónias	Entidades	N.º de Actividades
Boas-vindas	Chefes de Estado	3
	Presidentes de Parlamentos	8
	Chefes de Governo	10
	Outros	1
Comemorativas		2
Inauguração		2
Outras Cerimónias		4
Total		30

GRÁFICO 31
CERIMÓNIAS





COOPERAÇÃO
PARLAMENTAR



III Curso de Formação Interparlamentar – 16 a 27 de Outubro de 2006

A Assembleia da República tem vindo a desenvolver actividades diversas na área da cooperação parlamentar e, na 2.ª sessão legislativa da X Legislatura, cumpre destacar, em primeiro lugar, a assinatura de dois **Protocolos de Cooperação**:

- a) Protocolo Quadro de Cooperação Parlamentar entre a Assembleia da República e a Assembleia Popular Nacional da Argélia, assinado em Argel;
- b) Protocolo Quadro de Cooperação Parlamentar entre a Assembleia da República de Portugal e a Câmara dos Representantes do Reino de Marrocos.

Também foram realizadas **acções de assistência técnica**, designadamente:

- a) Missão de Diagnóstico dos Serviços da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe;

- b) Missão que incidiu sobre o “Sistema de segurança da rede *wireless*” e sobre o “Controlador de domínio da rede informática da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe”.

Outra das áreas de intervenção é a da **formação**. Realizaram-se as seguintes acções:

- a) Acção de formação em São Tomé e Príncipe sobre tratamento e difusão de informação legislativa e parlamentar;
- b) Formação em Lisboa em cursos Microsoft. Visita de estudo de três Deputados da Comissão de Economia da ANSTP, acompanhados por um técnico de apoio, à AR por ocasião da discussão na especialidade do Orçamento de Estado para 2007;
- c) Missão para a elaboração de um “Programa de Expansão da Utilização das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação”;
- d) III Curso de Formação Interparlamentar.

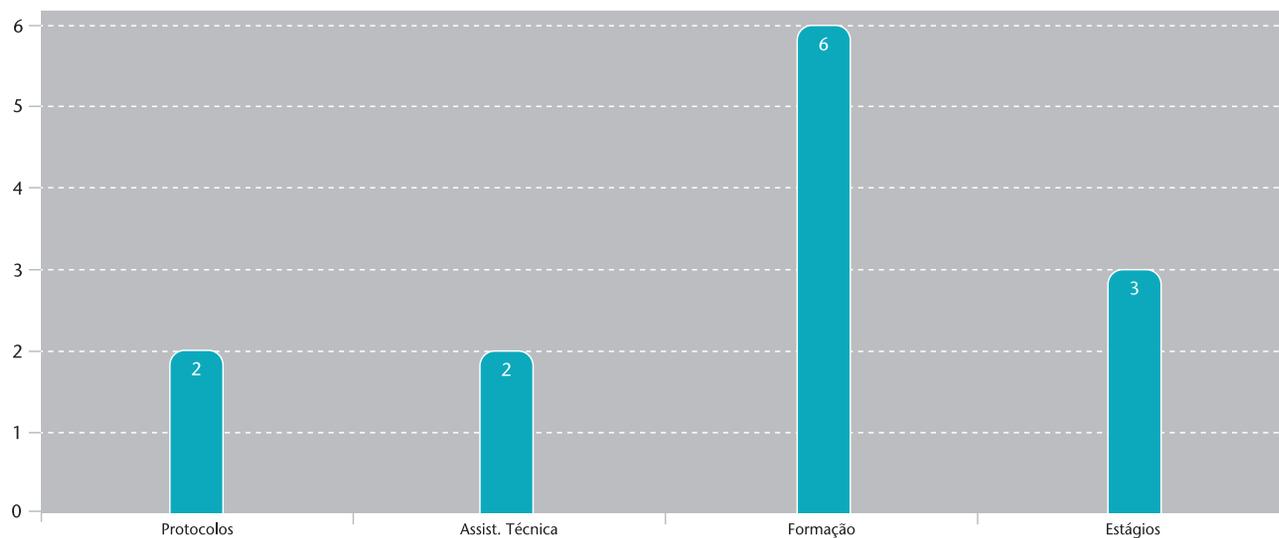
Nesta sessão também tiveram lugar três **estágios**:

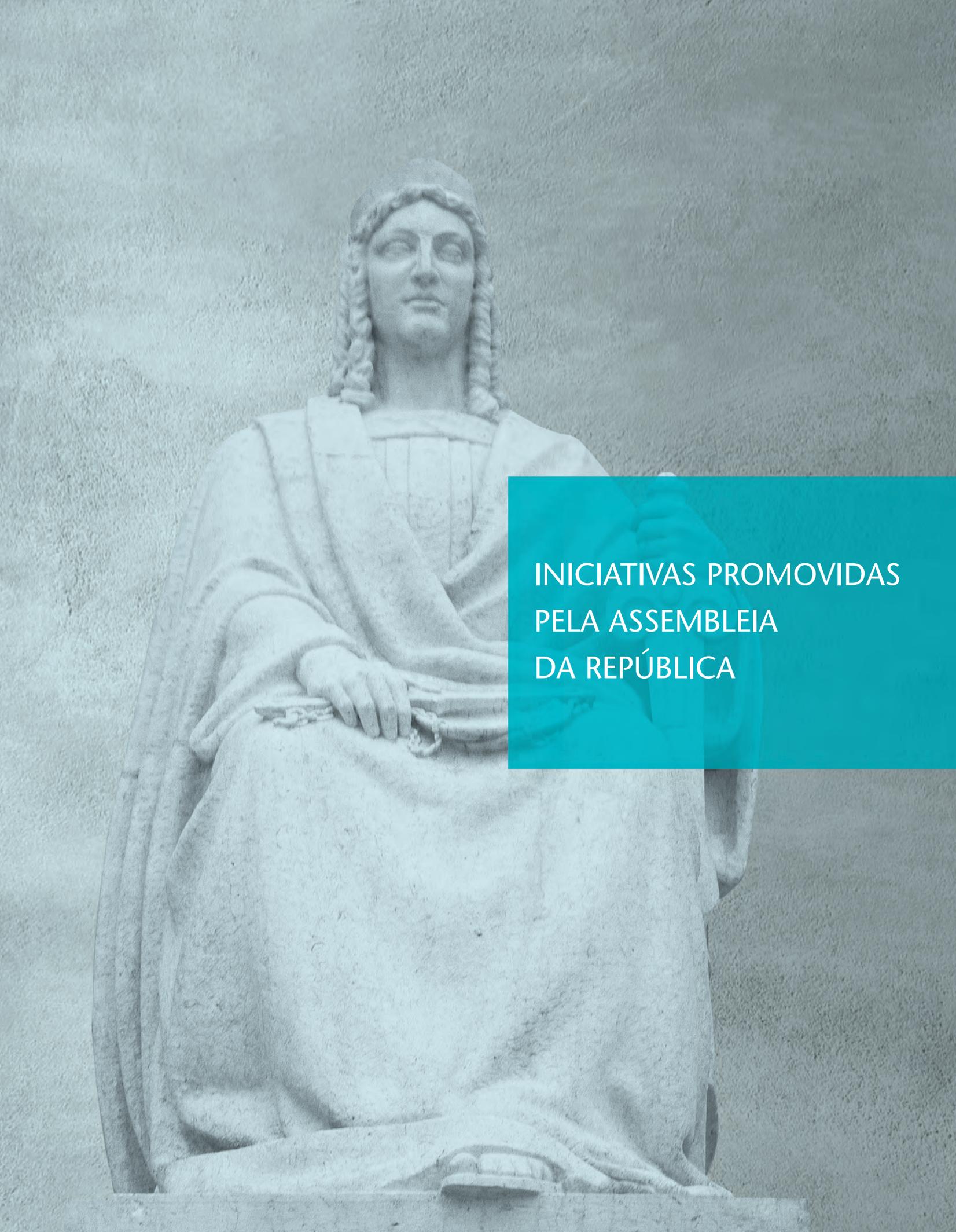
- a) Visita de estudo à Assembleia da República de um grupo de funcionários do Departamento de Recursos Humanos da Assembleia Nacional da Sérvia;
- b) Estágio de dois elementos do Conselho de Administração da Assembleia Nacional de Cabo Verde;
- c) Estágio de cinco Deputados e de um funcionário da Assembleia Nacional de Cabo Verde.

TABELA 38
COOPERAÇÃO PARLAMENTAR

Tipo de Actividade	N.º de Actividades
Protocolos de Cooperação	2
Assistência Técnica	2
Formação	6
Estágios	3
Total	13

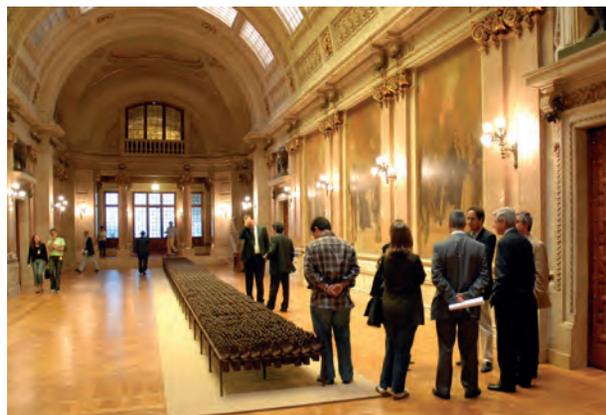
GRÁFICO 32
COOPERAÇÃO PARLAMENTAR



A monochromatic photograph of a large, classical-style statue of a woman, likely representing the Republic. She is seated, wearing a long, draped garment and a crown or tiara. Her hair is styled in braids. The statue is set against a plain, light-colored wall. A semi-transparent teal rectangular box is overlaid on the right side of the image, containing white text.

INICIATIVAS PROMOVIDAS
PELA ASSEMBLEIA
DA REPÚBLICA

Exposições



Exposição dos Tratados entre Portugal e os países da União Europeia, Séculos XIII-XXI – Assembleia da República, 11 de Setembro a 28 de Dezembro de 2007

Exposição 3D – Coleção Berardo na Assembleia da República
17 Abril a 19 de Agosto de 2007

Na 2.ª sessão legislativa da X Legislatura, foram organizadas na Assembleia da República as seguintes exposições:

- a) 30 Anos de Constituição, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas;
- b) Os Tratados Europeus na Assembleia da República;
- c) Exposição “3d – Coleção Berardo na Assembleia da República”/Fundação Berardo;
- d) Fim à violência doméstica contra as mulheres;
- e) Exposição “A mulher na imprensa desportiva”/Museu do Desporto;
- f) Tratados entre Portugal e os países da União Europeia, séculos XIII-XXI;
- g) Exposição “UNESCO – 60 anos, 60 cartazes”.

Actividade Editorial

Na 2.^a sessão legislativa da X Legislatura, a actividade editorial está espelhada no quadro junto, com a explicitação que se lhe segue.

TABELA 39

ACTIVIDADE EDITORIAL

X LEGISLATURA – 2. ^a SESSÃO LEGISLATIVA	
Livros	
Edições exclusivas da Assembleia da República	23
Colecção Parlamento	1
Apoio a edições (obras já editadas)	9
Material Promocional e de Apoio a Eventos	
Brochuras, folhetos, postais, marcadores, convites, cartazes, blocos, pastas, banners	113
Agendas de bolso, de secretária e calendários	4
Peças	
Peças novas: Estanhos, porcelanas, peles, cristais	32
Papeleria e linha infantil	20
Reedições	28
Exposições	
Organização (incluindo itinerância)	3
Colaboração	3
Feiras do livro	
Lisboa, Porto, Açores e Natal na Livraria Parlamentar	4
Lançamento de livros	8

Edição de Livros

- | | |
|---|---|
| <p>a) Estudos sobre a Nova Concordata, Editor Universidade Católica Portuguesa. Biblioteca, 2 de Outubro de 2006;</p> <p>b) Estudos vários sobre direitos fundamentais/Jorge Miranda. Editor Principia. Biblioteca, 31 de Outubro de 2006;</p> <p>c) Liberalismo, democracia e o contrário/António Pedro Mesquita. Edições Sílabo e O pensamento político português no século XIX/António Pedro Mesquita. INCM. Livraria Parlamentar, 15 de Novembro de 2006;</p> <p>d) Memórias de um rústico erudito: viagem à volta de lentes, terras e políticos/Raul Miguel Rosado Fernandes. Livros</p> | <p>Cotovia. Livraria Parlamentar, 27 de Novembro de 2006;</p> <p>e) Quase memórias /António Almeida Santos. Círculo de Leitores/Casa das Letras, 28 de Novembro de 2006, Biblioteca;</p> <p>f) O Palácio de São Bento e o Parlamento. Edição AR, Biblioteca, 6 de Dezembro de 2006;</p> <p>g) Território e desenvolvimento económico. Instituto Piaget. Livraria Parlamentar, 7 de Março de 2007;</p> <p>h) O poder local e regional na Assembleia Constituinte 1975-1976. Edição AR, 24 de Maio de 2007.</p> |
|---|---|

Lançamento de Livros



Lançamento do livro *Estudos sobre a Nova Concordata*
 2 de Outubro de 2006

- a) Estudos sobre a Nova Concordata, Editor Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca, 2 de Outubro de 2006;
- b) Estudos vários sobre direitos fundamentais/Jorge Miranda. Editor Principia. Biblioteca, 31 de Outubro de 2006;
- c) Liberalismo, democracia e o contrário/António Pedro Mesquita, Edições Sílabo e O pensamento político português no século XIX/António Pedro Mesquita. INCM. Livraria Parlamentar, 15 de Novembro de 2006;
- d) Memórias de um rústico erudito: viagem à volta de lentes, terras e políticos/Raul Miguel Rosado Fernandes. Livros Cotovia. Livraria Parlamentar, 27 de Novembro de 2006;
- e) Quase memórias /António Almeida Santos. Círculo de Leitores/Casa das Letras. Biblioteca, 28 de Novembro de 2006;

- f) O Palácio de São Bento e o Parlamento. Edição AR, Biblioteca, 6 de Dezembro de 2006;
- g) Território e desenvolvimento económico, Instituto Piaget. Livraria Parlamentar, 7 de Março de 2007;
- h) O poder local e regional na Assembleia Constituinte 1975-1976. Edição AR, 24 de Maio de 2007.

Outros Eventos



Feira do Livro de Lisboa, 2007

- a) Expobad, Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Ponta Delgada (Março de 2007);
- b) Feira do Livro de Lisboa (Maio-Junho de 2007);
- c) Feira do Livro do Porto (Maio-Junho de 2007).

